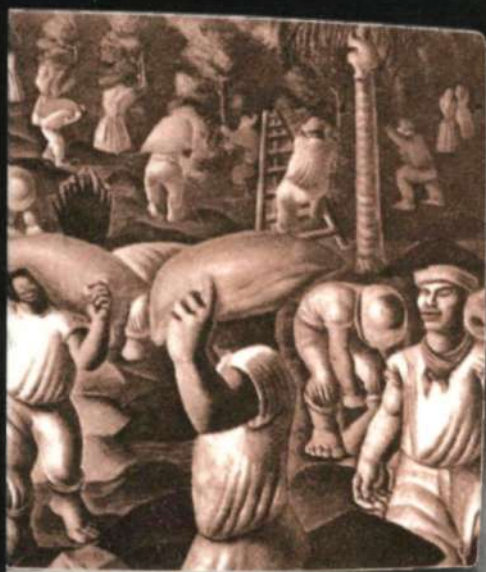


AS FORMAS DO MESMO

Ensaaios sobre o pensamento historiográfico
de Varnhagen e Oliveira Vianna



Nilo Odalia

Editora
UNESP

Estudando as obras de Varnhagen e Oliveira Vianna, este livro reconstitui a trajetória de uma corrente historiográfica brasileira ainda agora muito atuante, e que sintetiza, de modo exemplar, os ideais e objetivos das classes dirigentes do país, de ontem e de hoje.

Nesse pensamento, o povo brasileiro desenha-se no horizonte como uma imagem amorfa e indefinida, à qual um Estado tutelar poderia dar identidade, construindo a Nação à sua imagem e semelhança. Para as classes dirigentes e para os pensadores que em grande medida constituem-se como seus porta-vozes autorizados, o Estado tem tais poderes demiúrgicos por uma razão decisiva: ele é o fantasma das fraquezas e impotências dessas mesmas classes dirigentes. A massacrante presença do Estado nega a existência de uma sociedade de classes que, se admitida, demandaria também reconhecer um papel para os subalternos, na formulação de um projeto nacional.

Pode ser que não tenhamos lido Varnhagen e Oliveira Vianna, ou jamais tenhamos levado na devida conta seus argumentos. E por isso talvez sejamos levados a pensar que suas doutrinas não nos afetam. Mas as páginas deste estudo vão pouco a pouco revelando o quanto elas estão presentes em nossos modos de enquadrar a história da sociedade brasileira - mesmo, e talvez sobretudo, quando ignoramos suas fontes. As tradições, como os desejos, têm esta singular forma de dominar nossos atos e escolhas: pela ausência aparente e pela fresta da porta. Se ainda uma palavra coubesse para destacar a relevância de tal arqueologia das idéias e imagens, vale a pena lembrar a frase de um erudito conservador, segundo a qual quem não compreende o passado está condenado a repeti-lo.

Reginaldo Moraes

AS FORMAS DO MESMO

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Assessor Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Aguinaldo José Gonçalves

Anna Maria Martinez Corrêa

Antonio Carlos Massabni

Antonio Celso Wagner Zanin

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Ribeiro Júnior

José Roberto Ferreira

Roberto Kraenkel

Editor Executivo

Tulio Y. Kawata

Editoras Assistentes

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Maria Dolores Prades

NILO ODALIA

AS FORMAS DO MESMO

ENSAIOS SOBRE O PENSAMENTO
HISTORIOGRÁFICO DE VARNHAGEN
E OLIVEIRA VIANNA

Copyright © 1997 by Editora da UNESP

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU).
Av. Rio Branco, 1210
01206-904 - São Paulo - SP
Tel./Fax: (011) 223-9560

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Odalia, Nilo, 1929-

As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiografia) de Varnhagen e Oliveira Vianna / Nilo Odalia. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. - (Ariadne)

Bibliografia.

ISBN 85-7139-142-4

1. Brasil — História 2. Brasil — História — Historiografia 3. Varnhagen, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878 4. Oliveira Vianna, 1883-1951 I. Título. II. Série.

97-0552

CDD-981.0072

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Historiografia 981.0072
2. Historiografia: Brasil 981.0072



*À minha esposa Therezinha,
às minhas filhas Andréa e Adriana e,
como não poderia deixar de ser,
aos meus netos Júlia Ianina e Lucas.*

SUMÁRIO

PARTE 1

VARNHAGEN E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Introdução

Formas do pensamento historiográfico brasileiro 11

1 Uma visão de mundo política 25

2 A nação branca e européia 43

3 O Estado: força tuteladora e instrumento de
formação da Nação 63

4 O homem branco brasileiro 89

Conclusão 707

Referências bibliográficas 113

PARTE 2

OLIVEIRA VIANNA: o SONHO DE UMA NAÇÃO SOLIDÁRIA

Introdução 111

1 Um conhecimento fundante da História do Brasil 121

2 O espaço brasileiro: o meio natural e a apropriação
do espaço geográfico 129

3	O Estado: fins, atribuições e limites	141
4	A educação: um projeto pedagógico para construir a Nação solidária	157
5	Considerações finais	163
	Referências bibliográficas	173

PARTE 1

**VARNHAGEN E A
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

INTRODUÇÃO

FORMAS DO PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO BRASILEIRO

Pensar o fato historiográfico não tem sido uma preocupação muito corrente entre os escritores brasileiros, que se dedicam ao campo da história. De maneira geral, nossos historiadores ostentam uma visível negligência em relação ao que lhes antecede como produção histórica. Esse estado de coisas é ainda mais grave quando nos situamos no plano da reflexão histórico-filosófica. Pouca coisa existe no campo da reflexão epistemológica. José Honório Rodrigues é quase uma exceção; se não o é, deve-se simplesmente ao fato de que, ultimamente, alguns trabalhos realizados no âmbito das universidades vêm secundar o esforço pioneiro do autor da *Teoria da história do Brasil*.

Talvez não seja exagero dizer que quem analisa a produção de nossos historiadores tem a impressão de que o conhecimento histórico brasileiro sofre do mal de Sísifo, está sempre num processo infindo de reconstituição. O novo historiador assume sempre a postura de que tudo começa com ele. Falta-nos, sem dúvida, uma história da historiografia, que poderia servir como uma ponte de ligação entre o que se faz e o que se fez. Infelizmente, os trabalhos já realizados não chegam a suprir tais lacunas, porque antes de mais nada são ou o estudo de um único historiador, ou ensaios que muitas vezes apenas afloram a problemática de uma história da historiografia.

Ilhado, o historiador brasileiro vê-se na contingência de ignorar quase que completamente tudo o que lhe antecedeu, ou, quando muito, apenas conhecer dos historiadores anteriores as páginas que consubstanciam sua preocupação. Estudá-los como um todo, tentar compreender o que significou e/ou significa sua obra para a historiografia brasileira é um esforço que poucos, muito poucos, acham tempo de intentar. Em contrapartida, estamos muito atentos ao que ocorre em outras nações e culturas, especialmente na francesa, procurando seguir-lhes o modelo e adotar práticas e problemáticas que nem sempre se harmonizam com os objetivos de uma história brasileira. Muito da história colonial brasileira nada mais é do que uma história de Portugal, mal disfarçada e muito pouco elucidativa em relação a nós mesmos; ou então são trabalhos que, por tentarem pôr-se excessivamente próximos do desenvolvimento historiográfico europeu, transformam a história do Brasil em casos exemplares do processo de acumulação capitalista que se realiza na Europa etc.

Claro que esta é uma visão provocadoramente simplista, por esquecer que muitas das melhores contribuições historiográficas nasceram — talvez por essa mesma razão — desse quase servilismo metodológico e problemático em que se realiza a prática histórica de nossos historiadores. Estou convencido, contudo, de que esse centrifugismo é uma característica de nossa historiografia que deve ser combatida. Não porque dela só nasçam frutos pobres e bichados, mas simplesmente pelo fato de que ela só revela uma das faces de nossa situação.

Há necessidade de compreendermos que nossa história não é condicionada simplesmente pelas convulsões e transformações capitalistas externas, mas que, em seu interior, existe uma vida que reage, se adapta, repele, se amolda e se transforma, em razão de condições intrínsecas. *O juste milieu* pode parecer, com naturalidade, a resposta adequada a tais inquietações, não fora a dificuldade em realizá-lo. Se um dia ele existir, deverá decorrer, creio, do natural confronto entre a tendência centrífuga de nossa historiografia e de sua

corrente oposta, de natureza centrípeta, tal como a concebemos. Para que esse confronto possa ser um dia possível, é necessário que voltemos nossas vistas para o que foi realizado em nossa historiografia, tentando sistematizá-la como um estilo de pensar o fato brasileiro, dando-lhe dignidade de experiência passível de ser pensada por si mesma, e não por suas vinculações, estruturais, sem dúvida, com fenômenos gerais como o capitalismo, o imperialismo etc.

O que talvez se deva compreender é que as condições internas em que se desenrola o nosso acontecer histórico são estruturas que, embora fortemente vinculadas e dependentes do que acontece no mundo exterior, não deixam de ter uma certa autonomia, nascida de uma experiência histórica singular.

Essa singularidade deve ser pensada e, mais do que isso, deve ser buscada como uma condição de nossa existência histórica. Se, de um lado, ela existe, e não podemos negá-la, pois seria ridículo aceitar uma dependência absoluta de nosso viver histórico em relação a correntes históricas exteriores que teriam uma primazia na orientação de seu processo de desenvolvimento; não é menos verdadeiro, de outro, que, qualquer que seja nosso grau de dependência das correntes históricas internacionais, de alguma maneira, os fatores que determinam essa dependência se amoldam a nossas condições. Não existe uma dependência que seja absoluta, o que representaria, em última análise, um mimetismo histórico dificilmente sustentável, tanto prática como teoricamente. Existem dependências e não-dependências. A diferença fica a cargo das nossas condições objetivas de realizar a história.

É verdade que o conceito de dependência é excessivamente contemporâneo para que possamos aplicá-lo de maneira temporal indiferente; contudo, o fenômeno sempre existiu e, mais do que isso, sempre foi ressentido como um entrave a um legítimo modo de viver histórico brasileiro. A dependência, sob os mais diversos e diferentes disfarces, incorpora-se à ideologia que se forma na medida mesma em que se pretende dela fugir. Ela é um dos elementos com os

quais se deve contar quando da análise de nossas manifestações culturais. A dependência enquanto ideologia assumida, visando à sua superação, aparece como uma realidade visível que escamoteia, disfarça e defrauda nossa realidade histórica vivida.

Os circunlóquios com que procuro explicitar meu pensamento, em última análise, são o próprio resultado do círculo vicioso em que parece estarmos sempre metidos toda vez que buscamos falar ou pensar em termos brasileiros.

Poder-se-ia dizer que estamos condenados a esbarrar com formas miméticas de agir e pensar, as quais, se levadas ao extremo de suas conseqüências, justificariam um ceticismo quanto à possibilidade de se alcançar o mínimo de autonomia, requerido para se poder falar em um pensar brasileiro. O que se intenta buscar, portanto, é esse mínimo, que deve ser alcançado por meio de instrumentos delicados e sensíveis, embora, por outro lado, devam utilizar instrumentos, pesados e grosseiros, para aferir sua qualidade. No universal que todos buscamos, a singularidade da experiência brasileira é o elemento central. Pensá-la, mesmo quando esse ato possa ser fruto de uma violência, é um dado salutar e necessário. Poder-se-á dizer, neste terreno, que é preferível errar por excesso e jamais por comedimento.

A análise que se proponha os fins acima referidos, deve antes de mais nada ser atenta à própria sensibilidade do autor quanto ao problema da dependência. Isto é, ela deve procurar, num autor determinado, não aquilo que o nivela a todos, mas especialmente tentar descobrir o que nele o diferencia enquanto luta por afirmar-se como um autor brasileiro.

Para não ficarmos excessivamente em generalizações, tomemos um exemplo: Capistrano de Abreu. Até onde vai meu conhecimento historiográfico, considero-o caso único entre os historiadores brasileiros. É uma figura isolada, que conseguiu dar contornos precisos a uma concepção da história brasileira centrada, exclusivamente, numa visão indianista de nossa sociedade. Sua coerência, ao construir uma interpretação da história brasileira centralizada no indígena

e em sua sociedade, foi porém uma limitação que truncou cedo demais sua carreira de historiador.

É ainda sua coerência que permite que possamos dele dizer o que alguém já disse de Michelet: é o criador de uma corrente historiográfica tão ligada às suas qualidades que não comporta senão um único membro: ele próprio.

Não se pode esquecer que de Capistrano se originou uma tradição de estudos históricos ligados aos problemas dos caminhos e dos povoamentos e que grassaram como uma epidemia entre os nossos eruditos provincianos. Contudo, jamais se procurou decodificar o sentido que Capistrano atribuía a esse tipo de estudo. Para tanto seria necessário ligarem-se seu ensaio "O descobrimento do Brasil - povoamento do solo - evolução social", no qual, entre outras coisas, faz uma história universal dos caminhos percorridos pelo homem na busca de novas fontes de comércio, e sua concepção indianista de nossa sociedade, que tem na sociedade indígena sua matriz e termo de evolução.

A história, contudo, não deu razão a Capistrano, o que ele próprio acabou por perceber, fechando-se num mutismo e num pessimismo que o levaram, ao final da vida, a um ceticismo radical. O que parecia impossível a Capistrano aconteceu: nos trópicos, em condições ambientais tidas como desfavoráveis, que aparentemente haviam condenado a sociedade indígena a ser desmembrada, desarticulada, nasceu uma sociedade branca que buscou, e ainda busca, cercear os efeitos entrópicos que se assimilam não só ao universo físico em que se instala, mas também às condições socioeconômicas de sua colonização.

Se, de um lado, Capistrano de Abreu é o exemplar único de uma interpretação histórica que privilegia o indígena e sua sociedade como centro irradiador de suas preocupações, de outro, ele se inscreve no extenso rol de historiadores brasileiros que, submissos e dependentes das teorias importadas da Europa, positivismo, spencerismo, teorias raciais etc, se dilaceram na dicotomia de, ao mesmo tempo, terem de atender às imposições teóricas que condenavam o Brasil a um triste destino, e contribuírem para que a profecia

altamente negativa de homens como Lapouge, Gobineau, Buckle etc. não se realizasse; o Brasil deveria constituir-se uma Nação. É nesse quase ato de vontade, em que se nega um destino prefixado pelos iluminares europeus, que podemos encontrar o que existe de criador e inventivo em homens como Oliveira Vianna, Sílvio Romero e outros, pois, não tendo forças nem morais nem intelectuais para renegarem o que recebiam como quinta-essência do cientificismo europeu, deram tratos à bola para conciliarem-na com a realidade do país, que se formava diante de seus olhos.

Em seu livro *Black into White*, Skidmore descreve a situação desses autores como de perplexidade. Creio que o termo convém; contudo, o que não se pode ignorar, sob pena de falsear a interpretação que se pode fazer de suas obras, é que as soluções que aventam estão profundamente arraigadas em nossa história. É necessário que se saliente o fato de que, se o instrumental intelectual de que se utilizam é originário da Europa, assim como o tipo de argumentação de que lançam mão tem como fundamento primeiro as teorias em que predominam os fatores raciais e ecológicos, os resultados a que chegam só podem ser compreendidos se minimizarmos essas determinações de ordem teórica e buscaremos compreendê-los como profundamente arraigados em nossa história. Ainda que esse arraigamento permaneça obscuro, incerto e desconhecido para os autores.

Uma história do pensamento histórico brasileiro que apenas se detivesse na contemplação das servidões e dependências de nossa intelectualidade aos padrões europeus do fazer ciência jamais conseguiria abrir as sendas da descoberta das chaves que nos permitem compreender com maior propriedade o pensamento dos Capistrano, dos Oliveira Vianna, dos Sílvio Romero etc. Uma tal história apenas abriria acesso a uma face do problema, a dependência cultural, traço não relevante na medida mesmo em que não a situemos como uma opção deliberada, a fim de superar as presumíveis impossibilidades de realização européia de um país-continente tropical, cujo destino parecia já estar traçado pelas teorias de Buckle, Lapouge, Gobineau etc. Esse

gesto antropofágico é profilático e analéptico. A assimilação das impossibilidades faz-se na forma de antídoto, primeiro passo em direção à sua superação.

Quaisquer que tenham sido as vicissitudes e/ou incongruências que possam tais autores ter experimentado, no nível teórico, o que parece ser inegável é que as soluções a que chegam são sempre a expressão da experiência histórica concreta de uma sociedade que se define, desde o primeiro momento, por intermédio dos homens que detêm o poder político e econômico, resolutamente em favor de uma sociedade branca européia. Excetuando Capistrano de Abreu, coerente desde os primórdios de sua obra com os postulados teóricos que a fundamentam e que acabaram por levá-lo ao impasse já observado, os demais historiadores brasileiros citados vão extrair da experiência histórica da relativamente nova sociedade brasileira os elementos de uma interpretação ideológica que amolda as *peculiaridades* de nosso ambiente racial e geográfico às condições de teorias que condenavam *a priori* qualquer esforço de edificação de uma nação nos trópicos.

Em Oliveira Vianna, a diferença entre a sociedade brasileira e a européia está situada na grande propriedade; é ela que modela um novo tipo de homem, visto que o português é um homem da pequena propriedade, que necessariamente se transforma ao se estabelecer numa região em que os amplos horizontes são a forma e o conteúdo da vida socioeconômica. Contudo, e esse é o elo da cadeia perdido, o primeiro homem português que aqui aporta é basicamente um desbravador e um conquistador, que não é outro senão o homem "louro, alto, dolicóide, de hábitos nômades e conquistadores".¹ Sua presença na nova terra, modificando-o em seus hábitos e costumes, prepara o caminho para a imigração "dos branquióides ou dolicóides brunos de pequena estatura", sedentários.²

1 OLIVEIRA VIANNA, 1956, p.125. Para maiores esclarecimentos, ver ensaio sobre Oliveira Vianna.

2 Ibidem, p.125.

Cria-se assim a ficção de uma aristocracia ariana que impregnará nosso desenvolvimento histórico, conciliando teoria e prática históricas.

A conciliação faz-se pela institucionalização da experiência histórica do modo como ela aparece a esses autores, como fonte de legitimidade das condições em que ela se realiza.

As condições de nossa experiência histórica, embora basicamente herdadas de nosso estado colonial, não podem restringir-se à simples constatação desse fato.

A herança colonial metamorfoseia-se com nossa independência política, transformando-se então nas condições de criação de um povo e de uma Nação. O ex-estado colonial, por mais limitativo que seja em termos de experiência histórica, deve providenciar os alicerces da nova Nação, e passa a ser encarado como a base concreta em que se apóiam os fundamentos da nacionalidade, ainda mais próxima de um embrião do que de um organismo plenamente constituído.

O desenvolvimento desse embrião deve ser moldado, vigiado e controlado, tanto em razão do que vem da herança colonial quanto do que a existência de uma Nação em projeto deve acarretar em termos de ideais, sentimentos, valores e obrigações.

A herança colonial é lida naquilo que parece mais importante no processo de construção do país. Em uma leitura, o colonialismo português no Brasil tem como aspecto relevante o fato de transmitir à Nação emergente um modo de produção escravista, que tanto quanto no período colonial permite sua unidade.³ Em outra, essa estrutura econômica é quase que totalmente ignorada ou, então, é assimilada a uma de suas conseqüências, a estrutura racial — realidade mais visível e palpável.

3 Essa unidade é precária sob diversos aspectos; contudo, o elemento central dessa precariedade parece estar no fato de, ao tempo da independência, os dois extremos do país não estarem tão vinculados ao modo de produção escravista quanto a região que se estende do Nordeste ao Sudeste.

Qualquer que seja, porém, a leitura feita, o que importa é a realidade que se pretende tornar visível e com a qual, e pela qual, se formam as representações de todos os que se preocupam com a tarefa de urdir os fundamentos da Nação e da nacionalidade.

E de observar que pouca ou nenhuma atenção é dispensada à estrutura do poder político que nos é legada pelo período colonial.

Essa estrutura de tendência fortemente centralizadora deverá desempenhar um papel significativo em todas as regiões em que o modo de produção escravista, no período colonial, não se instalara de maneira segura e permanente.

O centralismo governamental, característica básica dos governos imperiais do país independente, funcionará como um tampão toda vez que a unidade periclitara e a ameaça de fendas se oferecer.

E sobre a estrutura racial, que dissimula uma realidade de estrutura de classes, que vão convergir todos os esforços de interpretação da nossa história de parte significativa dos intelectuais brasileiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX, demonstrando de maneira eloqüente que, em primeiro lugar, uma opção de sociedade já havia sido feita, tendo como paradigma a sociedade européia e, em segundo, que essa opção era também uma forma de integração a essa sociedade. Integração que demandava uma metamorfose dos elementos espúrios da estrutura racial, índios e negros, pelo remédio da fusão ou miscigenação racial.

Contudo, se num primeiro momento, a pura e simples fusão racial parece conduzir pacificamente à opção feita, num segundo, a rejeição sofrida por essa solução tranqüila pela comunidade científica européia — à qual repugna o hibridismo racial do homem brasileiro — obriga a uma reavaliação do nosso passado colonial, de maneira que se amolde às condições impostas pela opção feita. Assim, se a opção por um modelo europeu de sociedade parecia ser apenas consequência natural de nossa experiência histórica, os obstáculos teóricos que surgem da comunidade científica

européia devem ser analisados, ratificados e, principalmente, retificados, em razão daquela mesma experiência.

Sílvio Romero, em sua *História da literatura brasileira*, ao apresentar um decálogo de conclusões ao final do capítulo sexto ("Raças que constituíram o povo brasileiro — o mestiço"), arrola, entre outras, as seguintes características: "1^a) O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única; 2^a) É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado; 3^a) Pouco adianta por enquanto discutir se isto é um bem ou mal; é um fato e basta".⁴

A realidade visível expressa de modo taxativo é o fio condutor de seu pensamento, isto é, o Brasil é um país mestiço e como tal deve ser encarado e analisado. Não se pode retificar esse fruto de nossa experiência histórica, tem-se apenas de constatá-lo.

Contudo, se essa realidade é uma realidade sobre a qual nada podemos, o mesmo não acontece com o futuro, pois este pode e deve ser amoldado segundo novas conveniências, não, exclusivamente, ditadas por uma realidade histórica já vivida, mas por um projeto de nação a ser constituída. Para isso é necessário que se retifiquem as teorias que condenam o Brasil como uma futura nação. Embora o pensamento de Romero seja devedor e limitado pelos prejuízos científicos ligados aos nomes de Buckle, Comte etc. que o levam a valorizar na análise histórica os fatores do meio e raciais, sua preocupação é a de proceder a uma série de retificações nos conceitos emitidos por esses autores, especialmente em relação a Buckle, com o objetivo de encontrar não só um *modus vivendi* adequado entre teoria e prática, mas principalmente em tentar superar os fatores negativos do meio e da raça, através do *fator humano*, ou seja, pelo novo homem brasileiro.

Por outro lado, o estudo da mesologia começa apenas a esboçar-se e ainda não se sabe totalmente como os *meios* modificam os povos. Tudo isto é certo e é-o também que estes, por sua parte, reagem contra aqueles. O meio não funda uma

4 SÍLVIO ROMERO, s. d, p.104.

raça; pode modificá-la e nada mais. Deve-se, neste assunto, contar com o *fator humano*, isto é, com uma força viva prestes a reagir contra todas as pressões por intermédio da cultura.⁵

As ambigüidades e contradições em que se debate o pensamento de Sílvio Romero nascem exatamente do compromisso que lhe parece necessário estabelecer entre as teorias científicas européias, em relação à raça e ao meio, e as condições raciais herdadas da colônia.

O futuro deve significar para a Nação a superação do entrave que o meio ergue no caminho de sua realização.

No Novo Continente, uma nova civilização deve ser criada e, embora símile da européia, deve conter em si elementos diferenciais ligados à raça.⁶

Superar os óbices que se antepõem nesse caminho deve ser uma tarefa a ser realizada, primeiramente, pelo diagnóstico de nossas fraquezas: deve-se possuir uma consciência plena desses entraves, pois as barreiras físicas e morais que se antepõem ao homem brasileiro no desenvolvimento de sua missão deverão ser superadas uma vez que se conheçam as razões de suas próprias debilidades.

Um ato de vontade poderoso — elemento menos biológico do que cultural — deve presidir nosso destino histórico:

Nós os brasileiros não pensamos ainda muito, por certo, no todo da evolução universal do homem; ainda não demos um impulso nosso à direção geral das idéias; mas um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhes também um exemplo. Ver-se-áem que consiste nossa pequenez e o que deveremos fazer para ser grandes.⁷

O ato de vontade em que se resume o futuro histórico da Nação, assenta-se na desmedida confiança que se credita

5 Ibidem, p.84.

6 "O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil, é a forma nova de nossa diferenciação social" (Ibidem, p.103).

7 Ibidem, p.43.

à ciência como panacéia adequada às incertezas que parecem abundar na rota da Nação.

A ciência, assim, tem uma dupla representação: da mesma maneira que é um despertar de consciência em relação ao que fomos e ao que somos, é a ela também que se outorga o privilégio de abrir as portas ao povo brasileiro para que surja no horizonte uma nova Nação, antes produto da cultura do que das condições físico-geográficas ou raciais da região em que se estabelece.

"Eis ai [Sílvio Romero refere-se a um texto de Taine] a que ficou reduzida pelo clima da índia a raça mais progressiva e inteligente da terra. Se o nosso céu não é tão déspota, não deixa de sê-lo também até certo ponto. Conjuremos sempre por novas levas de imigrantes europeus a extenuação de nosso povo: conjuremo-la por meio de todos os grandes recursos da ciência. E esta a lição dos fatos." ⁸

A lição dos fatos consiste em amalgamar-se o resultado da experiência histórica da colônia aos imperativos e conquistas da ciência européia, de modo que possa conduzir o país em direção ao paradigma escolhido, a sociedade européia.

Pode-se perceber, creio, a diferença que medeia entre Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: o primeiro é coerente e fiel aos postulados teóricos que abraça; menos flexível em suas análises e crenças do que Romero, acaba por entrar num beco sem saída em que só pode optar pela impossibilidade da sociedade brasileira.

Sílvio Romero, e mais tarde Oliveira Vianna, ao contrário, faz de sua consciência e conhecimento do cientificismo europeu o trampolim que lhe permite saltar por cima de suas próprias contradições. Abeberar-se da ciência européia é uma condição essencial para vencer os escolhos que a história e a natureza colocaram no caminho do Brasil em busca de sua identidade nacional.

A inoculação do cientificismo de procedência européia na corrente sangüínea de nossa história tem por objetivo

8 Ibidem, p.82.

criar os anticorpos necessários para que o organismo da Nação em formação possa eliminar, no processo de desenvolvimento, as moléstias devidas à natureza, à estrutura racial e à experiência histórica do colonialismo.

Ciência e consciência fundem-se nessa visão histórica em que o elemento primeiro é o compromisso com a elaboração das bases da Nação e da identidade nacional.

As formas de que se revestem as aproximações sucessivas ao tema não chegam a diferenciar os objetivos finais a que se pretende chegar. A leitura atenta das obras de Sílvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre mostra que seus esforços para delimitarem ou definirem um homem brasileiro não podem ser diferenciados pelos objetivos finais. Cada um deles contribui com análises e argumentações, cuja sofisticação teórica ou metodológica pode variar, mas elas sempre reafirmam, por mais especiosas que possam ser, a opção feita: uma sociedade européia, basicamente, com traços diferenciais indianizantes ou africanizantes, os quais não põem em risco, em nenhum momento, a opção maior.

As formas variam, ganhando em alguns casos — por exemplo, a análise de Gilberto Freyre da contribuição do negro, centrando-se sobre o escravismo — maior profundidade, mas nunca chegam a opor à opção feita inicialmente uma nova opção. Elas são formas variáveis que se dirigem ao mesmo, uma sociedade branca, européia.

A preocupação por uma sociedade branca e européia nasce no século XIX. A permanência dessa preocupação durante as primeiras décadas do século XX deve ser creditada ao fato de que o Brasil como nação não parecia uma realidade irreversível.

Os problemas herdados da colônia não haviam sido satisfatoriamente resolvidos; os conflitos, reais e latentes, em regiões não suficientemente integradas ao todo da Nação, eram ainda suficientemente expressivos para pôr em dúvida a viabilidade do Brasil como Nação.

Capistrano, personalidade sensível ao descontínuo e ao conflitante, em estudo sobre a colônia do Sacramento, não se faz de rogado em prever a separação do Rio Grande do

Sul, que acabaria por pertencer "a uma raça livre de todos os crimes e abominações decorrentes do Tratado de 1750".⁹ Embora esse sentimento separatista não tenha sido partilhado pelos outros historiadores e seria necessário reafirmar ainda uma vez o particularismo das concepções capistranianas, não se pode pôr em dúvida que o separatismo foi sempre uma preocupação constante dos governantes brasileiros, que vai se refletir em toda a historiografia brasileira do século XIX e inícios do século XX. Contudo, o que nos importa aqui, ao traçar de maneira genérica um quadro da historiografia brasileira de Sílvio Romero a Oliveira Vianna e Gilberto Freyre é a intenção de pôr em relevo que os temas por eles tratados, mais sofisticadamente, já haviam sido apresentados por Varnhagen.

Nosso estudo é sobre Varnhagen. Sobre o historiador que podemos considerar o fundador de uma corrente historiográfica brasileira, ainda hoje atuante, na medida mesmo em que em Varnhagen o pensamento burguês brasileiro encontrou o espírito que, embora falto de imaginação, conseguiu realizar uma síntese admirável dos ideais e objetivos das classes dirigentes que tomaram a seu cargo a construção da Nação.

UMA VISÃO DE MUNDO POLÍTICA

1 O processo de nossa independência política

Um dos fatos relevantes da história brasileira do século XIX é todo o processo histórico que se abre, nos albores desse século, com a transmigração da família real portuguesa para as terras brasileiras e que culmina com nossa independência política.

Aos acontecimentos políticos que marcam nosso século XIX, não é indiferente o fato de ele se inaugurar com a presença da corte real portuguesa no Rio de Janeiro,. Para a colônia, essa presença é marcante, porque significa sediar o poder político que, até então, lhe era longínquo e inacessível. E verdade que esse poder político - concentrado nas mãos da decadente dinastia dos Bragança — estava desgastado e nada mais era do que destroços e uma pálida caricatura do poder absoluto de que se achavam investidos os monarcas do século XVIII.

A monarquia absoluta portuguesa - minada e derruída tanto pelos acontecimentos revolucionários que marcaram o final do século XVIII e o início do século XIX, quanto por uma exaustão biológica que destruía sua capacidade de ação — inaugura nosso século XIX não trazendo em sua bagagem os ares benéficos de uma renovação. Pelo contrário, é ela que buscava num ambiente novo e jovem o sopro de vitalidade

que lhe fazia falta, e as escoras de que necessitava para que seu poder e autoridade políticos não desaparecessem pela simples força da inércia.

E um paradoxo digno de ser notado que nossa história política se abra — num mundo conturbado por idéias e realizações revolucionárias — exatamente por uma força e um poder político que encarnavam o passado em vias de destruição e banimento. Superada pelo tempo, desgastada pelas próprias condições em que se deu o traslado da família real, a corte portuguesa chega ao Rio de Janeiro trazendo visíveis seus sinais de fragilidade. Contudo, essa fragilidade ostensiva da monarquia portuguesa é um dos aspectos que se devem reter, quando se pretende compreender todo o processo político que se desencadeia com sua presença e que tem como resultado final nossa independência política.

Transformando o Brasil em cabeça de um Império que, mesmo em decadência, é ainda significativo, a presença da família real estimula e incentiva as atividades políticas, inicialmente monopolizadas pelos membros portugueses da corte, mas que, em relativamente pouco tempo, passam a sofrer pesada influência dos elementos brasileiros, cujos interesses não se coadunam — e são mesmo opostos — àqueles defendidos pela fração portuguesa.

A longa permanência de D. João VI em terras brasileiras deve ser creditada, em parte significativa, ao fato de nossa independência política não ter se realizado em termos de idéias e soluções revolucionárias. Pode-se atribuir, também, em parte, à sua presença o fato de nossa independência se realizar num vazio de idéias, ligadas a um ideário político-filosófico que definisse ou, pelo menos, tentasse definir os rumos de uma nova Nação. Muito esparsamente, podemos detectar, aqui ou ali, idéias que ultrapassem o nível de ação imediata, e mesmo a frase - pronunciada ou não por D. Pedro I: *Independência ou morte* - que se tornou o símbolo e o gesto de nossa independência se esvazia exatamente por cair num terreno árido, inculto e estéril, de maneira que o primeiro de seus termos não encontra eco em ideais que a justifiquem e a sustentem e o segundo, numa realidade que afasta sua possibilidade.

A presença da família real representou, pois, de um lado, um obstáculo intransponível no caminho daqueles que sonhavam com uma Nação jovem, moderna e fiel ao ideário revolucionário nascido nos Estados Unidos da América e na França, mas, de outro, ela significou também a possibilidade - reforçando o traço anterior assinalado - de harmonização dos interesses de proprietários de terra e de escravos, de maneira a conduzi-los a realizar a transição da colônia ao país independente sem que se produzissem aqui os traumatismos que se produziam na América espanhola.

A independência, analisada sob esse aspecto, nada mais é do que a realização de um pacto e de um consenso em que se achavam envolvidos tão-somente os senhores de terra e de escravos e que visava preservar o que lhes interessava basicamente, a saber, um modo de produção escravista e a propriedade da terra. Assim, os regionalismos se acomodam, momentaneamente, e os grupos sociais, limitados e pouco numerosos, que manifestavam idéias revolucionárias puderam ser facilmente dominados.

O caráter não traumático da transição da colônia ao país independente tem sido de maneiras diversas interpretado em nossa historiografia: para alguns de nossos historiadores, a ausência de conflitos generalizados e o fato de se ter preservado a unidade brasileira são motivos suficientes para versões apologéticas em favor de D. João VI,¹ ao qual atribuem e emprestam virtudes de descortino político e de estadista que sua pusilanimidade recusa; em outros historiadores, o que temos é uma mal disfarçada tendência a uma interpretação catastrófica da história,² confundindo-a lamentavelmente com pseudoposições marxistas ou marxizantes, que os incentiva a buscar conflitos e participações

1 Ver, especialmente, Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*.

2 Confunde-se nessa interpretação, entre outras coisas, um processo revolucionário de substituição de classes dominantes com um processo de independência de um país. Nada existe que possa vincular efetivamente um processo ao outro. O aspecto revolucionário num processo de independência de um país deve ser buscado diferentemente.

populares que jamais ocorreram no nível em que eles o desejariam. Desmentindo uns e outros, tudo parece indicar que a interpretação mais próxima dos fatos é a de ver o movimento da independência como um movimento não traumático, cuja característica maior é o de ser conduzido por uma cúpula dirigente que em nenhum momento abriu mão de suas próprias prerrogativas, esvaziando-se assim as possibilidades de uma independência armada e revolucionária.

A ser correta tal interpretação, a família real portuguesa, por sua presença em terras brasileiras, bifurca sua influência, no que tange à independência: de um lado, impede e neutraliza toda tentativa de solução revolucionária que trouxesse em seu bojo a idéia de orientar a nova Nação e a nova sociedade para caminhos em que a propriedade fundiária e a existência da mão-de-obra escrava desaparecessem; de outro, ela age como agente catalisador, não deixando de se apresentar como uma força de mediação, harmonização e racionalização de esforços para a independência e a formação da nova Nação.

O país, uma vez independente, revela, de imediato, o vazio ideológico em que se desenvolvera nosso processo de emancipação. Torna-se necessário preencher esse espaço, por meio de uma ação deliberada e racional, orientada no sentido de construir o que não havia. Se, inicialmente, a ausência de um ideário político, a absoluta falta de um projeto de Nação puderam funcionar como um fator altamente positivo para a realização da emancipação política, nos estreitos limites demarcados pelos interesses das classes proprietárias de terra e de escravos, uma vez consumada a emancipação, avultam os problemas da construção da Nação. Esses problemas não serão vistos da mesma maneira pelos diversos grupos sociais e só então aparecem e tomam corpo as divergências regionais. Em conseqüência, começam também a se estruturar com maior nitidez e desembaraço os ideais dos diversos grupos sociais — no que se refere ao que pretendiam quanto aos destinos do país.

Pode-se aventar, também, com um grau bastante razoável de plausibilidade, que os acontecimentos que se sucedem à

independência decorrem da incompatibilidade existente entre o pacto da independência e determinadas regiões do país em que o modo de produção escravista ou não havia penetrado ou não havia se estabelecido com suficiente força e vigor. Os regionalismos que aparecem de maneira virulenta no período pós-independência podem ser assim compreendidos como um processo de defasagem e de falta de integração em relação ao modo de produção dominante.³

- 3 Não parece ser por outra razão que os dois extremos do país se constituirão problemas maiores para a unidade nacional. As revoluções do Sul não são apenas um fenômeno de fronteiras: elas são, antes de mais nada, a expressão clara de uma impossibilidade - conciliar, no interior do país, os interesses antagônicos de proprietários de terras e de escravos, de uma parte, e de proprietários fundiários que não dependiam tão exclusivamente da mão-de-obra escrava, de outra. Em razão do tipo de colonização que se desenvolveu no extremo sul do país, alicerçado na apropriação de terras que oferecia como fonte de exploração o gado selvagem, criaram-se condições de produção que, se não chegam a ser incompatíveis com a mão-de-obra escrava, pelo menos, não permitem que as relações de produção possam ser iguais àquelas que se desenvolveram nas regiões mineradoras, do açúcar e do café. É significativo observar-se que, tanto no Sul do país quanto no Norte, especialmente na região amazônica, a colonização se faz através do que se poderia considerar um retrocesso do branco em relação ao modo de produção. Numa e noutra região, a coleta é predominante no primeiro estágio de colonização. Quanto à região amazônica, o processo de degradação é mais significativo, pois lá se verificam ensaios de introdução de modo de produção escravista que não vingam e suas populações regridem - para sobreviver - no nível de simples coletores. Capistrano já o havia notado: "O café levado de Caiena por Francisco de Melo Palheta pareceu despertar o torpor da população. Pouco tempo durou a experiência; preferiu-se a apanha de produtos florestais, cravo, canela, cacau, salsa, mais rendosos e criados à lei da natureza" (1976b, p.120) ou "Maranhão começou a decair desde ou antes do governo de Gomes Freire, e explica-se o fato pelo abandono da agricultura, devido a produtos florestais semelhantes aos do Pará. Ao cravo, à canela, à castanha sucumbiram os engenhos" (p. 122). O fenômeno não se repetiu no extremo sul, entre outras razões, pelo fato de que o simples arrebanhamento do gado selvagem foi substituído pela criação. Tanto quanto São Paulo, que, no período colonial, permaneceu como uma região marginal em

Pode dizer-se que a integração nacional se periodiza em razão da constituição e expansão dos dois modos de produção - o escravista e o capitalista, e a este último deve ser creditada a integração final, que se realiza ainda nos dias de hoje, pela da conquista da região amazônica.

A independência pode ser considerada, desse ponto de vista, uma continuidade em relação ao período colonial que lhe lega a herança de um modo de produção e uma forma monárquica de governo; contudo, não se poderia realmente compreender o que representa para o Brasil sua emancipação política se não se visse nela um elemento de descontinuidade — originário do fato de que a liberdade política traz consigo uma série de problemas relacionados com a emergência do país independente.

A ruptura dos laços de dependência política em relação à metrópole traduz-se numa reorientação da economia brasileira, no sentido de que ela deve ser reestruturada em razão da autonomia — relativa, também — que se estabelece, no interior do país, para os grupos sociais economicamente dominadores.⁴

No nível político, os problemas da Nação tomam maior consistência, pois agora se impõe a necessidade de estruturar-se um poder suficientemente forte para conduzir a nova Nação e que corresponda, também, ao pacto da independência, para assegurar os interesses econômicos da classe dominante.

relação ao eixo predominante - regiões nordestina e mineradora —, vindo a se integrar definitivamente à força unificadora do modo de produção escravista somente no fim do século XVIII e início do século XIX, também o extremo sul começa a se integrar no país à medida que vai acontecendo o desmoronamento do modo de produção escravista e sua paulatina substituição pelo modo de produção capitalista. A unidade brasileira assim é conseguida lentamente e em etapas que se caracterizam pelo progressivo desenvolvimento de modos de produção diferentes, em que cada um deles desempenha um papel importante e específico na tarefa ainda atual de integrar regiões num país de caráter continental.

4 FLORESTAN FERNANDES, 1975.

No plano político-ideológico, os problemas essenciais são: traçar o trajeto que vai da colônia à Nação e da massa heteróclita herdada da colônia ao povo.

A sobrevivência do país independente se confunde, pois, com a capacidade política de suas classes dirigentes realizarem com sucesso a missão política fundamental do século XIX — estruturar e tornar efetivo um projeto de Nação.

Essa a tarefa primordial, o traço predominante do nosso século XIX. Construir uma Nação com o material que nos foi legado por um passado colonial que não pode ser esquecido nem abominado, pois dele resultam nossas condições de sobrevivência.

2 Os elementos de uma visão de mundo política: a Nação, o Estado, o Homem Brasileiro

O século XIX dá a impressão, às vezes, de ser uma vasta e rica cornucópia, de onde se retiram, conforme o gosto e o paladar de cada um, sonhos ou pesadelos. Amado ou odiado, ele está sempre presente sob nossos olhos; porém, à força de tanto tê-lo sob nossos olhos, é que as análises e interpretações que dele possuímos na mesma medida o revelam e o escondem. Se o que dizemos tem relação imediata com o século XIX europeu, ainda maior é o seu peso em relação à nossa própria história. Ele é uma presença acachapante, muitas e muitas vezes um fardo excessivo, cuja influência dificulta e embaraça o encontro de novos caminhos e novos ideais. Não importa em quê e no quê falamos ou pensamos, cedo ou tarde acabamos por nos meter em desvãos e trilhas subterrâneas que àquele período nos conduzem.

E bem possível que essa dependência em que nos situamos em relação a ele esteja intimamente ligada ao fato de que o processo histórico de longa duração, desencadeado em princípios desse século, não tenha ainda terminado em muitos de seus aspectos. E bem possível que essas sobras

renitentes do século XIX sejam por nós vividas como um pesadelo interminável, porque, assustados, somos obrigados a conviver com a possibilidade de reconhecer que não chegamos a concretizar o sonho tão acalentado de sermos uma Nação.

Em verdade, esse pesadelo é, antes de mais nada, a expressão do divórcio existente entre uma Nação subterrânea que se constitui uma quase clandestinidade, lastreada quase que exclusivamente no elemento menos claro, e mais terrivelmente enganoso e manobrável, embora possa vir a ser o mais pujante — o pertencer-se a uma comunidade — e a Nação que nasce de uma tutela mascarada na forma de uma imposição ideológica de classes dirigentes que encontram na reiteração do processo de construir a Nação uma maneira de perpetuar-se no poder.

É por isso que nosso século XIX não pode ser completamente desvinculado do pensamento racionalista do século XVIII, pois seus projetos nasceram, em grande parte, dos ideais originários do chamado Século das Luzes.

O mesmo racionalismo tecnocrático que perpassa pelas páginas da *História geral do Brasil* de Varnhagen, na sua ânsia de tudo consertar, de tudo prever e projetar, numa confiança ilimitada na capacidade do homem de conduzir sua própria história, mostra seu rosto nos dias de hoje, embora essa razão se apresente mais desenvolvida e cruel do que no século XVIII.

Dessa maneira, quando escrevemos que não podemos separarmo-nos do século XIX, talvez fosse mais correto dizer que não podemos desligar-nos de projetos e soluções encomendados ao século XVIII, mas que formam o que nós chamamos de século XIX brasileiro.

O exemplo mais flagrante do que vimos dizendo é pensar sobre o que tem significado o Estado entre nós desde que se constituiu como Estado de um país independente. Ele é menos a expressão do povo do que o instrumento de formação de um povo; é um Estado que não decorre da vontade, consciente ou inconsciente, de um povo, mas, ao contrário,

é um Estado que busca sua legitimação na sempre reiterada missão de constituir o povo que o deveria sustentar.

O desencontro político que podemos observar em toda nossa história de país independente parece fluir exatamente de que jamais Estado e Nação se colocaram no mesmo nível, jamais puderam abrigar em seu seio a totalidade dos indivíduos que os deveria constituir.

A Nação legal e a Nação subterrânea jamais se identificaram, correndo ambas em circuitos paralelos e fechados, sem vasos comunicantes, e quando estes aparecem são apenas com uma única direção — daquela para esta.

Nação e Estado foram sempre concebidos como tarefa de uma minoria culta e esclarecida que deveria reger os destinos de ambos, orientando, corrigindo, pela educação, pela força, a massa considerada incapaz e incompetente de se reconhecer e de reconhecer, no projeto idealizado pela camada dirigente, seu destino. Ao povo resta sua única arma, a indiferença, o desinteresse. Em alguns períodos, essa letargia e essa impossibilidade de ação que acompanham nosso povo são desmentidas e podemos então sentir sua presença em movimentos de cunho essencialmente regionalista — Canudos, Farrapos — ou então em movimentos que galvanizam a Nação — a Revolução de 30.

Nesse quadro geral é que avulta a importância do nosso século XIX. Foi nele que foram lançados os projetos de nossa nacionalidade nos termos em que vigoram até hoje; é nele que se forma uma ideologia de dominação que se filtra na elaboração de um projeto de Nação, que se mantém até o momento atual. Esta é uma característica fundamental, pois a ideologia de dominação que se desenvolve no Brasil, desde o século XIX, tem como um de seus mecanismos mais eficientes de preservação a preocupação de obscurecer e camuflar suas origens e apresentar como novo aquilo que é velho de mais de um século.

O século XIX é o momento de nossa independência, ele marca o início de um processo lento e de longa duração que busca forjar a nacionalidade e a Nação. É um problema comum do século XIX, como também do século XX: países

novos ou velhos, antigas colônias, que buscam encontrar, em alguns casos, ou reencontrar, em outros, sua identidade, seu projeto de vida como Nação una, indivisível e independente.

Nessa tarefa imensa a que se lança a camada dirigente da Nação é delegado um papel essencial à história: esquadrihar o passado, peneirá-lo, resolvê-lo, buscar em suas cinzas ainda fumegantes, entre as mazelas da servidão e da desunião, os desvãos camuflados, as pequenas reentrâncias, os minúsculos acontecimentos em que se inserem os primeiros gestos tímidos de identidade, os primeiros acenos de união, os primeiros sonhos de uma pátria livre.

Os historiadores atenderam ao apelo e procuraram atender a essa necessidade básica das nações que estavam em vias de formação.⁵ Eles se admitiram como os forjadores de nacionalidade. Agiram premidos e impulsionados pela urgência e pela consciência da tarefa que tinham a realizar. E é por isso que, para compreendê-los e explicá-los em suas relações com os grupos sociais que os sustentam e dão os elementos de sua concepção do mundo, é necessário que nos detenhamos e procuremos estar o mais próximo do que pensavam ser sua missão. E preciso refletir mais demoradamente nos elementos e nos fatores que condicionavam sua ação e seu pensamento, e que eles acreditavam ser o cerne para a constituição e a preservação dessa nacionalidade. É preciso que se indague o que queriam, ao que vinham, quando falavam em Nação. Quando decodificamos seus escritos, quando nos aproximamos do que tinham em mente, ao falarem em Nação, atingimos o momento-chave do desvendamento. Este é o elemento central, a pedra angular de sua intimidade, que não é apenas a deles, mas de seu grupo social ou dos grupos sociais que se constituem e

5 "Assim a integridade do Brasil, já representada magestosamente no Estado e no Universo pela Monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por **uma** história nacional" (VARNHAGEN, F. A. de, s. d.a, p.XXI - prefácio da 1ªed.).

almejam a direção da Nação, criando, inventando projetos para ela. E também a chave para que se possa compreender que muitas das coisas pensadas e realizadas a eles devem ser remetidas e que, em consequência, se estabelece uma continuidade — feita de uma comunidade de idéias e de interesses — freqüentemente dissimulada em falsos caminhos, vinculando-os, até hoje, a pensadores, historiadores, sociólogos etc, que muito amiúde reclamam uma originalidade que não lhes cabe.

A continuidade reencontrada, pelo menos neste caso, funciona como um critério para ter-se a justa medida de um pensamento racionalista, que muda seus meios, suas formas, mas jamais seus objetivos de dominação.

O sentimento de nacionalidade parece afirmar-se quando se possui um conceito ideal de Nação. Parece não bastar que se fale em nacionalidade, na formação de uma nacionalidade, para que se tenha a Nação. O sentimento de uma Nação amadurece no interior de uma situação social determinada, mas ela será sempre algo difuso, de contornos imprecisos, enquanto não houver o esforço de reunir seus elementos dispersos, enquanto não se expressar a realidade social — mesmo que seja a aparente — no mundo imaginário em que se formula e se elabora idealmente o projeto da Nação.

Elaborar idealmente uma Nação significa primeiramente a escolha de opções. São valores que deverão ser escolhidos e atingidos são opções sociais, étnicas, políticas, econômicas, antropológicas etc. que deverão ser feitas. Uma Nação não é um simples aglomerado de indivíduos; não é somente uma presença territorial ou uma unidade e continuidade espaciais. Ela é algo mais amplo e sofisticado.

Quando ouvimos os historiadores falarem em Nação, somos levados a acreditar que ela traduz a realidade de um consenso. Contudo, a verdade é que, na prática social, esse consenso não existe, senão sob a forma trivial, porém enganosa, na qual a Nação aparece, primordialmente, como o fato de pertencer-se a uma comunidade.

Neste nível elementar de apreensão, a Nação se nos apresenta como uma realidade concreta com que temos de

nos haver continuamente, pois dela decorre uma série de deveres e obrigações que dimanam, aparentemente como uma força irresistível e não contestável, de existirmos no interior da coletividade. A Nação aparece, pois, como uma realidade com a qual mantemos uma relação direta e imediata, independentemente de outros tipos de relações que possam existir entre indivíduos ou grupos da coletividade. Lidamos como uma representação, a Nação, que melhor poderíamos chamar de ficção.

Essa representação ou ficção aparece como o resultado de relações sociais que permanecem aquém e além das condições reais dos indivíduos, acima dos interesses de classes e grupos sociais que formam a comunidade. Nenhuma hierarquia social, nenhuma diferenciação de classe, nenhuma discriminação quanto à cor, quanto ao saber, quanto à riqueza parece estar à raiz do que chamamos Nação. Nossa solidariedade pode continuamente ser solicitada e tudo se passa como se ela fosse a obrigação, decorrente do traço comum que a todos une, de pertencer ao mesmo país. Ser francês, inglês, ou brasileiro se consubstancia como uma obrigação que preexiste ao nosso próprio nascimento.

O pacto de solidariedade social que se realiza no interior de uma comunidade, que se pretende nacional, não é, porém, fruto de um tácito consenso; seria mais próximo da realidade dizer que o falso consenso em que nos vemos enredados decorre de uma ideologia, de fundamentos históricos, em que as diferenciações, as hierarquizações sociais que determinam efetivamente as opções feitas são sistematicamente reduzidas, esquecidas. De maneira que ela possa afirmar-se como a ideologia em movimento de um pacto ou de um consenso.

Em realidade, ela é uma imposição de classes ou de camadas sociais que possuem o poder econômico, político e cultural de fazer a sua representação de Nação a "representação de Nação".

A legitimidade dessa representação só se dá no momento em que os valores que definem são acreditados como universais e, mais do que isso, neutros em relação aos grupos

sociais da comunidade. A imposição ideológica se completa quando os membros da comunidade passam a perceber esses valores como seus, mesmo quando contrariem a própria realidade histórico-social em que vivem.

Na produção dessa ideologia, ao historiador cabe uma das maiores tarefas: ele deve reescrever a história para harmonizá-la e colocá-la dentro dos trilhos assinalados. A história deve ser o espelho em que os homens de uma comunidade devem se olhar e se reconhecer. Nela, o que vão buscar são os traços comuns, que permitem a cada indivíduo olhar o outro e reconhecer-se nele; são as peculiaridades que permitem ao grupo reconhecer-se como grupo nacional e diferenciar-se dos grupos não nacionais.

Em sua tarefa, o historiador deve homogeneizar o passado para que as peculiaridades sejam traços distintos de um povo e não no interior de um povo. O passado deve ser retomado, reconstruído em razão do interesse maior já definido, a Nação.

O homem político na prática diária deve evitar que se produzam o separatismo, a desunião, a fragmentação do território e dos homens; o historiador se impõe como missão a tarefa de secundá-lo com razões e argumentos históricos, oferecendo do passado os elementos que possam orientar e consolidar na prática política a consecução do ideal. Daí ser um salto relativamente simples o fato de o historiador envolver-se nas teias do oficialismo. Nessa opção ele não vê nenhum mal e, quando dele vem o reconhecimento, ele se transforma em sua suprema realização.

Nem mesmo é preciso que o Estado lhe venha solicitar o concurso, ele se oferece na certeza de que seu trabalho é significativo e necessário.

A Vossa Majestade Imperial, Senhor, Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu e sancionou a importância do estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor dela entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na Administração do Estado, e para fortalecer os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patrio-

tismo, e enobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras...⁶

Nessas palavras estão sintetizados os objetivos a que o historiador deve obedecer em seu trabalho: em primeiro lugar, colaborar na Administração do Estado, por meio do levantamento histórico de dados que lhe possam ser úteis; em segundo, favorecer a unidade nacional; e, em terceiro, complementando o segundo, fomentar e "exaltar" o patriotismo, enobrecendo o espírito público.

O historiador impõe sua presença como algo absolutamente necessário nos quadros de uma Nação em gestão. Sua pretensão, contudo, é muito mais ampla e profunda do que, à primeira vista, pode parecer.

Se, num primeiro momento, a ele cabe a criação de um passado uno, que dá sentido à Nação; num segundo, a sua participação é muito mais vigorosa porque a ele também deve caber a tarefa de modelar o futuro. Uma Nação não é apenas o que ela foi em seu passado colonial, esta é a matéria-prima, o ponto de partida para uma projeção em direção ao futuro em que deve se realizar seu ideal de Nação.

O processo de criação não se reduz em dar, abstratamente, realidade a uma Nação; o que anima vivamente o historiador a trabalhar o passado é nele encontrar a matéria viva e incandescente que permite manipular experiências e elementos históricos, para moldar o futuro da Nação. O passado, então, aparece como o despertar da consciência da Nação e da nacionalidade para um certo tipo de Nação. Sua identidade ou diferenças com outras nações nascerão do passado reconstituído. As nações existentes são o modelo paradigmático que atua sobre o historiador e sobre o grupo social, da mesma maneira que os povos que constituíram o cerne colonizador da nova Nação são as condições do novo povo que surge. Em uns, temos o modelo para o que se tende; em outros, a herança, recolhida ou rechaçada, de uma experiência histórica singular que deve ser aviventada e encarecida.

6 VARNHAGEN, F. A. de, s. d.a, v.1, p.I-II.

A realização de uma Nação, como já o dissemos, é uma atividade política, mas a prática política deve estar alicerçada numa ideologia que cubra não simplesmente o grupo social a ela ligada, mas a todos que por ela possam ou devam ser absorvidos.

A atividade política deve ser suplementada e garantida por uma visão política do mundo, em que cada um de seus elementos — a Nação, o Estado, o Homem Brasileiro — guarde entre si a mesma unidade que o historiador busca na história do passado. Os elementos dessa visão de mundo não devem aparecer como a expressão particular de um grupo social, que nele exprime seus sentimentos, ideais, projetos etc; devem, sim, surgir com naturalidade como os frutos de um processo histórico que a todos envolve e abrange.

Nenhum país, nenhuma Nação, é apenas o resultado de uma etnia; os países e as nações são, também, a expressão de uma conquista guerreira. O fato étnico se sublima na conquista guerreira, esta o consolida na negação, em que a etnia do vencedor se impõe à vencida, não apenas pela força mas pela possibilidade que a este oferece de redimir-se pela assimilação ao povo vencedor. A etnia se purifica pela conquista que a legitima. Os senhores da terra são também os senhores que podem impor sua etnia. A Nação assim se define por uma etnia - a do grupo vencedor. O grupo vencido participa da história pela única porta que se lhes deixa aberta, a miscigenação.

A assimilação — via miscigenação — tem um único sentido, a preservação da raça superior no campo de batalha. A Nação se esboça, portanto, como a realização de uma etnia em que as outras serão lenta e deliberadamente absorvidas, de maneira que o futuro da Nação se confunde com essa etnia e seus valores.

Uma nova Nação recobre assim uma série de significados e valores, que vão desde a etnia à civilização: uma certa etnia, a do grupo vencedor; um certo tipo de colonização e de conquista, a do povo vencedor; um certo tipo de povo conquistado, a do autóctone; um certo tipo de erro histórico, a escravidão de povos não conquistados; um certo tipo de correção

histórica, a miscigenação; um certo tipo de civilização, a do vencedor; um certo tipo de Estado, instrumento de realização da Nação; um certo tipo de homem, o brasileiro, fruto e construtor, ao mesmo tempo, da nova Nação.

Uma nova Nação, como uma árvore nova, necessita de escora e proteção. Ela deve ser amparada, guiada e seu jardineiro deve estar atento a tudo que possa afetar seu desenvolvimento. Cuidar para que as ervas daninhas não obstruam seu caminho, não ofendam nem impeçam que busque seu alimento. Ele arranca com suas próprias mãos as ervas daninhas, ele dá de suas mãos o carinho ao amanhar a terra. A jardinagem, contudo, se apóia na ciência da botânica, o carinho de que ela se reveste está solidamente alicerçado no bem e no mal que ela própria não define. As mãos carinhosas do jardineiro são impessoais e não são guiadas por outros interesses, explícitos ou implícitos, que não sejam ver a árvore frutificar, tornar-se bela.

Não ocorre o mesmo com a jardinagem de uma nova Nação. Ela pode ser comparada a uma jovem árvore, mas quando há o gesto da poda - ele não é um gesto de carinho — ele não é o gesto que precede o crescimento harmonioso.

Como no organismo humano, uma Nação, quando privada de um de seus órgãos, apenas significa que um outro se desenvolverá mais e tomará seu lugar. O que temos, então, é uma hipertrofia — o desmesurado crescimento de um órgão, de uma função, em detrimento dos demais. Numa jovem Nação insegura, em que seus grupos sociais ainda não estão perfeitamente determinados, parece — num primeiro momento - uma atitude de prudência e de sabedoria políticas delegar ao Estado, como instrumento de ação, a tarefa de realizar o projeto que dela se tem. E preciso, para tanto, que ele seja concebido como um ser puro, diáfano, sereno e imparcial para que possa pairar acima das contingências daqueles que formam a comunidade. Dá-se ao Estado a forma pura de uma idéia hegeliana, mas com a mesma força de realização.

O Estado aparece como um ente transcendente, pairando sereno acima de contingências e divergências. Dentro

dessa concepção, as classes sociais ligadas à terra e ao escravismo buscam delegar-lhe não só a função administrativa da nova Nação, como também, e muito mais importante, a tarefa política de sua constituição.

Forma e conteúdo da jovem Nação já se esboçam, poder-se-ia dizer que já estão quase predeterminados pela história que a precede. Eles devem ser realizados, não nas condições em que se desejaria, mas naquelas em que se encontra a ex-colônia.

O país independente, quando se percebe como independente, percebe também que é apenas uma simples ex-colônia.

No caso brasileiro, a presença da monarquia portuguesa, por um momento, fez sonhar ser possível a concretização do sonho tão longamente acalentado: o de que a ex-colônia poderia ser um dia a cabeça do Império de que fazia parte. Ela fora pensada como o natural prolongamento da Monarquia e do Império portugueses. Esse sonho se desfaz no dia seguinte ao da independência.

A unidade da colônia se perde no momento mesmo em que se desvincula do Império que a assegurava; em vez dela, o que se tem é a heterogeneidade, a divisão, a discriminação em todos os níveis. Ao Estado incumbe buscar a unidade perdida, fazendo-se dele algo unitário e centralizador; às divisões internas, que se abrem imediatamente, deve corresponder um Estado cuja autoridade deve ser incontrastável. Essa autoridade não pode concentrar-se num único homem, mas deve ser a substância de uma oligarquia enobrecida, menos pelo sangue do que pela inteligência, pelo que pode render em termos de serviços à nova Nação.

Ao Estado deve incumbir preencher o vazio de idéias em que se processara nossa independência, pois esse vazio aparecia em toda sua profundidade e em toda gama de conseqüências. Era-se tão apenas uma ex-colônia, pobre de idéias e, ainda, mais pobre economicamente.

Os sonhos de grandeza de um novo Império do qual o Brasil seria a cabeça desmoronaram. A realidade era um pesadelo a ser recuperado; o que se tinha eram destroços de

um passado colonial a serem recompostos. Das velhas ruínas coloniais deveria fazer-se o novo. Contudo, a jovem Nação já nascia velha, porque voltava as costas para seu próprio século e ia buscar sua inspiração nos ideais velhos e desgastados que aqui haviam arribado com a decadente corte portuguesa. O pavor da desunião, das dissensões, a discriminação que lavrava no interior do país independente, tudo deveria ser modificado. Os novos senhores da história acreditaram que isso seria possível, com a mesma fé cega e racionalista dos homens do século XVIII, se às mãos do Estado fossem depositados os destinos da nova Nação.

Essa a maior tarefa do Estado, e será ela quem determinará suas dimensões e características. A ele incumbe levar adiante o projeto de Nação e do Homem Brasileiro.

Os senhores da história criam o Estado tutelar que fará a Nação à sua imagem e semelhança. Da massa amorfa e indefinida, discriminada e sofrida, deve surgir o novo Homem Brasileiro que formará, um dia, o povo brasileiro.

Essa a história política do nosso século XIX. E é a ela que Varnhagen vai servir e ser porta-voz. Ele é uma voz que cem anos depois é tão atual quanto o foi no momento em que se fez ouvir. Ele é o oráculo de uma situação que se perpetua porque é infinita a tarefa, quando só eleitos e taumaturgos são convocados para a sua realização que deveria ser a obra comum de todos; porque ela é ininteligível, quando o poder e o saber são privilégios que não se repartem; porque ela é infinda, quando o que se realiza pressupõe o tutelador e o tutelado.

A NAÇÃO BRANCA E EUROPEIA

O que é uma Nação? Mais especificamente, o que é uma Nação, quando ela começa a surgir dos escombros de uma sociedade fruto de um sistema colonial que vigorara por três longos séculos? O que é uma Nação, quando se admite, como o faz Varnhagen, que ela estava já implícita, desde o momento em que a terra, que devia abrigá-la, era descoberta pelos que a deveriam formar? O que é uma Nação, quando se admite que seu agente formador não é o povo que a deveria fazer, mas o Estado, entendido como agente tutelar e onipresente em sua ação e em sua omissão? Que espécie de Nação deve nascer de um solo primitivamente ocupado por homens, cujo estágio de civilização não ultrapassou a barbárie e cuja incapacidade se revela pelo simples fato de que jamais conseguiram constituir-se como Nação? Que Nação pode surgir do seio de uma população que, formada por três etnias — uma das quais sem nenhuma relação com a terra ou com as outras etnias — não atingira nem a unidade nem a organicidade de um povo?

Dessa Nação, quando muito, pode dizer-se que possui um sentimento nacional, forjado no dia-a-dia da vida colonial mas não suficientemente difundido e nem muito explícito porque deriva e se relaciona mais com um sentimento de propriedade da terra, conquistada e reconquistada, do que de um sentimento comum em que se partilham valores comuns que pudessem transformar uma massa heterogênea num povo, um simples território, numa Nação.

Em tais condições não se tem uma Nação. Tem-se um projeto. Um projeto que deve ser criado, elaborado, esmiuçado e explicado. Um projeto, diga-se de passagem, é uma idealização, mas também uma construção. Enquanto idealização, consubstancia os ideais e anseios do grupo social ou dos grupos sociais capazes de compreender o que representa o sentimento nacional e a nacionalidade para seus próprios fins; enquanto construção, ele demanda que se possuam os instrumentos políticos e persuasórios adequados para que se possa transformar a massa heterogênea em um povo que se determina, um território imenso e sem unidade, num país e numa Nação.

A tarefa se delimita e se esclarece, de uma colônia de vocação independente faz-se uma Nação; de um Estado estrangeiro e opressor, o natural antecedente de um novo Estado de fins nacionais, cuja sagrada missão é concretizar os anseios, os ideais, os sentimentos de uma camada da população - a única — capaz de definir-se e de arrogar-se o direito de depositária dos destinos da Nação emergente.

Um projeto, nunca é demais insistir-se nesta sua faceta, é fruto — tanto em sua elaboração quanto em sua execução — de uma vontade e de uma consciência. O projeto assim compreendido não se circunscreve ao âmbito de uma tarefa de cunho político-administrativo. Sua verdadeira face se revela quando o percebemos como a expressão de uma concepção do mundo em que o fator político ganha relevo. O político aqui deve ser compreendido tanto como a preocupação de elaborar uma ideologia quanto como o desenvolvimento de uma prática política que nela alcance seu modo de ser.

Dividem-se, naturalmente, as funções: ao homem político cabe a direção da prática política; ao intelectual, especialmente ao historiador, incumbe suprir essa ação com os elementos teóricos e históricos necessários para a consecução dos ideais estabelecidos. Ao contrário do que acontece com a pessoa jurídica do Estado, cujo conceito é antes afirmado em sua abstração e generalidade, a Nação, desde o seu início, deve ser compreendida essencialmente como uma construção histórica.

Não se trata, portanto, de definir-se abstratamente o que é uma Nação; a preocupação é, prioritariamente, saber que ação é possível e desejável numa situação histórica determinada; em que fatores, presentes ou passados, conjunturais ou estruturais, nacionais ou internacionais, devem repousar os seus alicerces. Ela será, assim, a resultante natural tanto de uma ação pragmática como de uma interpretação pragmática da história.

Se uma jovem Nação não pode nascer espontaneamente como o desejavam os românticos —do seio de uma população ainda indefinida -, torna-se essencial a tarefa do historiador, pois a ele deve incumbir o trabalho delicado de cirurgião plástico, extirpando, suturando, acrescentando os elementos esparsos de uma nacionalidade ainda em formação. Todas as operações são realizadas sob o critério das expectativas que se tem a respeito da futura Nação. Se ela não existe ainda, uma das maneiras de a ela se chegar é recuperar a história universal, seria melhor dizer aqui, a história do mundo ocidental, tal como se apresenta no interior da Nação que se forma, e tê-la como guia de um caminho a ser percorrido.

A idealidade da nova Nação fica circunscrita às condições específicas da experiência histórica da sociedade nascida do sistema colonial, contudo, e isto é muito importante, talvez decisivo, essa experiência é avaliada, limitada e corrigida, no interior do projeto em gestação, em razão da experiência histórica mais ampla e mais absorvente da civilização ocidental.

A história da colônia assim interpretada não é tão somente a história de uma conquista, pois isto ela o é efetivamente, como veremos adiante — mas ela é, prioritariamente, a constatação da superioridade de uma cultura, de uma civilização, de um modo de vida e de pensamento, sobre outras formas primitivas que acabam por ser interpretadas como um estado de barbárie.

O conflito que se estabelece e que opõe os brancos aos índios, ou aos negros é de natureza não apenas racial, mas basicamente um conflito da civilização contra a barbárie, da

ordem contra a desordem, da unidade contra a dispersão, da lei contra o desregramento.

A escolha do que deverá ser a nova Nação acaba por parecer como a natural decorrência de uma situação histórica em que a oposição entre culturas e civilizações diferentes acaba por impor um vencedor — a cultura e a civilização dos brancos,¹ que traz em seu arsenal de armas não só as de natureza guerreira, como também outras, mais efetivas e sofisticadas, vistas como os atributos de uma civilização superior. Elas se expressam naqueles traços que são interpretados como os valores máximos da civilização superior: lei, ordem, autoridade e religião. Cada um desses elementos baliza e consubstancia o processo de colonização e tornam-se os parâmetros da nova experiência histórica, a construção da Nação. Tais parâmetros devem nascer de nossa história colonial e nela se explicitam, porque se suas origens não estão aqui, mas na longínqua Europa, que permanecerá sempre como o paradigma a ser imitado; o historiador não pode esquecer que o que legitima a opção feita é a experiência histórica vivida desses valores no interior da colônia. A Europa, com tudo o que significa em termos de cultura e civilização, será eternamente o modelo a que se deve apegar a nova Nação.

Um povo e uma Nação, porém, não são construídos na contemplação muda de um paradigma. E necessário que eles surjam sob a forma amena e inquestionável da inevitabilidade histórica, de tal maneira que o histórico e o natural apareçam como fundidos e indissociáveis. Para que isso ocorra, o trabalho do historiador deve concentrar-se na busca dos germens criativos que afloram do fluir da história primitiva da colonização, tentando detectar os momentos

1 "Se da união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e o maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contacto, tem nas suas mesmas leis os laços de união" (VARNHAGEN, F. A. de, s. d.b, v.1, p.457).

privilegiados em que se produz o milagre da transposição e da metamorfose dos valores diferenciais — em relação à cultura autóctone — que consigo trouxeram os primeiros homens brancos que aqui aportaram.

Eles são os desbravadores dos sertões e florestas bravias; são os que domesticam as forças selvagens da natureza primitiva; são os que catequizam e instruem os selvagens sem ordem e sem Deus; são os que, aqui nascidos ou radicados, lutaram pela terra, primeiro contra os indígenas, depois contra os invasores estrangeiros, franceses, espanhóis ou holandeses, reconquistando-a; e, finalmente, são os que a expandiram à custa do Império espanhol.

A opção irrecorrível por uma Nação branca e européia nasce, segundo o autor da *História geral do Brasil*, como o fruto amadurecido e temperado da uma experiência histórica em que as linhas da nova Nação são legadas e determinadas por uma civilização superior. Aos demais grupos étnicos e culturais, considerados vencidos, só lhes resta uma participação passiva no projeto da nova Nação e apenas na medida em que se deixarem ou forem absorvidos e integrados, racial e culturalmente, pelo branco — única fonte de legitimação, pois dele decorrem os valores básicos da nova nacionalidade.

A tarefa do historiador como expoente do "máximo de consciência possível" (Goldmann) é alargar e aprofundar, por uma fundamentação alicerçada nos eventos históricos, a consciência nacional que se apresenta, em seus primórdios, como o apanágio de alguns poucos privilegiados.

O projeto de Nação não aparece simplesmente como criatura das lucubrações mentais de um único homem, o historiador; ele não é sua criação *ex nihil*. O projeto, tanto em sua generalidade quanto em seus traços específicos que passa a ostentar, pertence ao grupo social. Ao historiador, como expressão intelectual do grupo social a que pertence, incumbe diligenciar para traduzir os anseios que o revelam, os objetivos que o caracterizam, nos termos de nacionalidade, inteligibilidade e plausibilidade; e devem procurar revesti-lo de cores que não aparentem ser apenas a tradução

dos anseios e ideais de um grupo social delimitado. O projeto de Nação deve surgir de sua pena como o anseio, o desejo e o ideal da sociedade como um todo.

Nesse trabalho de construção e convencimento, não bastam as belas palavras de um patriotismo que se julga sadio, nem a exaltação pura e simples, ainda que ela exista, de um sentimento nacional, ainda apenas entrevisto. O papel do historiador é o de demonstrar que — sob o legado caótico da colônia - uma Nação existe, ainda informe e inacabada, mas apresentando já uma característica, a de ser o fruto de uma conquista que lhe permite oferecer os elementos primordiais para que sua construção apareça aos olhos de todos como a decorrência de sua própria história.

Se a Nação nasce assim com seus contornos gerais definidos, pois eles são apenas uma extensão da distante Europa, resta então demonstrar que o projeto proposto não ofende nem violenta suas origens, no interior do país.

Uma das formas de trabalho do historiador é a compatibilização entre o paradigma escolhido e o curso da história da colônia, de maneira que tais origens, reais ou presumidas, demarcam o caminho que se deve percorrer em direção à Nação plena.

O historiador esclarece sua função, utilizando para tanto palavras de Tocqueville:

Os povos, *disse Tocqueville*, ressentem-se eternamente, da sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer e que os ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existência. Se possível fosse a todas as *nações, prossegue o mesmo publicista*, remontar... a origem da sua história, não duvido que aí poderíamos descobrir a causa primária das prevenções, dos usos e paixões dominantes — de tudo, enfim quanto compõe o que se chama caráter nacional.²

O trabalho de construção de uma Nação comporta momentos de reconhecimento, de desbravamento, de consoli-

2 Idem, s. d.a, Prólogo.

dação e de edificação. Tal como no trabalho de uma mina, é necessário que se retorne constantemente para verificar se a galeria já edificada, muitas vezes caoticamente em seu início, necessita de escoras e de reparos; de outro lado, avançando o túnel, é necessário que não se pense apenas no passado, porque o futuro representa a superação das deficiências primeiras se o soubermos compreender.

O historiador se investe na função de guia e controlador das idas e vindas em direção ao passado e ao futuro; ele conduz em suas mãos a luz do reconhecimento do caminho percorrido e do que se deve ainda percorrer; ele o organiza e o demarca; cria e constata argumentos. A racionalidade de que se acha investido lhe advém tanto de sua inteligência quanto de sua missão; seus problemas nascem da representação que faz da Nação.

Uma Nação, para ser considerada como tal, deve ter unidade. Surpreendamos, portanto, essa unidade nos escaninhos em que se esconde; remexamos todos os recantos em que ela pode se esconder e depois a revelemos.

Como pode surgir unidade no interior de um continente em que a desunião é uma marca indelével? Como foi possível preservar-se a unidade brasileira, quando as dissensões naturais num processo de independência indicariam a desunião como um desaguadouro natural das divisões internas produzidas pela colonização? Como explicar a preservação de uma massa territorial tão grande quanto o resto do continente? São questões que o historiador se propõe quando rasteia a unidade pretendida nos desvãos em que se camufla.

Ele a detecta nos indígenas que, embora desunidos, multiplicados em cabildas, divididos por ódios e questiúnculas tribais, incapazes de patriotismo, conservam, contudo, como se fosse pela providência divina, a unidade lingüística. E é essa unidade que vai permitir que uma nova força de unidade e de integração exerça também sua influência; a Companhia de Jesus, a catequese do indígena, sinônimo de civilização, só é possível porque alguns padres, "grandes línguas", traduzem para o tupi o catecismo, transformando-se assim num instrumento para a ação unificadora do

jesuíta, que pode dessa maneira estender-se por todos os brasis. Porém, a Companhia de Jesus é um fator integrador por sua própria organização unitária e centralizadora. Sua presença nas terras conquistadas representa um ponto de união e de ligação. Por meio das relações que se estabelecem obrigatoriamente no interior da Companhia entre seus membros revela-se e se impõe sua estrutura unitária, a qual acaba por se transcender e interiorizar a própria unidade das terras conquistadas.

Os jesuítas nunca estão sós; para onde quer que se dirijam, a presença e os vínculos com sua instituição se fazem e se refazem pelo trabalho diário que realizam, pelos relatórios que redigem a respeito de sua missão evangélica, pelas notícias que veiculam, pelo conhecimento que acumulam das regiões em que operam.

Nóbrega apenas recebeu para o seu colégio mais padres, como tinha pedido, tratou de espalhar por todo o Brasil os seus combatentes; e com isso, favorecendo a unidade proverbial da Companhia, concorreu muito para favorecer também a do Brasil, entabulando mais freqüência de notícias e relações de umas vilas para as outras, e contribuindo, com as pacificadoras palavras do Evangelho, para estabelecer mais fraternidade entre os habitantes das diferentes capitâneas, e para destruir o feio hábito, resultante da falta de educação dos habitantes, de se estarem umas às outras injuriando com doestos, ainda quando mais polidos que os de piratas, ladrões e quejandos.³

Como se vê, os jesuítas unem também pelo exemplo e pela educação, evitando que as capitâneas pudessem desunir-se pela falta de respeito que pudessem ter os homens entre si e umas em relação às outras.

O trabalho do historiador é pacioso e detalhístico; nada deve esquecer daquilo que pode traduzir a unidade a ser constituída, quer se trate de um detalhe do povo vencido, quer de um aspecto da organização religiosa, quer ainda

3 Idem, s. d.b, p.290.

se refira ao Estado - do qual falaremos adiante —, mesmo em seus aspectos mais simples e humildes.

A organização judiciária é interpretada como fonte de unidade, pois a ela se deve a instituição do juiz de fora, obrigando a que os indivíduos a ela agregados servissem fora de sua capitania. "Esta instituição (*juiz de fora*), que só foi introduzida no Brasil em fins desse século (1606), contribuiu para cada vez se estreitar mais a unidade nacional, obrigando-se os indivíduos de umas províncias a servirem nas outras, com o que se iam desterrando os excessos do pernicioso bairrismo."⁴

Uma Nação, contudo, não se forja apenas por meio de instituições pacíficas e religiosas; ela é também o produto de lutas em que o sangue que corre, generoso e heróico, serve para amalgamar e sustentar o sentimento de nacionalidade. Esse sentimento de nacionalidade se confunde com a idéia de unidade territorial, que é uma idéia de posse e conquista.

A unidade territorial não pode ser compreendida apenas como algo que decorre de um acidente geográfico ou como o fato natural da existência de uma continuidade espacial.

Ela envolve sempre o pressuposto de que é a resultante de uma conquista e não de uma dádiva. Esse elemento lhe dá grandeza e confere sentido à história colonial.

A unidade territorial é, assim, algo que se faz, primeiramente, de maneira histórica e, depois, se apresenta como um fato natural. Pressupõe não somente a existência de um núcleo inicial do qual se irradia a ação colonizadora e aglutinante, mas se corporifica também na existência de uma rede física de ligações que permitem aos seus centros iniciais estenderem sua ação centrípeta.

No Brasil, segundo Varnhagen, o que temos é inicialmente uma política de diversificação dos centros aglutinadores — as capitanias hereditárias - que mesmo em termos de expressão territorial são desconhecidos, pois são demar-

4 Ibidem, v.2, p.122.

cados apenas em razão das costas marítimas. O interior permanece como o desconhecido a ser conquistado.

Com as capitanias, o Brasil inicia sua vida de país independente — como pretende Varnhagen — sob o signo da divisão. Somente com o governo geral é que se inicia a tarefa de unificação do território. Não será uma empresa fácil e sua consecução se mescla, a todo instante, com a da nacionalidade. Na realização da unidade agirão os mesmos elementos que permitirão desabrochar o sentimento de nacionalidade. Em ambas, agirão com a mesma força o Estado, as guerras de conquista e de reconquista, as guerras de expansão, a luta nacional contra o estrangeiro, ainda que seja o português.

A guerra nesse contexto passa a ser encarada não como um mal, mas como uma necessidade histórica em que os interesses de um são os interesses de todos. Cada capitania, centralizadas todas sob a autoridade do governo geral, vê nas demais não uma concorrente, mas um pedaço de si mesma. E na guerra surgem os heróis nos quais os habitantes vão se reconhecer.

Non somos, mercê de Deus, fatalista na história. Cremos, sim, que uma guerra de tempos a tempos pode erguer um país do seu torpor; cremos que a estranha, quando a costa brasileira acabava de ser ocupada na totalidade, com as cidades de São Luís e de Belém, no Maranhão e no Pará, poderia estabelecer, como estabeleceu, mais união e fraternidade, em toda a família brasileira; cremos que se estreitam muito nas mesmas fileiras os laços do que resultam glórias comuns, e que não há vínculos mais firmes que os sancionados pelos sofrimentos; e tanto que ao estrangeiro que peleja ao nosso lado e que derrama o seu sangue pela nossa causa, lhes conferimos pelo batismo do sangue a mais valiosa carta de naturalização.⁵

Talvez a primeira impressão que ocorra ao leitor seja a de que estamos perante um historiador que pensa a história simplesmente como uma história-batalha. Não parece ser o caso. Mesmo que não se possa descartar integralmente essa

5 Ibidem, p.183.

idéia, creio que ela não é capaz de nos revelar integralmente o significado que tem para Varnhagen essa quase obsessão em pôr o leitor em contato físico com os sucessivos conflitos armados que agitaram nosso período colonial. Sua intenção parece ser a de nos demonstrar que o Brasil, como unidade territorial e política, não decorreu da posse e manutenção pacíficas do seu território. O raciocínio inverso é de rigor, segundo ele, isto é, se o Brasil, findo o período colonial, pode apresentar-se como um país de dimensões continentais e além disso íntegro, tudo isso se deve ao fato de que sua posse se fez por meio de um processo em que o sangue foi um componente obrigatório.

É possível mesmo estabelecer uma tipologia dos conflitos e mostrar as razões que levaram Varnhagen a atribuir tanta importância a eles.

Em primeiro lugar, tanto cronologicamente como em importância, temos as guerras de conquista, as quais puseram frente a frente, e num confronto contínuo, o elemento conquistador — o português - e o indígena - o elemento conquistado. As guerras de conquista se sublimam porque nelas se defrontam, de um lado, a lei, a civilização, a ordem, a autoridade, a religião, em uma palavra, a sociedade branca e européia, e, de outro, a barbárie, a sociedade local, dispersa em mil e uma cabildas, incapaz da ordem, da autoridade, pagã, num estágio de evolução (ou involução) social, cujo mérito único é o de possibilitar à sociedade e à civilização superiores, brancas, reconhecerem-se em seus primórdios.

Deve-se observar que as guerras de conquista não são um fato simples. Elas se bifurcam quanto ao seu significado, de modo que cada um de seus aspectos se complementa no outro.

Num primeiro nível, temos a luta armada como o instrumento adequado à conquista e posse da terra. Assim, a guerra tem o significado básico de apresentar a posse como não decorrente simplesmente de uma providência divina, ela não é uma dádiva de Deus; a posse consubstancia e representa o resultado de uma ação do homem conquistador.

Num outro nível, a posse deve ser legitimada por fatores outros que não decorrem da simples conquista guerreira, isto é, ela deve ter uma fundamentação moral, cujo caráter se reveste também dos parâmetros de uma conquista, mas agora não da coisa material, da terra, mas do próprio homem conquistado. A conquista neste nível se apresenta como uma forma de regeneração dos costumes e do próprio silvícola. Ele é conquistado pela civilização. Este é um passo necessário no interior do pensamento de Varnhagen, porque ele não pode esquecer que o indígena — tanto quanto o negro — contribuiu e contribuirá para a formação do homem branco brasileiro. Ora, este homem brasileiro, como veremos no capítulo dedicado a ele, começa a se esboçar no momento em que se desenvolvem os primeiros combates pela conquista da terra. O indígena, vencido pelo branco, despojado de seus valores, aniquilado como expressão de uma sociedade que se pretende extinguir, deve ser recuperado, antes pela força do que pela persuasão, e novamente conquistado para os valores ocidentais e cristãos que mostraram no campo de batalha sua superioridade. Sua recuperação, a partir desses valores, legitima moralmente a conquista física.

O processo de miscigenação do qual vai resultar o homem branco brasileiro não é simplesmente uma fusão racial. Seu significado maior é dado pelo fato de que é a miscigenação que possibilita a existência do homem brasileiro com a supremacia dos valores brancos, os quais constituirão o cerne de seu ser moral, da mesma forma que, para o indígena, ela representará a superação da sua condição selvagem.

Não se pode deixar de mencionar que, para Varnhagen, no processo de conquista se defrontam dois sistemas de vida, duas sociedades, mas jamais duas nações. A Nação indígena não existe, existem apenas cabildas ou tribos que, mesmo ostentando origens comuns, não se comportam como uma Nação, agem os indígenas apenas em razão de seus interesses tribais ou particularistas.

A conquista se faz como a predominância de uma Nação que impõe aos grupos indígenas diversos o que lhes falta:

unidade e civilização; e a própria unidade racial e lingüística constatada nos indígenas, mas não realizada efetivamente, por lhes faltar o sentimento de Nação, acaba por se efetivar numa unidade racial e lingüística superior imposta pelo vencedor.

O sentimento de nacionalidade como também o de individualidade nacional devem ser apanágios do homem que nasce, originário, da fusão racial. A conquista, em seus dois níveis, é o primeiro fator que deve ser encarecido para que não se tenham dúvidas quanto ao vencedor e quais os valores que ele traz e que devem constituir os alicerces da construção da Nação e do homem brasileiro.

As guerras de conquista representam, pois, um componente importante no processo de formação da nacionalidade, ao mesmo tempo em que assegura a predominância do branco sobre o índio e reabilita, pela fusão racial, o indígena, enquanto presença obrigatória na formação do novo homem branco brasileiro.

Se as guerras de conquista formam o primeiro momento no processo de afirmação da Nação e do sentimento nacional, as guerras de reconquista e de expansão surgirão no momento de sedimentação de um espírito nacional, que, pela primeira vez, se reconhece, especialmente, nas lutas contra o invasor holandês, e se reafirma e quase se torna autônomo na medida em que, particularmente, no Sul, se faz sentir de maneira agressiva nas tentativas de expansão do território nacional em prejuízo do Império espanhol.

As lutas contra o invasor holandês são particularmente realçadas por Varnhagen, visto que nelas o sentimento nacional vai aflorar de maneira clara, porque será, principalmente, uma luta de brasileiros, isto é, de colonos. São estes que organizam a resistência contra o invasor holandês, sustentando-a quase exclusivamente com seus próprios recursos, dada a quase impossibilidade da metrópole — a Espanha, na ocasião — vir em socorro da colônia. Daí a luta pela reconquista — e Varnhagen reitera e insiste nesse aspecto — assumir um caráter de guerrilha, única forma de luta possível e adequada ao conhecimento que os

coloniais possuem da terra. Quando ele condena a deserção de Calabar, ele o faz pelo fato de ela carrear para o invasor estrangeiro o conhecimento da terra, principal instrumento de resistência.⁶

O episódio da deserção de Calabar, nesse contexto de afirmação da nacionalidade, adquire especial relevo, pois ela se configura como a transferência para o campo inimigo da melhor arma que possuem os defensores da terra. Com Calabar — as descrições feitas por Varnhagen das lutas não deixa a respeito a menor dúvida — aos holandeses também são permitidas táticas de lutas guerrilheiras, armadilhas, surpresas, conhecimento de pontos geográficos vulneráveis etc, o que até então era um privilégio das forças combatentes nacionais.

Na obra de Varnhagen, os capítulos sobre as guerras holandesas adquirem importância, porque é nelas que os coloniais vão revelar de maneira incontestada, segundo o seu raciocínio, uma consciência nacional e a certeza de que já podem superar o complexo — se assim podemos chamar — de inferioridade ante os reinóis. Contudo, o aspecto essencial não está nesse aspecto psicológico da reação do colonial. Para Varnhagen, o que ressalta das guerras de reconquista são os elementos que permitem uma maior coesão interna da Nação, isto é, elas são uma afirmação e uma garantia da unidade territorial, que se sustenta no papel desempenhado nas lutas pelas três etnias.

Dessemelhantes, no início da luta, elas se aproximam pela luta comum e pelo fato de que as barreiras que antes existiam entre elas começam a desabar para que possa surgir o homem brasileiro. Elas despertam na massa difusa e informe os primeiros pruridos da nacionalidade e do sentimento nacional. São os momentos de sacrifícios em que as

6 Ver especialmente o capítulo XXVIII, desde a invasão de Pernambuco, até a chegada de Nassau, volume 2. Sobre a guerra holandesa em geral, os capítulos XXVII a XXX do volume 2 e os capítulos XXXI e XXXII do volume 3, são de grande interesse.

várias colônias (capitanias) se imolam em favor da unidade da Nação que começa a surgir. São as dores do parto da Nação que deve surgir, pelo esforço de todos, pela união e sentimento comuns.⁷

Como forma para sedimentar a unidade territorial e espiritual da Nação nascente, Varnhagen lança mão do recurso altamente sensibilizante da criação de heróis. Em todas as fases da imposição dos valores europeus e brancos, vemos surgir a marca de heróis que resumem em si as qualidades do cidadão e da Nação. Contudo, as guerras de reconquista, quer sejam contra franceses ou holandeses, representam o melhor momento e as condições mais adequadas para a demonstração de que os traços futuros da

"Pela segunda vez a capitania de São Vicente se prestou, talvez mais do que permitiam suas forças, para o bem de todos, para o Brasil não ser dilacerado. Todas as canoas em estado de se armarem em guerra, quanto mantimento se pode juntar, para dois ou três meses de sustento dos trezentos homens de expedição (Anchieta, carta de 9 de junho de 1565), retendo só o indispensável para não morrerem de fome os que ficavam guardando a terra, quanta gente, enfim, podia combater, casados e solteiros, anciãos e adolescentes, muitos escravos de Guiné, e até os Índios em que depositavam maior confiança, tudo esta capitania, sem exceção da nova colônia de Piratininga, tão exposta às agressões do gentio do sertão, tudo sacrificou a boa gente para o bem da nova pátria comum. Qual fênix que sucumbe por dar vida à sua prole, assim a colônia mais antiga do Brasil se exaure agora de forças e não cura mesquinamente se isso prejudicará seu futuro desenvolvimento, e concorre quanto pode a dar existência a um Império mais poderoso. E aqui cumpre notar que os esforços simultâneos que ora faziam não só esta, como outras capitanias, contra o inimigo comum, eram novos elementos que iam estreitar, pelos laços do coração, a futura união brasileira, que os Holandeses contribuíram depois a fazer apertar muito; e a Deus preza que para todo o sempre, a fim de que esta Nação possa continuar a ser a primeira deste grande continente antártico, e algum dia se chegue a contar entre as mais consideradas no universo, o que sem muita união nunca poderá acontecer" (VARNHAGEM, F. A. de, v.1, p.369-70). O autor inicialmente refere-se à invasão francesa do Rio de Janeiro, mas o texto é extremamente significativo por correlacionar duas situações idênticas.

Nação e do homem brasileiro já aparecem de maneira nítida e insofismável ainda no período colonial. E nelas que as três raças que constituirão o povo futuro se aproximam e se sublimam, reconhecendo-se como unas. O herói aqui desempenha um papel fundamental, visto que é nele que se encontram e se reconhecem as três raças.

No Panteão de heróis que Varnhagem vai formando no correr de sua *História geral*, a guerra contra os holandeses, indubitavelmente, ocupa lugar privilegiado, porque nela ele pode destacar a presença das três raças por meio de Camarão, Henrique Dias e Vidal.

Embora as três raças sejam desigualmente representadas no Panteão erigido por Varnhagen, com supremacia incontestada do elemento branco, as outras duas raças se fazem representar de maneira a que eles próprios, enquanto heróis, exemplifiquem o que pode a civilização do branco na recuperação dos melhores de civilizações inferiores.

A respeito de Camarão, diz ele:

Associado à causa da civilização, desde antes da fundação da capitania do Rio Grande (do Norte) o célebre varão índio não deixara de prestar de contínuo aos nossos mui importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses, em todas as capitanias do Norte. Consta que esse chefe era muito bem inclinado, comedido e cortês, e no falar muito grave e formal; e não falta quem acrescente que não só lia e escrevia bem, mas que nem era estranho ao latim. Ao vê-lo tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridades de geração; mas sim deve abismar-nos a magia da educação que, ministrada embora à força, opera transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e a pátria.⁸

Embora seja menos encomiástico em relação a Henrique Dias, não deixa de louvar e encarecer sua ação e a justeza das homenagens que lhe foram tributadas, especialmente com

8 Idem, s. d.b, v.3, p.72.

a criação dos regimentos dos Henriques. "Foi, porém, somente depois de morto, que os seus serviços receberam no Brasil (não sabemos em que data) a mais gloriosa recompensa, ordenando-se que, para perpétua memória, se organizassem, em várias capitânicas, corpos de soldados e oficiais todos pretos, com o nome de *regimentos dos Henriques*."⁹

O que, contudo, realmente importa é a expressão das lutas de reconquista como forma de fusão dos grupos étnicos divergentes:

Não passaremos adiante sem observar que, nas capitânicas do Norte, a guerra estranha produziu resultados benéficos. O perigo comum fez aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo. Com as honras e condecorações concedidas, mediante o beneplácito da cúria romana, ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquele da barbárie, este da escravidão, se honraram todos os índios e todos os africanos, na idéia de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinha de suas cores, mas sim da falta de méritos para serem melhores atendidos.¹⁰

A escolha de Vidal, como protótipo do herói branco na resistência contra o holandês, tem também um significado particular que não se deve esquecer. Levantando o problema de quem deveria ser considerado o verdadeiro coração e cérebro da resistência, Varnhagen opõe à figura de Vieira, filho da Ilha da Madeira, por muitos acreditado como a figura central da guerra, o brasileiro, filho da Paraíba, Vidal. Essa não é uma escolha indiferente; ela ganha um sentido mais profundo, pois, na verdade, a opção é feita em favor de um brasileiro, isto é, de um colono nascido e criado no Brasil, que simboliza em si a própria luta de guerrilha que se estabelece contra os invasores.

As lutas de guerrilha minuciosamente relatadas por Varnhagen revelam que o sistema de guerra adotado, presumindo profundo conhecimento da terra, surpresa, rapidez,

9 Ibidem, p.93.

10 Ibidem, p.94.

armas ligeiras, deslocamentos contínuos, sacrifícios (na medida em que os nativos, muitas vezes, têm de destruir tudo o que construíram), está profundamente entranhado às condições iniciais da formação da nova Nação, às características das três raças que formarão o homem brasileiro. Nesse contexto, a opção por Vidal indica claramente o sentido da escolha de Varnhagen: sem desprezar o papel desempenhado por Vieira, é a Vidal que ele confere as maiores honras de comandante e estrategista da resistência, pois ele, primordialmente, é um brasileiro.

No que poderíamos chamar de guerras de expansão, Varnhagen é muito mais circunspecto. Talvez não pudesse ser diferente, pois elas deixaram como herança difíceis problemas de delimitação de fronteiras, especialmente sensíveis e delicados para um homem como ele, diplomata de carreira. Embora comedido e deliberadamente contido em suas expressões, não deixa de ser crítico toda vez que considera titubeante e entreguista a política da Coroa em relação às nossas fronteiras. Veja-se, por exemplo, sua consternação quando da entrega da Colônia do Sacramento.¹¹

Quer em relação ao passado, quer em relação ao futuro, - sendo este a preocupação principal de Varnhagen -, a construção de uma Nação independente é para ele um processo civilizatório de caráter global.

Revelar esse processo no passado deve ser compreendido, nos termos de Varnhagen, como o ponto de partida e a segurança de que os valores culturais e civilizatórios do homem branco prevaleçam na Nação futura. Evidentemente que por homem branco não deve ser compreendido tão apenas o português conquistador, mas inclui também todos os outros brancos, sem consideração particular quanto à sua origem nacional. O que realmente lhe interessa demonstrar é que a história colonial indica apenas um caminho para o país independente, a absorção dos valores culturais euro-

11 Sobre o assunto dos limites, ler os capítulos XXXVII e XXXVIII, do volume 3, e os capítulos XL, XLI, XLII, XLIV (talvez o mais importante) e XLVI, do volume 4.

peus, que são os fundamentos em que repousam e repousarão as possibilidades da Nação brasileira.¹²

A história é sempre una, porque o que se busca é a unidade e não a dispersão, que se forja pela criação de uma tradição que ela própria (a história) legitima e confirma.

Uma Nação, diz outro talentoso escritor francês, é um grupo mais ou menos considerável de famílias providas às vezes de sangue mui diferente, mas todas unidas pela identidade de espírito público: tem no passado uma só história, não duas, e se dela rompesse as tradições, deixaria de apresentar-se devidamente. E de feito: a mesma história nos dá exemplo do caro que tem pago algumas nações o pretenderam renegar de todas as tradições do seu passado; custando isso a umas o ser vítimas do jugo estrangeiro, e a outras a perda de sua paz e tranqüilidade, envolvendo-se em guerras civis e de raças intermináveis, sem poderem mais encontrar núcleo de cristalização, que sirva de base a novos princípios de organização, admitidos, por todos os cidadãos, pela poderosa e eficaz sanção dos séculos.¹³

- 12 Embora não tenhamos assinalado expressamente, os apanhados gerais que Varnhagen faz do estado cultural da colônia são também significativos do processo civilizatório. Também nesse aspecto a luta pela reconquista ganha, especialmente no que tange aos holandeses, relevo quanto aos aspectos culturais: "Quanto à cultura do Brasil em Geral, não hesitemos em asseverar que ela havia ganho muito com a guerra holandesa. E não só as capitanias do Nordeste, onde os povos estavam em contacto com indivíduos de uma Nação mais ativa e industriosa, como até nas do Sul, com as invasões contra os selvagens. É um axioma comprovado pela história, que às vezes estas são civilizadoras e que trazem energia e atividade a povos entorpecidos pela incúria, a preguiça e o *ilhamento*. Durante a guerra devassados, acaso pela primeira vez por gente civilizada, muitos matos e campos, fundindo-se por vontade ou por força os próprios índios seus moradores nessa civilização guerreira, digamos, assim, pois que o intuito era de guerrear os contrários, e quando menos o pensavam se viam absorvidos pela civilização aqueles a cujo lado combatiam. Muitos caminhos apenas trilhados eram apenas aplanados, para darem lugar à passagem de tropas; alguns rios ficaram acessíveis à navegação, às vezes pelo simples desvio de uns paus que entulhavam os seus leitos; todos sabem quanto a facilidade das comunicações civiliza os povos" (VARNHAGEN, F. A. de, v.3, p.94-5).

13 Idem, s. d.a, Prólogo.

3

O ESTADO: FORÇA TUTELADORA E INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA NAÇÃO

Não se configura como novidade dizer que no correr da história política brasileira estamos sempre deparando com o Estado travestido de uma roupagem, de acentuado cunho imunizador e asséptico, que o habilita a atuar e a aparecer como força imparcial, reiteradamente invocada a intervir, pacífica ou brutalmente, em todos os setores da sociedade, presumindo-se, invariavelmente, que sua presença se faz sentir indifferente aos interesses dos diversos grupos sociais em jogo.

No que talvez não se tenha insistido suficientemente, ocasionando não pequenas distorções e grandes ambigüidades nas interpretações que dele se fazem, é que essa imagem e representação ideológica do Estado que o reforça como força autoritária e, contraditoriamente, ao mesmo tempo, imparcial, está fundamentalmente arraigada nas frágeis estruturas político-sociais da jovem Nação do século XIX e nas necessidades econômicas de suas incipientes classes dirigentes. Estas, na ausência de uma ideário político consistente, apegaram-se ao único valor que possuíam e em que acreditavam, o direito de serem proprietários.

O Estado aparece assim como a garantia dos seus direitos e, ao mesmo tempo, o instrumento ambíguo adequado para preencher o vazio que se forma entre a ex-colônia e a Nação emergente. Ele surge então como uma força *natural* unitária e centralizadora, ligando passado e presente.

Não parece ser difícil entender os porquês desse processo de reforçamento da autoridade estatal. Numa jovem Nação onde são visíveis os sinais de seu passado colonial, espera-se que um Estado forte e homogêneo seja uma resposta correta a todas as incertezas de uma unidade nacional antes projeto do que realidade; de uma nacionalidade cujos pródomos podem ser esmiuçados e identificados, mas que dificilmente afloram à consciência popular; de uma população híbrida, de raízes étnicas diversas, cujos olhos não alcançam mais do que os limites de suas propriedades e quando os ultrapassam o fazem apenas para cair na melancolia de terras do além-mar; uma população cuja característica fundamental é a de ser dividida entre senhores e escravos, brancos e negros, brancos e índios, negros e índios, permeada pela mestiçagem geral; uma massa heterogênea onde a única relação efetiva, obrigatória e necessária, é a que decorre do regime de trabalho, que a aproxima e a afasta em igual intensidade de uma população diferenciada e conflitante na qual não se pode ver um povo, mas tão-somente a possibilidade de um povo e, assim mesmo, num futuro incerto.

Nesse estado de coisas, a tarefa é unir o que está disperso, assegurar os direitos adquiridos, acomodar as divergências, projetar para o futuro o que ainda não existe e erigir o Estado como mentor e arquiteto onipotente que presidirá como magistrado e educador a consecução dos trabalhos de tornar realidade o que se projeta.

A um Estado investido de poderes tão excepcionais e de tarefas tão colossais quanto a de ser instrumento direto da constituição do país independente, deve corresponder, sob a forma de um meio imprescindível à sua ação, uma teoria político-histórica que o apresente como uma força organizatória acima de qualquer tipo de grupo, conflito ou divergências, que possam apresentar-se no interior da comunidade.

Esta é a parte mais delicada e a que requer mais cuidado e sutileza, pois a tarefa que lhe é outorgada pressupõe o Estado como um ser soberano, entendendo-se este caráter exclusivamente em relação aos grupos sociais do país, equidistante e livre de injunções; numa palavra, o que se pre-

tende é transformar o Estado num ser puro, quase abstrato, que não nasce das vicissitudes da vida social e sua rica gama de contradições, mas como uma entidade que surge naturalmente da própria necessidade do homem de ter uma vida organizada e comunitária.

O Estado se apresenta sob a forma de uma força organizada em que predomina sua ação racionalizadora do processo histórico, processo cuja importância é avaliada em termos de ser a explicitação de sua vontade.

Nessa linha de pensamento, a elaboração da ideologia sustentadora dessa representação do Estado recorre à história, porque nela pode acompanhar-se sua ação ou, se for o caso, sua omissão, legitimando-as e demonstrando que a existência do Estado é a condição *sine qua non* da coesão social. Contudo, se o Estado é mostrado como uma força de coesão social que paira sobre a sociedade como uma divindade eqüidistante das contingências naturais da vida social, esse fato não impede que lhe seja dado um conteúdo concreto, que deve ser também apresentado como o desdobramento natural de seu atributo essencial. Isto quer dizer que a descaracterização que se pretende do Estado, enquanto força racional de organização, mais acentua sua caracterização como o domínio efetivo de uma classe social.

O papel do intelectual, tão fortemente enfatizado por Varnhagen, quer quanto a si próprio, quer quanto aos exemplos de outros historiadores, se reveste assim de uma importância excepcional, na medida mesma em que é ele quem acredita determinar, pela análise das condições históricas presentes, passadas e futuras, aquele conteúdo, e o apresentará como se procedesse rigorosamente, entenda-se de uma forma natural, daquilo que não é determinado por si mesmo, isto é, da pureza do Estado enquanto força social.

O conteúdo desse Estado deve correr paralelo ou confundir-se com os objetivos que ele próprio busca enquanto agente formador da Nação. Embora Estado e Nação devam ser considerados entidades diferentes, podendo haver mesmo uma espécie de subordinação do primeiro em relação à

segunda, em verdade é no Estado que a Nação se reconhece e é nele, primariamente, que a Nação se identifica.

Dessa forma, não deve haver conflitos nem mediações entre um e outro, e os choques que podem ocorrer, no curso da história, entre o Estado e a Nação não devem ser creditados à incompatibilidade entre ambos, mas a enganos, erros e incompreensões do homem. O Estado, se erra, ele o faz não enquanto entidade supra-societária, mas em razão das falhas dos homens que dirigem o Estado; da mesma maneira, os homens, ao se rebelarem contra o Estado, somente o fazem ignorando que, na verdade, se rebelam não contra a figura abstrata do Estado, porém contra sua encarnação humana, a máquina administrativa. Assim se aplainam e se homogeneizam as condições históricas em que age o Estado, de forma que a passagem de uma condição colonial e de um Estado colonial para um Estado independente não se interpreta como uma ruptura, pelo contrário, o que se deve ver é uma onipotente continuidade em que tudo se recupera, ou, pelo menos, aquilo que é essencial para a preservação da imagem que se pretende inculcar.

Elabora-se com isso uma concepção histórica de cunho profundamente religioso e metafórico, porque o que se pretende demonstrar é que tudo remete a *A cidade de Deus*, aqui simbolizada pelo Estado e pela Nação. Todos os acontecimentos, não importando sua natureza, são recuperados porque eles expressam, positiva ou negativamente (neste caso devem ser esquecidos ou apenas lembrados como erros cometidos), o sentido último da história, a construção da Nação. Sem nos determos em análises mais minuciosas que devemos fazer mais adiante, chamamos a atenção sobre o que acabamos de escrever, porque é esse caráter religioso e metafórico da história que nos permite compreender as aparentes oscilações de Varnhagen ao analisar fenômenos como a Inconfidência Mineira, a Guerra dos Mascates etc.

Aparentemente, o tipo de análise a que se propõe Varnhagen pode conduzir a uma ambigüidade que tanto o afeta quanto a quem busca analisar seu pensamento. A primeira impressão é a de que Varnhagen é um ingênuo que não é

capaz de captar, no interior da classe dirigente, as divergências que possam existir. Se assim fosse, a homogeneização procedente da história seria o resultado de sua incapacidade de apreender, no nível do factual, tais dissensões. Isto não é verdadeiro. Mais correto parece-nos ser compreender esse processo da homogeneização como um recurso heurístico de que se vale para compor a imagem desejada do Estado e da Nação. Por outro lado, essa ambigüidade acaba por recobrir o próprio trabalho do analista, pois essa homogeneização pode parecer não um recurso heurístico do autor, mas do analista, o que, em última análise, poderia resultar num falseamento de pensamento de Varnhagen.

De qualquer maneira, o que se pretende é mostrar que as divergências no seio da classe dirigente existem e que a representação do Estado, da Nação e do homem brasileiro feita por Varnhagen é apenas uma no interior de muitas, simultâneas ou sucessivas.

O carácter oficial ou quase oficial que se atribuiu a Varnhagen, e ainda se atribui, não pode ser desmentido. Contudo, ele não corresponde integralmente à recepção de sua obra quando publicada ainda em vida de seu autor. Parece ser mais próprio e adequado compreender a obra de Varnhagen como a visão política do mundo de uma minoria social, que acaba por engrossar no correr da história brasileira, ao mesmo tempo em que ganha maior ressonância no mundo intelectual pela presença de autores — como Sílvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre — que, acreditamos, navegam em caminhos desbravados por Varnhagen.

A relativa obscuridade de Varnhagen, em vida, e a oposição¹ que sofreu parecem estar ligadas ao fato de que sua concepção de uma Nação branca englobava não só os ideais europeus, mas também insistia na preservação de traços indígenas e negros, especialmente quanto ao fato de que o homem brasileiro não deveria esquecer ser o fruto das três etnias.

1 Sua correspondência é bastante significativa ao que respeita às frustrações que lhe advinham por não ter o reconhecimento oficial e público a que se achava merecedor.

Sua teoria da miscigenação, por outro lado, encobria também um ataque à escravidão e renunciava sua extinção. No momento em que foi formulada, não deixava de ser uma teoria incômoda e delicada. Se hoje ela pode parecer inútil, ontem foi perturbadora.

É preciso repetir que Varnhagen em toda sua obra insiste na estreita vinculação existente entre o intelectual e o Estado. Quando faz um retrospecto da História de Portugal, centralizando sua atenção no capítulo das grandes navegações e nas descobertas, não deixa de assinalar que a ação do Estado - personificado no monarca — não se realiza ao acaso nem se fundamenta apenas na vontade do soberano. Segundo ele, antes de mais nada é necessário que se reconheça que a ação do Estado nesse episódio da História de Portugal está entrelaçada a uma visão superior, a de Raimundo Lull. De acordo com este, a melhor maneira de combater os infiéis era expulsá-los lentamente das terras "por onde se avizinhavam da cristandade, obrigando-os assim a abandonarem todas as conquistas feitas aquém da Arábia, e a retrocederem pelo mesmo caminho por que tinham avançado vitoriosos".

Estende-se Varnhagen em descrever mais detalhadamente as teorias de Lull e completa: "as obras de Lull adquiriram nome e fama, e até certa popularidade, no Sul da Europa, muitos anos depois; e dito projeto nelas contido só foi estudado e seguido daí a um século, de maneira que pareceu então nascer de novo".²

A obra idealizada pelo beato maiorquino, ainda segundo Varnhagen, foi posta em execução pelos reis católicos a começar por D. João I de Portugal, que iniciou o processo de expulsão dos infiéis de Ceuta. Dessa maneira, o que temos é a ação do Estado, ainda que tardia, tornando concretas idéias que nasceram *do gênio* de um homem. "Mais tarde os reis católicos, por instinto de conservação, tiveram também que realizar a idéia de expulsão total dos infiéis, não só do

território hispano, como de toda a África setentrional, até os Santos Lugares, idéias que um homem, pela luz do seu gênio, havia concebido quase dois séculos antes. Tanto é certo, ainda que ao mesmo tempo lastimoso, pela pequenez nossa, que na história do progresso do espírito humano, as idéias mais fecundas necessitam de muito tempo para germinar e frutificar."³

As relações Estado e intelectual são uma constante no pensamento de Varnhagen e, por isso mesmo, um elemento que não pode ser esquecido quando se pretende analisá-las. O intelectual e, especificamente no caso de Varnhagen, o historiador aparecem como uma espécie de decodificadores dos freqüentemente estranhos e recônditos caminhos palmiilhados pelo Estado, a fim de esclarecê-los e, quando necessário, justificá-los. Nessa tarefa de esclarecimento, que se destina principalmente à nascente consciência nacional, o objetivo essencial é realçar a presença do Estado.

Tome-se por exemplo o Descobrimento do Brasil tal como é explicado por Varnhagen. Para ele, o Descobrimento do Brasil, inscrito nas tentativas de circunavegação da África em busca dos caminhos das especiarias e das Índias, é essencialmente o produto resultante do esforço de gerações de reis, que se dedicaram com igual entusiasmo à empresa ousada e destemida.

Uma vez descoberto o Brasil, o poder real, obcecado pelas riquezas da Índia, esquece-se do Brasil, ou pelo menos negligencia-o, mas não se deve condená-lo por essa falha: primeiro, porque não deixou de financiar algumas expedições exploratórias ou comerciais promovidas por particulares; segundo, porque os esforços concentrados dos portugueses na Ásia tinham uma razão de ser, os capitais ali investidos rendiam dividendos mais depressa e eram muito mais lucrativos; terceiro, porque, uma vez espicaçados pelas incursões estrangeiras em solo brasileiro, o poder real resolve mexer-se e assegurar suas possessões no Novo Mundo e o

3 Ibidem, p.66-7.

fazem de uma maneira surpreendente, abdicando de suas próprias prerrogativas e conferindo à colônia a independência antes mesmo de sua colonização. "Deste modo a coroa chegava a ceder, em benefício dos donatários, a maior parte dos seus direitos majestáticos; e quase conservava sobre as novas capitanias brasílicas um protetorado, com poderes mui limitativos, a troco de poucos tributos, incluindo o dízimo; do qual tributo ela mesma pagava o culto público e a rediziam aos senhores de terra. Quase que podemos dizer que Portugal reconhecia a independência do Brasil, antes de ele se colonizar."⁴

Neste novo significado que Varnhagen descobre em nosso processo de colonização, o elemento característico não está no fato de ser ele o fundamento de teorias que ainda alguns teimam em defender que o Brasil jamais foi colônia de Portugal; o essencial do argumento está em atribuir um significado positivo à omissão do poder real. Isto é, o poder estatal de agir não se restringe a suas ações positivas e concretas, ele se revela também no momento em que se encolhe e delega aos particulares o poder de ação que seria, em princípio, só seu. Mas a omissão deve ser entendida como um recurso tático e provisório, que se complementa e completa quando o Estado retoma seu poder de ação prática.

Como a história é mestra da vida e uma fonte inesgotável de ensinamentos para o estadista, e o historiador seu mestre-escola, Varnhagen não deixa de apontar o que deveria ser retificado em seu curso e é nessas ocasiões que melhor transparece seu racionalismo tecnocrático.

Quando fala sobre a divisão do Brasil em capitanias, critica a distribuição de terras em larga escala em prejuízo da pequena propriedade. "Embora pareça que nada há que opor a estas reflexões (a respeito de como se deu a divisão do Brasil em capitanias), porque a necessidade era a lei, e porque urgia o estímulo dos empreendedores, que naturalmente imporiam as condições, não podemos dissimular que,

4 Ibidem, p.176.

em nosso entender, o governo andou precipitado em distribuir logo a terra, de juro e herdade: reconhecemos a necessidade que havia de colônias por toda a extensão da costa: mas talvez estas se houvessem da mesma sorte obtido muitas após elas, se as doações se houvessem limitado, por então, a doze ou mais quinhões muito mais pequenos; e que constassem de algumas léguas quadradas, próximas aos portos principais da costa, já então conhecidos e freqüentados. A colonização não se teria disseminado tanto (chegando às vezes a perder-se), e houvera sido mais profícua, e dado resultados mais prontos; e o governo poderia ter guardado no novo cofre de graças, para recompensar os serviços feitos pelos abastados do comércio que aspirassem a satisfazer a tendência existente no coração humano de vincular, para sucessores, as fortunas adquiridas. — Com doações pequenas, a colonização se teria feito com mais gente, e naturalmente o Brasil estaria hoje com mais povoado — talvez — do que os Estados Unidos: sua povoação seria porventura homogênea, e teriam entre si as províncias menos rivalidade que, se ainda existem, procedem, em parte, das tais grandes capitânias ... E certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda os nossos fazendeiros, que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem que às vezes só a décima parte esteja aproveitada e completa seu pensamento com esta jóia do pensamento pragmático comercial — 'mas se tivesse havido alguma resistência em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentando a buscar o menos!'"⁵

O trecho citado parece-nos extremamente rico porque nos revela Varnhagen de corpo inteiro, tanto em sua faceta de historiador burguês, com uma concepção pragmática da história, vizinha à de Maquiavel em sua argumentação; o racionalista tecnocrata sempre pronto a mostrar os erros históricos que podiam ser evitados e que se devem evitar;

5 Ibidem, p.168-9.

quanto na do historiador que prepara todo seu trabalho em virtude do meio instrumental indispensável para seus objetivos, o Estado.

O que Varnhagen prepara, ao mostrar a omissão do Estado nos primórdios de nossa colonização, é o oposto dessa omissão, ou seja, a omissão só tem sentido quando ela revela quão necessária é a presença concreta do Estado em todos os domínios da vida da sociedade e da Nação. A omissão que redundava em erros só pode ser corrigida quando o Estado retoma suas funções e as exerce efetivamente. Com isso, Varnhagen desde o início de sua exposição, vai preparando o terreno para afirmar e desenvolver sua teoria da imprescindibilidade do Estado e de sua ação em todos os momentos culminantes da história. Essa teoria culmina quando se realiza nossa independência, que nada mais é do que uma ação controlada, orientada e tutelada pelo Estado.

O erro de se pretender colonizar o Brasil, sob uma forma feudal, é reconhecido rapidamente pelo Estado que, poucos anos depois, convencido de que a solução adotada não era a mais conveniente para a preservação da colônia, instala um governo central, cujos objetivos seriam, entre outros, criar um centro de ordem e acudir à unidade que perigava pela existência das capitânicas.

O Estado voltava, assim, atrás e reconhecia seu primitivo erro. Por intermédio do governo central, retomava em suas mãos muitos dos direitos delegados e ao mesmo tempo limitava os direitos outorgados aos donatários, reassumindo seu poder de "coibir os abusos e desmandos dos capitães-mores donatários, ou de seus locotenentes ouvidores", ou de estar em condições de socorrer as capitânicas em caso de guerras ou de arbítrios.⁶

Redime-se o Estado de sua omissão, que, em realidade, significara antes de mais nada uma verdadeira automutilação. O Estado, ao empalmar de novo seus legítimos direitos, repõe a história em seu caminho e retoma sua tarefa de constituir a Nação brasileira.

6 Ibidem, p.274.

O governo geral, já com seu primeiro representante, Tomé de Souza, lança as sementes que irão frutificar no futuro: "Tomé de Souza havia cumprido a sua missão. O Brasil ficava constituído: a autoridade e a lei já haviam feito sentir suas forças benéficas: ganhara muito a moral pública".⁷ Três temas caros a Varnhagen surgem nesse comentário: a autoridade, a lei, expressões do Estado e a moralidade pública, em cuja instauração Igreja e Estado se irmanam no esforço comum. Contudo, o essencial de seu pensamento está expresso na frase "O Brasil fica constituído". Agora, pela ação direta do Estado, a incipiente colônia toma novas feições e nela já nasce o país independente e a nova Nação. Pela ação do Estado, não é uma colônia que se constitui, mas o Brasil, ainda que, temporariamente, apenas sob a forma de uma unidade territorial, assegurada pela presença da autoridade e da lei. Estamos já em presença do Estado tal como o entende Varnhagen: um Estado centralizador e autoritário que assume desde o princípio os fios tênues de uma unidade continuamente ameaçada por inimigos internos, originados da repartição do Brasil em capitânicas, e externos, corsários e piratas estrangeiros.

O governo geral, contudo, tem um outro significado, além do de vir suprir uma omissão inicial do Estado; ele permite revelar, de maneira clara e insofismável, a superioridade do conquistador branco e de sua sociedade em relação aos antigos conquistadores indígenas.

Em sua peculiaríssima teoria do desenvolvimento da sociedade indígena, Varnhagen acentua o fato de que os ocupantes da terra à época da descoberta eram homens que também dela se apoderaram, expulsando os primitivos moradores. Essa conquista, porém, nada representou, a não ser uma posse física da terra, visto que os novos donos da terra não possuíam — tal como os seus conquistadores — uma organização social em que a lei e a autoridade predominassem. Nada existia nessas sociedades que lhes pudesse dar a configuração de uma Nação e lhes outorgasse uma unidade.

7 Ibidem, p.310.

A ausência de leis, a precariedade da vida em comum, as divisões internas, produzindo no seio de um mesmo povo sua fragmentação em inúmeras cabildas, sem nenhum laço de união, fazia que o indígena agisse tão-somente em termos do "instinto de conservação vital".

Varnhagen contempla no indígena um estado de degradação que decorre exatamente do fato de não possuírem um governo, uma aristocracia que, com seu exemplo, pudesse ensinar e educar seus semelhantes.

Contemplando o indígena, Varnhagen não pode compreender como alguns filósofos possam conceber o estado selvagem "a maior felicidade do homem", pois nele falta tudo. Só a ordem, a lei, a religião podem permitir ao homem que se realize como tal; a autolimitação que o estado de civilização por suas leis impõe ao homem é, na verdade, uma condição necessária para que ele encontre seu significado, sua razão de ser e sua felicidade.

A pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes desfrutavam, sem os benefícios da paz nem da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil — antes que outras mais civilizadas as viessem substituir, conquistando-as e cruzando-se com elas, e com outras d'além dos mares pela cobiça — essa pintura, dizemos, bem pouco lisonjeira é na verdade. A vista do esboço que traçamos, sem nada carregar as cores, não sabemos como ainda haja poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxílio mútuo da sociedade, e sem a terra se cultivar suficientemente há sempre, numa ou outra época, privações e fome; e esta última aos mais civilizados converte em canibais, como nos provam as histórias de tantos sítios e naufrágios. Desgraçadamente o estudo profundo da barbárie humana, em todos os países, prova que, sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto à ferocidade que quase se metamorfoseia em fera... As leis a que o homem quis voluntariamente sujeitar-se, depois de mui tristes sofrimentos do mesquinho gênero humano antes de as possuir, não tem outro fim senão fazê-lo mais livre e mais feliz do que seria sem eles. O próprio filósofo de Genebra, apesar de suas paradoxais simpatias pelo estado selvagem, não duvi-

dou reconhecer as vantagens de substituirmos a justiça e o direito e a razão ao instinto, ao apetite e ao capricho; de vermos desenvolvidas as faculdades, ampliadas as idéias, e "um animal estúpido e limitado convertido em um ser inteligente — em um homem!" Assim é que com razão disse Buffon: "Se vivemos tranqüilos e somos fortes... se dominamos o Universo, é porque soubemos dominar-nos a nós mesmos..., sujeitando-nos às leis... O homem não é homem (prosegue eloqüentemente este grande gênio) senão porque soube unir-se com o homem, sob a autoridade de um governo".⁸

A análise minuciosa que Varnhagem faz da sociedade indígena, entremeada, sugestivamente, tanto de bizarras comparações com os primórdios da civilização européia, quanto informada por uma ambígua teoria da sociedade que oscila entre o evolucionismo e o degradacionismo, aparece como um mosaico introdutório e fundante de sua teoria do Estado, surgindo este como uma força social organizatória à qual as vontades individuais se submetem como um preço a ser pago para que se abra ao homem a possibilidade de se realizar no interior da comunidade.

A condição humana é uma condição precária, incapaz de se sustentar sem que existam ao seu lado — na qualidade de suportes indispensáveis — a comunidade, a sociedade e a Nação. Mas é ao Estado, enquanto expressão primeira da Nação, que se delega o poder de zelar para que tais condições surjam racional e deliberadamente. O homem abandonado a si mesmo retroage quando desamparado pela ordem e pela lei que nascem do Estado. O estado de civilização compreende-se, então, como uma luta contínua contra o estado de barbárie, que espreita o homem e o assalta e domina tão logo fique desamparado dos controles criados pelo homem, mas que pairam sobre ele na figura onipotente do Estado.

Digno também de observar-se é o fato de que em Varnhagen convivem, lado a lado, sem se molestarem (pelo menos no interior de seu pensamento) tanto uma teoria da

8 Ibidem, p.57-8.

degradação das sociedades humanas quanto uma teoria evolucionista. A primeira é bastante visível quando fala das sociedades indígenas e as considera estando num estágio inferior ao de seus predecessores, mas ela também serve de alerta contra uma possibilidade real, desde que não se confira ao Estado o papel que lhe assinala; seu temor é de que a sociedade brasileira possa retroagir no nível da sociedade indígena.⁹

De outro lado, contudo, busca uma justificação ao estado de barbárie do indígena, vendo nele um estágio superado pela sociedade européia, mas que pode servir como indicação do que ele foi em seus primórdios.¹⁰

A sociedade indígena não só é um perigo a evitar-se, como também é um exemplo vivo de uma sociedade que não chega a se estruturar simplesmente pela ausência de um agente, cuja função específica seria a de se propor como fator comum de estruturação.

A falta de organização social indígena, segundo a óptica do historiador, permite-lhe justificar e demonstrar a necessidade do Estado que tem em mente, o qual, embora puro enquanto forma, deve possuir uma estrutura de poder em que se contemple e assinale com clareza a hierarquização do corpo social.

Embora o Estado possa, a princípio, aparecer como uma criação *ex-nihil*, em verdade tal não acontece no pensamento de Varnhagen: sua transcendência, por paradoxal que possa parecer, está profundamente enraizada nas condições históricas das quais nasce. Isto vai significar, em última análise, que o Estado se fundamenta num alicerce certo e seguro e que esse alicerce surge espontaneamente no interior da comunidade como fruto de um processo de diferenciação

9 De um modo diferente, Capistrano de Abreu retoma o tema. Seus *Capítulos de história colonial* podem ser interpretados como a constatação de uma impossibilidade de fazer do Brasil uma Nação e da população brasileira, um povo, da mesma maneira que a sociedade indígena jamais conseguiu dar surgimento a um povo e a uma Nação.

10 VARNHAGEM, F. A. de, s. d. b, v.1, p.58-9.

social. Nesse processo de diferenciação, a chefia se institucionaliza, o que não ocorreu na sociedade indígena brasileira, ao contrário do que aconteceu na sociedade indígena do Peru, na qual a existência de uma aristocracia livre das contingências materiais e "livre de cuidar só em resguardar-se das intempéries e em adquirir diariamente o necessário alimento pudesse pensar no bem dos seus semelhantes, apaziguando as suas contendas, e civilizando-os com o exemplo, e servindo-lhes de estímulo, para se distinguirem e procurarem elevar-se".¹¹

O Estado, assim, segundo Varnhagen, sem perder seu caráter de transcendência, repousa seguro sobre uma base concreta, uma aristocracia, cuja existência acima das contingências materiais da vida confunde-se com a existência do próprio Estado enquanto entidade abstrata e transcendente. Contudo, nesse trabalho Varnhagen esclarece que tipo de Estado tem em mente. Sem dúvida, é um Estado aristocrático, centralizador, autoritário, e atribui à aristocracia o papel de mediadora entre o monarca e as classes inferiores, de maneira a conter os excessos que possam advir de um ou de outro.

Dessa maneira, compreende-se a defesa tenaz que Varnhagen faz do que ele chama de aristocracia de serviços, atentando-se para o fato de que, num país como o Brasil, somente uma aristocracia de serviços poderia realmente existir. É claro que nessa defesa da aristocracia de serviços, que com o correr dos tempos se transformará numa aristocracia de sangue, não se pode esquecer que, ainda uma vez, Varnhagen está também defendendo o intelectual:

Na hierarquia governativa, como país eminentemente monárquico, tudo ia convergir ao trono ou, antes, tudo dele divergia; desde que os reis portugueses, à imitação dos outros do continente europeu, haviam feito mais dependentes da coroa, não só os antigos senhores das terras, como o próprio

11 Ibidem, p.31.

clero, restringindo-lhes, por meio de concordatas com a Santa Sé, suas liberdades, e apropriando-se dos benefícios e nomeações deles. Sem esse poder quase absoluto que se tinham adjudicado os reis, valendo-se da magistratura letrada, classe média entre os grandes e o povo, que se formava nas universidades, talvez não fora possível a Portugal ter levado e mantido tão longe suas conquistas, em uma época de revolução social, como a que se operou pelo trato da América, e pela facilidade do da Ásia. Essa magistratura letrada, por seu saber, por seus enredos, sua atividade, sua loqüela e a proteção que lhe davam as ordenações, redigidas por indivíduos de sua classe, veio, pelo tempo adiante, a predominar no país — e até alistar-se no número de seus primeiros aristocratas, depois de haver em geral hostilizado a classe, antes de chegar a ela. É a tendência do espírito humano; e quem sabe se desgraçadamente originada por um princípio de inveja que degenera em orgulho. Entretanto, por mais que corram os séculos, não há país, embora blasone de mui republicano, que não aprecie sua aristocracia, isto é, a nobreza hereditária — sendo que a tradição das famílias vem, com o andar do tempo, a constituir a história da pátria. A Nação acata nos filhos, e ainda nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos, que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas relíquias; e não só o cadáver, como a espada, do herói que morreu pela independência da pátria, a pena do escritor que a ilustrou pelas letras, o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. Além de que, a experiência prova que as aristocracias, sustentáculos dos tronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e os despotismos do poder, e contra os transbordamentos tirânicos e intolerantes das democracias. A aristocracia de serviços e a de nascimento ou de sangue (que não é outra coisa mais que a de serviços, com algumas gerações em cima) começa a mesclar-se bastante com as de haveres.¹²

Termo médio e de equilíbrio, a aristocracia é a garantia concreta de um Estado que se situa acima das paixões e vicissitudes humanas e apto, portanto, a realizar os destinos da Nação.

12 Ibidem, p. 181-2.

Em toda sua obra, Varnhagen não se cansa de realçar e mesmo exaltar a contribuição da religião como instrumento civilizador. Ela aparece sempre como um anteparo, uma sólida barreira a que o homem venha perder sua condição humana e chafurde na barbárie — estado de degradação a ser evitado a todo preço. A ele também se liga uma concepção providencialista e metafórica da história na qual a presença de Deus e de Sua Sabedoria se efetivam tanto sob a forma de uma ação vingadora:

Em todo caso, para nós, não cabe a mínima dúvida que os Caribas ou Tupis haviam, com inauditas crueldades, invadido uma grande parte do lado oriental deste continente, cujos anteriores habitantes, bem que em maior atraso, eram, em geral, mansos e timoratos. A seu turno devia chegar-lhes o dia da expiação. Veio a trazê-lo o descobrimento e colonização, efetuados pela Europa cristã.¹³

como sob a forma de uma intervenção salvadora:

Se nessa colônia [refere-se ao estabelecimento dos franceses no Rio de Janeiro] tem desde o início reinado a necessária harmonia, e se os colonos franceses, já seguros dos Bárbaros, passam para o continente, à chegada dos reforços esperados, fazem algumas plantações e adquirem por meio destas o amor à terra que dá a propriedade dela, quando amanhã como o próprio suor, talvez ninguém houvesse podido mais desalojá-los: e o Rio de Janeiro e seus contornos, pelo menos, pertenceriam hoje como Caiena à França ou formariam acaso uma Nação independente de colonização, ou, Deus sabe! quase africana, como o Haiti, se é verdadeira a idéia que alguns têm de que os Franceses, com excesso amigos da sua França, não são um povo colonizador. Mas melhor o tinha disposto a Providência, em favor da futura unidade da atual Nação brasileira, que fala toda a mesma língua, e professa, Deus louvado, a mesma religião.¹⁴

13 Ibidem, p.62.

14 Ibidem, p.337.

Contudo, por mais compromissado que possa estar com a religião como fator de civilização, associado nessa tarefa com o Estado, é um crítico implacável toda vez que a Igreja, ou seus padres, agem de maneira a pôr em perigo a presença do Estado. Quer esteja analisando Portugal do século XV ou anteriores, quer se detenha em análises sobre o Brasil-colônia ou independente, o critério maior para a avaliação da atividade da Igreja é sempre o mesmo, isto é, suas relações de subordinação aos interesses do Estado. Quer fale da Inquisição, quer analise a atuação do jesuíta no Brasil, toda vez que a intervenção da Igreja possa de leve ferir ou sensibilizar a ação do Estado, pondo em perigo sua unidade e/ou seu poder, Varnhagen não titubeia e assume, vigorosamente, a defesa do Estado.

Quem como nós teve ocasião de estudar, em vários autos, as formas de processos, que mais tarde se adotaram para esse tribunal [da Inquisição], não pode deixar de falar dele sem desde logo maldizê-lo. Entretanto, suas influências perniciosas, que eram quase todas, só passaram ao Brasil depois deste bastante colonizado e constituído; máximo desde o século passado (XVIII), em que as riquezas começaram a seduzir os cobiçosos fiscais do chamado *Santo Ofício*, deste *Status in Statu*, cujos ditames, superiores a toda lei, diminuíam ao rei a majestade, ao governo o poder, aos tribunais a justiça, aos prelados a autoridade eclesiástica, e aos povos a liberdade — não só de discutir, como até quase de pensar.¹⁵

Apologista da atuação dos jesuítas no que tange à sua contribuição ao reerguimento moral da colônia, não cansa de profligar sua atuação quanto aos indígenas.

A campanha jesuítica contra a escravização do indígena é para ele a fonte de dois grandes males: 1º) a importação de escravos de origem africana; 2º) os colonos, premidos pela falta de mão de obra, são levados à desobediência da lei e da autoridade, criando focos de rebelião e anarquia, pondo em perigo a estabilidade do governo e da colônia.

15 Ibidem,p.191.

Em sua diatribe contra os esforços pretensamente generosos dos jesuítas, não deixa de assinalar de forma virulenta que o móvel de sua intervenção em favor do indígena não era outro senão o de o conservarem para seus próprios fins e para o enriquecimento da Companhia.¹⁶

Embora, como já assinalamos, não seja indiferente às contribuições do jesuíta no processo civilizatório da colônia, reconhecendo mesmo que a unidade proverbial da Companhia favorecera a unidade da colônia, Varnhagen reconhece

16 "Cometeram-se, porém, com o tempo abusos, e se intentou tratar de algum outro meio de resolver o problema, o qual se complicava com as idéias de filantropia e de liberdade deles (*indígenas*), que os jesuítas pregavam mais com a palavra do que com o exemplo; pois, que não começaram por libertar os que lhes davam obediência. Não temos nenhuma sorte de prevenções contra os ilustrados filhos de Santo Inácio, que tão assinalados serviços prestaram à instrução pública e ao cristianismo; mas quando os documentos acusam deles algumas irregularidades, não trataremos de as contar com artificiosos disfarces, que antes pareceriam adulação injusta. Os povos viram, na pretendida filantropia e proteção *dos índios*, uma verdadeira decepção contra eles, quando os braços começavam a escassear para as primeiras necessidades da indústria... Representou o povo em contra, prevendo que os que pertenciam às aldeias ou missões da Companhia eram sim, absolutamente imunes, e protegidos contra toda classe de tropel estranho, mas que, bem considerado o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como tais, não só nos colégios, como nas terras chamadas dos índios, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres jesuítas... Eram ainda então os religiosos da Companhia os únicos que haviam nas colônias brasileiras; assim com eles tinha exclusivamente de travar-se a luta mui freqüente entre o povo e o clero, quando este chega a alcançar grande preponderância, ou aspira a uma espécie de supremacia nos negócios temporais. Estas disposições [em favor do indígena] foram tomadas com tanta latitude em favor dos jesuítas, que começaram os habitantes a queixar-se de que os padres os vexavam com arbítrios e sofismas sempre que podiam; mas o clamor foi geral quando a experiência mostrou os resultados delas, que não eram senão privar de braços o lavrador pobre, em favor da Companhia, que desde logo começou a medrar e a ganhar consideravelmente na cultura de sua terras, constituindo-se uma verdadeira associação industrial, com a qual nenhum capitalista podia competir (Ibidem, p.393-7).

como uma necessidade de Estado a expulsão dos jesuítas feita por Pombal. Seu argumento final é de que a prepotência e a influência dos jesuítas junto aos poderes reais haviam semeado um clima de intranquilidade no interior da colônia, podendo ser responsabilizada por diversas revoltas populares ocorridas no Rio, São Paulo e Maranhão (Revolta de Bequimão), as quais punham em perigo a segurança do Estado.

Coerente com seu pensamento, Varnhagen destaca no trabalho realizado pelos jesuítas a educação, elemento profundamente entranhado à religião, a qual, juntamente com a lei e a autoridade, compõe a tríplice base para a realização do processo civilizatório da colônia.¹⁷

Sua preocupação constante com o Estado leva-o a fazer uma clara distinção entre os movimentos que podem ser vistos como a expressão de uma incipiente nacionalidade. Sua admiração e preferência pelos olindenses contra os mascates, ou suas palavras candentes de admiração por Bequimão, líder fracassado da revolta do Maranhão, parecem indicar uma contradição insanável em sua maneira de ver a Inconfidência Mineira e a Revolução de 1817, às quais não poupa palavras ácidas de crítica e desprezo.

Não existe contradição, e sim, ao contrário, a reafirmação de sua maneira coerente de ver o Estado. À primeira vista, tais movimentos são condenados simplesmente pelo fato de se constituírem ameaças à unidade brasileira; seriam para ele movimentos regionalistas a autonomistas, que implicavam, uma vez bem-sucedidos, o desmembramento da colônia, com conseqüências imprevisíveis. Tais argumentos são efetivamente levantados por Varnhagen; contudo, o que ele condena em tais movimentos é que eles são a negação do papel do Estado na constituição da Nação.

É nessa condenação definitiva dos movimentos emancipadores que se pode perceber com clareza mediterrânea que, em Varnhagen, uma Nação, um povo só existem em razão

17 *Ibidem*, v.4, cap. XLIII.

do papel que o Estado desempenha em sua formação. Todo o seu raciocínio histórico é desenvolvido em virtude do princípio básico de que o Estado é o gerador de nações e povos, e que toda atividade humana que possa pôr em risco essa função deve ser combatida como um atentado aos mais legítimos interesses da Nação.

O episódio de Amador Bueno é significativo, pois lhe permite — mesmo considerando o incidente paulista um fato obscuro em nossa história — cobrir de elogios um homem que, ao renunciar ser rei, mostrava "o juízo são do que descobriu que tal coroa não podia então ser perdurável, e menos possuída por si, num Estado que carecia de todos os elementos constitutivos da nacionalidade, e que ainda não poderia apresentar-se com dignidade ao lado dos outros povos do universo, mantendo a alta categoria de Nação" e "a abnegação do homem desambicioso, que sacrificou sua elevação no altar da pátria, evitando o fraccionamento deste, ou pelo menos poupando-lhe uma sanguinolenta guerra civil".¹⁸

Aos movimentos autonomistas não lhes concede senão uma certa indulgência, reconhecendo, como é o caso da Inconfidência Mineira, uma certa boa intenção. Porém, não vai mais longe e, quanto à Revolução Pernambucana de 1817, nada lhe reconhece, a não ser males que poderiam advir se tivesse sido vitoriosa. Mas num e noutro casos, não descobre razões e motivos para que se possam perpetuar nos anais históricos como movimentos em que prevalecem os sentimentos de brasilidade. Segundo ele, são movimentos que mal escondem provincianismos e regionalismos. O próprio título que dá ao capítulo em que trata da Conjuração Mineira é expressivo: "Idéias e conluios em favor da Independência de Minas". Embora enfatize o caráter regional desses movimentos, o que poderia significar a desunião do país, pois "que nos povos muito fáceis são as separações ao passo que muito custam a efetuar-se novas reuniões", em

18 Ibidem, v.3, p.129.

verdade o que está em jogo em seu raciocínio é sempre o papel do Estado. Pois uma das censuras — aparentemente incoerente — que fez à Revolução Pernambucana é exatamente a de ter proclamado "um governo absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro".¹⁹ Estado e unidade aparecem sempre indissolivelmente ligados, e se o Brasil independente permanece unido, ao Estado deve ser creditado esse traço específico de nossa formação histórica.

Em contraposição aos movimentos autonomistas estão as rebeliões que, para Varnhagen, não se conspurcam com a tentativa de tornar independente a província ou a região, mas que, pelo contrário, representam momentos heróicos de afirmação de uma nacionalidade nascente. Na Revolta de Bequimão, na Guerra dos Mascates, ou na luta contra os holandeses, Varnhagen não encontra oposição ao Estado como força organizatória da Nação brasileira, mas sinais evidentes de que uma consciência nacional está lentamente se formando pela apreensão dos reais interesses da colônia. Nesses casos, mesmo uma crítica ao Estado pode ser feita, pois seu erro é passível de retificação. Se o Estado se omite, a presença do *brasileiro*, como nas guerras contra o holandês usurpador, combatendo, buscando forças em si mesmo para se opor ao invasor estrangeiro que ameaça sua unidade, retifica e obriga o Estado a corrigir sua omissão e a assumir o papel que lhe cabe na direção da guerra contra os inimigos usurpadores. Mesma situação no caso da Revolta de Bequimão, na qual o que está em jogo é a província do Maranhão e o chefe, ao morrer é capaz de dizer "Pelo Maranhão dava satisfeito a vida". Varnhagen não se contém nesses momentos em que vislumbra uma nacionalidade que se esgueira e que se pretende afirmar: "Palavras solenes que eternamente encontrarão eco e simpatia, não só entre os Maranhenses, como em todos os corações bem formados".²⁰

A mesma coisa quanto à Guerra dos Mascates; toda sua simpatia recai sobre os olindenses, porque estes representam

19 Ibidem, v.5, p.150.

20 Ibidem, v.3, p.248.

a aristocracia da terra e são brasileiros, enquanto os do Recife representam os estrangeiros, os portugueses. Contudo, é de notar que a distinção só é válida enquanto referida ao conflito interno à província, mas quando se refere aos elementos em conflito na Guerra dos Mascates, porém associando-os a outros acontecimentos da colônia, reúne todos sob a denominação genérica de brasileiros. "Enquanto os brasileiros assim se hostilizavam e matavam uns aos outros, velejava pelos mares de Pernambuco, incólume e afoito, o invasor Dugay-Trouin..."²¹

Toda a *História geral do Brasil* se constrói de forma concêntrica, tendo o Estado como centro impulsionador do esforço e do processo históricos que devem terminar com a realização da Nação brasileira. O papel do historiador é apenas o de aplainar e retirar as arestas que possam vir a prejudicar a força centrípeta do Estado.

Em seu raciocínio, ao Estado não se atribui uma nacionalidade, pois o que dele se espera, fluindo normalmente de sua natureza, é a isenção e o desinteresse em relação aos interesses particularistas. Assim o Estado português não se desidentifica do Estado brasileiro, este aparece como seu sucessor direto, sem descontinuidades, daquele, de maneira que a colonização se completa pela transmigração da família real portuguesa para as terras brasileiras. O processo se completa e o Brasil se faz independente desde o momento em que o regente D. João, pisando a terra que o acolhe, decreta a abertura dos portos brasileiros. O gesto seguinte, a efetiva Proclamação da Independência por D. Pedro I, é apenas a ratificação do gesto anterior e, mais explicitamente, de toda a história anterior da colônia e da colonização.

Realizada sob a direção do Estado, nossa independência adquire um cunho oficial, ou quase oficial, que justifica e legitima toda nossa história colonial como um processo histórico no qual é a figura central e ao qual devemos, por sua força concêntrica e centralizadora, o não termos nos desagregado em algumas dezenas de repúblicas.

21 Ibidem, p.320.

É fácil, assim, compreender-se o horror manifestado por Varnhagen a todos os movimentos que, rescendendo a autonomia, implicavam, ao seu entender, discórdia e desunião. Viu em todos - Conjuração Mineira, a Revolução de 1817, a Revolução do Maneta na Bahia etc. — gérmenes perigosos de regionalismos, de autonomismos inconseqüentes, de desuniões enfraquecedoras e, sobretudo, atentados à ação e figura do Estado - único instrumento adequado e legítimo para se construir um povo e uma Nação. E claro que suas veleidades aristocráticas e suas simpatias por um Estado monárquico levavam-no a temer em tais movimentos o surgimento da peçonha do republicanismo, da democracia de tipo francês ou norte-americano; contudo, o essencial de seu pensamento parece-nos estar em sua crença de que o Estado é a força racionalizadora do processo histórico e como tal sua ação deve ser facilitada e esclarecida por aqueles que como ele estavam conscientes desse papel.

O Estado tinha uma missão transcendental — conduzir uma massa amorfa, de formação étnica diversa, a ser um povo e transformar numa unidade territorial e espiritual um país cujas dimensões continentais contra ela conspiravam; ao intelectual cabia como tarefa primeira sondar a história e mostrar que a unidade já existia, mesmo quando não inteiramente visível; alertar quando os gestos dos homens podem ser perigosos para a ação do Estado.

Essa foi a sua missão e ele a cumpriu tão integralmente que revela muito mais do que deseja; porque expressão ideológica de uma dominação de classe, sua teoria da intervenção do Estado no curso da história tenderá a transformar-se numa constante de nossa história política até os dias de hoje.

Condição de sobrevivência, num primeiro momento, a presença do Estado transformar-se-á também num elemento de mutilação da classe social dominante, que vê nessa mutilação uma condição de sua sobrevivência, pois seu pleno desenvolvimento como classe social deveria ser acompanhado do desenvolvimento das outras classes sociais, o que não ocorre na medida mesma em que o Estado está

sempre vigilante em sua tarefa de tutela e autoridade. Incapaz de assumir-se plenamente como classe social dominante, os grandes proprietários rurais, inicialmente, e a burguesia industrial, posteriormente, terão como elementos de identidade o fato de que se mutilam perante o Estado, fazendo da automutilação uma condição de dominação e evitando, tanto quanto possível, os confrontos diretos com as demais classes sociais, que seriam imprescindíveis para sua própria afirmação. Postergando-se e camuflando-se na figura do Estado, a classe social dominante posterga a Nação e dela faz sempre um inacessível objetivo a ser atingido, pois nessa inacessibilidade encontra sua própria razão de sobrevivência e de ser.

4

O HOMEM BRANCO BRASILEIRO

1 Um homem ideal e histórico

Dos três elementos que formam a visão de mundo de Varnhagen, o elemento Homem é, por sua própria natureza, o mais delicado e o mais sensível a distorções.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que, em Varnhagen, o homem é visto menos como uma realidade histórica determinada do que como uma realidade que pretende modificar e construir. Em procedimento dessa natureza, o caminho mais fácil e atraente passa forçosamente pela idealização, o que significa conferir ao homem certos atributos que, quase sempre, pouca ou nenhuma relação efetiva possuem com a realidade histórica. Ele surge mais como a expressão daquilo que num determinado momento se considera o homem ideal.

Em segundo, não se pode esquecer que, em Varnhagen, o homem branco brasileiro vai aparecer entrelaçado à Nação e ao Estado, de maneira que é nele e por meio dele que essas duas entidades se realizam e se completam. Estreitamente ligado a isso, temos que em Varnhagen o homem só desabrocha em todas as suas qualidades quando submetido a uma comunidade, na qual encontra o amparo e a segurança de permanecer num estado de civilização, sem decair para o

estado de barbárie, que seria seu destino, faltassem a assistência e a proteção da comunidade.

Finalmente, em quarto lugar, temos o problema de que o homem não é apenas um ser cultural; ele também possui uma origem étnica, freqüentemente diversificada, que, no caso de Varnhagen, implica a busca de uma unidade idealizada, pela projetada predominância dos grupos raciais tidos e havidos como mais fortes e superiores. Neste último caso, um problema suplementar surge para ser resolvido: o estabelecimento do critério para a aferição da superioridade de uma etnia sobre a outra. Como na *História geral do Brasil* não existe estritamente uma teoria racial em termos biológicos, que decidisse em favor de uma etnia em detrimento de outras, seu critério é o mais simples e o menos sofisticado: de um lado, a civilização, encarnada no homem branco, conquistador e cristão; de outro, a barbárie, indígena ou negra. Disso tudo resulta que o homem branco brasileiro nasce de uma rede de relações ideais e históricas, cuja realização final é ainda expressão da mesma vontade racionalizadora que projeta a nação.

Descendente do conquistador branco, o homem branco brasileiro deve manter em si preservados e acarinhados os valores que fizeram daquele o vencedor.

A idealização do vencedor é feita pela contínua referência à civilização superior que impôs seus padrões, incluindo-se aí os traços característicos de seu portador, o homem branco, ele mesmo produto de condições históricas e de concepções idealizadoras de seu ser e de sua atuação na história.

Termo de uma evolução, o homem branco europeu, ao conquistar uma nova terra, cujos habitantes chafurdam na mais grosseira barbárie, deve encontrar forças na civilização da qual se origina para superar as novas condições históricas em que deverá realizar sua missão de conquistador. Dessa maneira, se é impossível descartar-se a presença incômoda dos naturais da terra, porque eram eles os primitivos donos dela, e se é impossível remediar um erro histórico constituído pela escravidão negra, a solução está em assinalar ao

emergente homem branco suas raízes históricas, mostrar o que o diferencia e o aproxima do indígena, e o que o distancia do negro.

Em qualquer caso, o que se preserva é uma certa concepção européia do homem que se esbate e se debate no interior de uma nova realidade histórica, na qual o novo homem branco surgirá como que purificado, depois de passar pelas agruras e os infortúnios da miscigenação. Esta é justificada como um rito obrigatório de passagem no qual se eliminam as excrescências do cruzamento espúrio e se retificam os erros históricos.

Ao novo homem branco assim nascido deve-se dar-lhe consciência de seu ser, mostrando-lhe de que etnias surgiu; como o seu caráter foi forjado, no combate, na conquista e reconquista da terra, no desbravamento dos sertões e florestas. E nesse trajeto histórico, o que se lhe ensina é como deve ser para que se coloque no nível do que é digno da nova Nação.

Idealização e historização do homem se completam e temos como resultante o homem branco brasileiro, que é, primariamente, uma consciência do que deverá ser. E essa consciência de seu próprio devir, enquanto homem branco, que o caracteriza e determina e traça seu próprio destino.

2 Índios e negros na formação do homem branco brasileiro

Um tema quase obrigatório quando se pretende falar sobre o homem brasileiro é o do racismo de Varnhagen. Desde a publicação da 1ª edição da *História geral...*, Varnhagen viu-se encurralado sob uma avalanche de críticas, originadas principalmente do tratamento que ele dispensou às minorias étnicas. A acusação de racista, desde então, o persegue como uma sombra incômoda e que, em muitos casos, acabou por obnubilar o juízo dos críticos.

Tanto quanto o apelativo *patriota*, pouco operacional, em termos de análise, a utilização do racismo como categoria analítica pouca ou nenhuma significação possui para a compreensão de sua obra.

Em primeiro lugar, insistir em chamar alguém de racista é, na maioria dos casos, uma tentativa de deslocar a possível culpa da sociedade e localizá-la estritamente no indivíduo. Ser racista aparece como uma deformação de caráter, subjetiva, ligada exclusivamente ao homem. Neste caso, tal deformação é justificada e explicada com base em sua formação. Não acredito que seja essa a melhor maneira de se tratar do problema do racismo.

Em segundo, é preciso que se reconheça que o racismo dificilmente, no que se refere a autores brasileiros, pode sustentar-se isoladamente como uma categoria suficientemente abrangente, de maneira a permitir uma compreensão mais adequada de uma obra, de um pensamento. Creio que, o mais das vezes, a categoria deve ser considerada uma categoria subalterna; ela pode ser elucidadora quando não arrasta sozinha a responsabilidade de tudo explicar.

Não podemos esquecer também que o racismo, quando se manifesta numa obra cultural, não é apenas a expressão de um sentimento individual, mas a representação de um sentimento coletivo, mediada pela presença do escritor.

No caso de Varnhagen, especificamente, é necessário compreender-se que se quisermos falar em racismo não o podemos compreender como uma teoria biológica da superioridade de uma raça sobre outras, pois em nenhum momento de sua obra essa argumentação é utilizada. Se existir racismo, ele deve ser compreendido em razão da estrutura significativa formada pela Nação, pelo Estado e pelo homem brasileiro. É no interior dessa estrutura significativa que seu racismo, insisto, pode ser compreendido e explicitado.

Quando Varnhagen analisa a presença do índio e do negro na história do Brasil, ele o faz em termos de deplorá-la, porque para ele são etnias que se confundem com um baixo nível de civilização e que devem ser assimiladas para que a nova Nação branca possa partir do grau de civilização

dos povos europeus e não regredir ao estágio de barbárie. Sendo seu objetivo indicar que o único caminho a ser palmilhado pela Nação brasileira é em direção ao paradigma europeu, suas análises que diferenciam índios e negros são importantes porque explicitam sua teoria do branqueamento do homem brasileiro e confirmam o ideal de uma sociedade brasileira, branca e europeizada.

Nesta ordem de idéias, não basta, como o fez Sílvio Romero, considerar erros de "pretensiosos muito conhecidos" as afirmações de que "os tupis eram os *cários*, ou os *normandos*, ou os *fenícios*, ou os *mongóis*, ou os *turanos*...".¹ Quando Romero escreve isso, ele está analisando a obra de Teófilo Braga, mas, evidentemente, quem ele tem em vista é Varnhagen, a quem cita como um dos autores em que Teófilo Braga foi beber tais idéias. Em realidade, não importa muito se a hipótese aventada por Varnhagen é correta ou absurda; não tem muito significado tentar ver-se no erro antropológico (etnográfico) de Varnhagen uma insuficiência de ordem científica; o essencial é perceber-se como funciona o ideológico que busca, embora falseado, uma pseudofundamentação científica aos desejos da sociedade.

Não é destituído de significação o fato de Varnhagen traçar uma nítida diferença de tratamento entre o índio e o negro, em evidente prejuízo do último. Não se trata apenas de valorizar, como de fato o faz, o índio como primitivo proprietário e ocupante da terra. Trata-se de uma valorização que se arraiga principalmente na ideologia que constrói em razão da sociedade branca que almeja e defende. Quando defende a escravidão do índio e condena como um erro histórico a escravidão do negro, não o faz, evidentemente, por uma razão filantrópica, mas sim pelo que ele presume ser um juízo de fato, a presença do indígena nas terras conquistadas é como algo inscrito na ordem das coisas, isto é, o vencedor, o conquistador tem o direito de exercer sobre

1 SÍLVIO ROMERO, s. d., v.1, p.51.

o vencido seu poder obtido no campo de batalha. Contudo, essas duas razões acabam por ser justificáveis, também, no nível das etnias, pois ele distingue e marca uma diferença entre a miscigenação de brancos e negros e de brancos e índios. Segundo ele, brancos e índios possuem uma origem étnica comum, enquanto nada existe que una brancos e negros; nenhuma origem comum que possa justificar a fusão das duas raças. Se a fusão racial — brancos e negros — deve processar-se, o que vai justificá-la é tão-somente a necessidade do branqueamento da população e a obrigação de se reparar o erro histórico da escravidão negra. Nada mais.

Varnhagen é sempre lacônico no que tange ao negro, pouco se detendo na análise dos fatores que poderiam individualizá-lo como raça ou como um dos componentes mais importantes de nossa história. Não se preocupa em buscar sua origem étnica, como faz em relação ao índio. Tudo o que tem a dizer da origem do negro é que provém de "nações *(onde)* a liberdade individual não estava assegurada; pelo que os mais fortes vendiam os fracos, os pais os filhos, e os vencedores, com mais razão, os inimigos vencidos".²

A escravidão assim é quase que justificada pelas condições internas das sociedades africanas, o que equivale a dizer que a escravidão do negro no Brasil substituía simplesmente uma outra, com a diferença bastante significativa de que a realizada no Brasil pelos brancos civilizados tinha como consequência uma melhoria da sorte do negro, visto que poderia usufruir a civilização branca. Contudo, essa melhoria do negro não se processava voluntariamente, nem a escravidão era desejada por alguma "idéia filantrópica"; era o simples contato com uma civilização superior que fazia que os negros "passando à América, ainda em cativo, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contacto com gente mais polida, e com a civilização do Cristianismo. Assim a raça africana tem na América produ-

zido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no Continente donde é oriunda".³

Em última análise, temos que a escravidão negra não pode ser justificada nem em termos morais, pois nenhuma "idéia filantrópica" a incentiva, nem em termos da simples conquista, pois não há, em relação ao negro, o fenômeno histórico da conquista da terra como ocorreu com o indígena; ela acaba por ser justificável em termos civilizatórios: uma sociedade superior, a branca, justifica a existência da escravidão negra porque o negro, por meio de uma misteriosa simbiose social, acaba por ser beneficiado no interior da sociedade que o escraviza.

Não existe em Varnhagen um preconceito racial puro e simples; sua argumentação é muito mais sutil e especiosa; ele se coloca no nível do confronto de duas civilizações distantes e diferenciadas. Varnhagen jamais coloca as diferenças entre negros, índios e brancos em termos de incompatibilidades raciais, o que redundaria finalmente na impossibilidade da miscigenação. Sendo seu objetivo a eliminação das minorias étnicas, índios e negros, não lhe cabe discriminar entre as raças que são a fonte e a origem do homem brasileiro. Contudo, seu raciocínio e seu ideal encaminham-se para um único objetivo: o branqueamento do povo brasileiro. Nesse branqueamento ele vê a consolidação da vitória da civilização superior sobre a barbárie, desde que o homem branco brasileiro não se esqueça de sua origem tripartite:

Como a colonização africana, distinta principalmente pela cor, veio para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população, julgamos de nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar e tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar, e modernamente os da cultura do café, mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal

3 Ibidem.

modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo as características da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram a ser conduzidos em ferro do contínuo fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos no Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como a todas as suas gradações.⁴

O trecho é bastante significativo. Define seu ideal de um homem branco brasileiro e inaugura uma linha de pensamento ideológico ainda bastante atuante na nossa maneira de tratar o sistema de relacionamento de raças no interior do Brasil.

O ideal do branqueamento da raça é a culminação de um processo de fazer do Brasil uma sociedade branca e européia; ideal permanente que aqui se revela, sob a forma de um confronto de civilização e que vai se matizando diferentemente com o decorrer de nossa história, assumindo ora a forma declarada de um antagonismo de raça — Oliveira Vianna, Sílvio Romero etc. —, ora a forma sutil de uma mestiçagem racial e, principalmente, cultural - Gilberto Freyre. São matizes ideológicos de um mesmo objetivo, a predominância do homem branco e de seus valores.

Todos esses matizes que camuflam a verdadeira situação racial no Brasil são já perceptíveis em Varnhagen.

Evidentemente, a formulação de Varnhagen tem um caráter incipiente e quase elementar em sua argumentação. Contudo, não se deve esquecer que ele escreve em meados do século passado e muito da pobreza de seu raciocínio decorre do próprio estágio de desenvolvimento das ciências do homem no período.

O importante a ser notado é que ele é o primeiro ideólogo a formular concretamente a teoria do branqueamento da população brasileira. O instrumento central para

4 Ibidem, p.223.

essa política de branqueamento é a miscigenação biológica; os que o seguirem terão um arsenal mais rico e amplo de argumentos pseudocientíficos para a defesa do branqueamento e procurarão ultrapassar as fronteiras do biológico, por meio da ampliação da miscegenação que passa a ser também um fato cultural.

O traço curioso em Varnhagem é que sua argumentação tende a ser apresentada como o resultado prático do bom senso. Ou seja, sua argumentação não procura camuflar o confronto de civilizações diferentes nem ocultar que o homem branco brasileiro é fruto das três etnias.

Esse bom senso racionalista visa, como suas próprias palavras indicam, evitar que no Brasil se reproduzam as situações de conflito existentes nos Estados Unidos da América. As gradações de sangue devem ser esquecidas e superadas, pois só assim será possível constituir-se o homem brasileiro e reparar o erro histórico da escravidão negra.

A miscigenação passa a ser entendida como a ponte que liga a anarquia racial do período colonial ao homem branco brasileiro - estágio final que representa menos o fato biológico, a fusão racial, do que a predominância de uma civilização e de uma cultura.

Embora seja diferente o tratamento que Varnhagen dispensa ao índio, o resultado final é o mesmo. Contudo, é na análise do indígena que se confirma com maior nitidez a preocupação fundamental de Varnhagen, isto é, a europeização da sociedade e do homem branco brasileiro.

A escravidão negra, segundo nosso autor, foi uma incúria e um mal necessário, nascidos da má organização do trabalho, que poderia ter sido evitada se a escravidão tivesse se restringido ao silvícola e se obedecesse aos costumes da terra em tudo o que respeitava ao trabalho.

"Os engenhos de açúcar necessitavam, é verdade, árduo trabalho e muitos braços; mas talvez teria havido modo de se não dar, apesar disso tanta latitude à introdução dos africanos, ou de se haver aberto mão da cultura da cana. Parece que, logo a princípio, no Brasil, onde a natureza é tão fecunda que permite conseguir talvez resultados iguais

aos de outros países com metade do trabalho, ninguém se lembrou de que bastava que os colonos ou os índios trabalhassem nas lavouras desde as cinco até às oito ou nove da manhã, e desde as quatro ou cinco até às seis e meia da tarde, descansando assim, ou empregando-se em casa, durante às sete horas mais calmosas do dia. E isto, apesar de que, segundo hoje sabemos, era esta, entre os próprios índios, a prática geral, antes da chegada dos europeus."⁵

Acrescente-se também que a escravidão indígena, como já vimos, decorria naturalmente do direito do vencedor de dispor do vencido, de maneira que se os brancos vencedores se ativessem apenas ao cativo do indígena estariam tão somente obedecendo aos ditames de um direito natural. Porém, o aspecto mais importante na sua condenação da escravidão negra e em sua defesa da escravidão indígena está no fato de que reconhece no indígena uma origem étnica que o aproxima do branco - esse é o elemento central de sua exposição.

Ao contrário do que faz com os negros, Varnhagen dedica uma parte relativamente grande de sua *História geral do Brasil* para a descrição e análise da sociedade indígena. A ela são dedicadas as seções 8^a, 9^a, e 10^a, da 1^a edição que, a partir da 2^a edição, são remanejadas e se transformam nas seções 2^a, 3^a e 4^a.

Nessas seções, Varnhagen traça um longo panorama etnográfico da vida indígena, visando descrever e compreender a organização social dos indígenas, seus costumes, tradições, línguas, ideais religiosos e, de maneira especial, suas origens.

Sua preocupação, desde o início, é atribuir ao indígena e à sua sociedade um estatuto e uma importância que não conferem nem à sociedade negra, nem ao homem negro. Suas análises a respeito do indígena são relativamente minuciosas e sua preocupação fundamental é a comparação, ou em seus termos, a analogia. Ele busca na vida indígena

5 Ibidem, p.262.

indícios de sua origem em outras civilizações, que sintomaticamente se localizam na bacia mediterrânea.

As comparações não são apenas curiosas, muito pelo contrário, são extremamente instrutivas, mesmo quando a pertinência ou a impertinência científicas delas deixam muito a desejar. Aliás, diga-se que o que menos interessa nelas é o seu cunho científico, o que nelas predomina, e o que a nós interessa diretamente são os apriorismos ideológicos numa obra de alta pretensão científica. Tais apriorismos são, de fato, os verdadeiros sustentadores da demonstração, de maneira que neles é que podemos buscar a fundamentação última da ideologia do branqueamento que permeia toda a obra de Varnhagen. Estão indelevelmente marcados pela necessidade de buscar-se uma origem nobre (branca) aos indígenas brasileiros. O procedimento é relativamente simples: encontrar nos costumes indígenas a presença de sobrevivências de costumes de povos europeus:

Era o ódio excessivo contra os inimigos o principal estímulo que os conduzia até a antropofagia, facto que, segundo alguns historiadores, se dava igualmente no Velho Continente, entre os Citas, dos quais pareciam proceder;⁶

ou então em atitudes que se justificam por razões inconscientes de um passado remoto, quase esquecido e que se reaviva pela ação praticada:

A vingança, ainda além dos umbrais da eternidade, se por um lado não prova bons dotes de coração, descobre que estes povos ou antes, seus antepassados, tinham idéias superiores às do instinto brutal dos gozos puramente positivos do presente. Estas idéias se justificavam melhor pelo respeito escrupuloso que todos guardavam às sepulturas dos seus, nem que do Velho Continente tivessem recebido, conforme parece confirmar-se por tantas outras induções que em outro escrito apresentamos, as crenças das penas que sofriam no Averno as almas dos desgraçados que não haviam tido quem na terra lhes

6 Ibidem, p.46.

sepultasse os corpos. O mesmo uso dos banquetes antropófagos talvez tivesse, em quem os inventou, origem na crença de que a vingança do inimigo passaria além desta vida, impedindo-se por essa forma que o cadáver tivesse jamais enterro;⁷

ou na dança ou nos instrumentos de que se utilizavam:

Nesta dança só não tinham parte as crianças e os velhos, que ficavam sentados para batucarem o tambor, que também era oblongo, como o dos antigos Egípcios... e o búzio *uatapu*, instrumento de que também havia feito uso a antiga Europa, sendo até na fábula o símbolo dos Tritões;⁸

ou mesmo nos hábitos de vangloria pela morte do inimigo:

O sacrificador tinha o direito de lavar no corpo, com riscos indeléveis, a memória deste feito. Era este evidentemente outro uso do paganismo do antigo continente. Moisés o proibiu de parte do Senhor no Levítico (cap.19, v.28) com estas palavras: "Não fareis por algum morto incisões em vossa carne, nem figuras nem signo indeléveis;"⁹

ou ainda, quando busca nas comparações lingüísticas a procedência dos primitivos, ou melhor, dos conquistadores destas terras, no Egito:

as pequenas canoinhas *ubás*, nome que se encontrava no egípcio, sob a forma de *bás* e *uáa...* e finalmente certa semelhança entre o tupi e o egípcio antigo, não só nas formas gramaticais, como especialmente em um grande número de palavras (às vezes idênticas) e significando objetos de uma natureza primitiva e não susceptíveis de sofrer a concorrência de sinônimos tais como os com que designavam o sol, o fogo, a terra, o campo, a argila, o ouro (nas Antilhas), a água, o milho, o cão, a formiga, a árvore, a folha, o espinho, a flecha e outros, fazem-nos crer que eram de raça aparentada com os Egípcios os ascendentes dos nossos Tupis.¹⁰

7 Ibidem, p.47.

8 Ibidem, p. 50.

9 Ibidem.

10 Ibidem, p.61.

Essa demonstraco feita de proximidades e contigidades culmina, como num silogismo rigoroso, na conclusão final, a saber, a origem de nossos indígenas se encontra no Velho Continente:

Por estas analogias e porventura outras que novos estudos farão aparecer em maior número, inclinamo-nos a concluir que, em todo caso, os Tupis descenderiam de um povo do Antigo Continente aparentado com os antigos Egípcios. Que os Crios não eram gregos, sabemos-lo por um verso da Ilíada, dando  língua o epíteto de bárbara, o que  confirmado pelo testemunho de Strabo quando assegura que os mesmos Crios haviam introduzido na própria língua muitos vocábulos gregos; sendo admirável que também alguns se diria terem passado ao Tupi; onde parecem proceder do grego as palavras *catu*, bom; *cunh*, mulher; *oca*, habitao. De origem grega parecem também os *areitos*, ou cantos heróicos dos Caribas, e *cutinos* de ofício análogo aos dos Cretenses, a cujo serviço haviam estado algum dia os Crios.¹¹

Esta relativamente longa série de citaes de Varnhagen poderia ser bastante ampliada. Contudo ela nos parece suficientemente convincente para demonstrar que:

1º) o elemento indígena não  colocado no mesmo nível do elemento negro; enquanto este  uma aberraco e o fruto de um erro histórico, o indígena, ao contrário,  uma presença obrigatória que não se pode elidir; ele representa, por suas origens supostas e pelo que transmite ao branco de conhecimentos da terra, um componente histórico importante na formao da nacionalidade;

2º) suas observaes críticas em relao ao indígena não consubstanciam uma discriminao racial, pura e simples. Elas traem, tanto quanto ao negro,¹² uma postura de ordem

11 Ibidem.

12 Varnhagen nenhuma ateno d aos aspectos puramente biológicos do problema da raça e quando a ele faz meno, descarta-o por não ser suficientemente científico para seu aproveitamento no que chama uma "história civil". "Não  nosso intento entrar aqui em explicaes anatmicas sobre a aparência física dos povos da África, nem nos

científica, nascida de uma teoria da evolução mal deglutida e mal digerida. Para ele, índios e negros provêm de sociedades cujo nível civilizatório se encontra nos primórdios da evolução social e bastante significativo é o fato de o historiador constantemente advertir que o que relata dos bárbaros (refere-se especialmente ao indígena) apenas reproduz estágios superados pelo homem branco, mas que fazem parte também de sua história:

Para fazermos, porém, melhor idéia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma idéia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre acompanhada de pequenez e de miséria. E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua Nação, pense de ensoberbecer, ao ler as poucas lisonjeiras páginas que vão seguir-se.¹³

e complementa sua idéia mais adiante:

Nem nos humilhe essa triste condição dos habitantes desta terra, noutras eras: com pouca diferença seria a mesma das terras da Europa hoje tão florescentes, quando os Fenícios, os Gregos, e mais que todos, os Romanos lhes incutiram a sua civilização, que com a língua levaram à Lusitânia, e que mais tarde, auxiliada na indústria pela ilustração árabe e, nos costumes, pelas branduras do cristianismo, foi trazida a este abençoado país, quando a imprensa publicava os monumentos da civilização grega e romana, quando a Europa se debatia por

interessa agora indagar como a pele parece preta, como o cabelo se apresenta em forma de carapinha (o que aliás não é sintoma infalível das raças pretas), nem qual seja a teoria dos ângulos *faciais*, tudo o que deve ainda ser submetido a novas observações para dar resultados seguros e simples, capazes de serem aproveitados em uma história civil" (Ibidem, p.263).

13 Ibidem, p.31.

interpretar muitos costumes absurdos, e quase incríveis, descritos por Heródoto, Strabo, Tácito e César. O estudo e a civilização da América, nessa época, deu aos comentadores luz, aos leitores fé. O homem aprende humilhando-se a entender melhor o que dos bárbaros germanos nos contam os Romanos, o que das saturnais da primitiva Itália nos revelam os Gregos. Os tempos heróicos da Europa e da Ásia passaram-se naturalmente em meio de cenas análogas às que acabamos de descrever, tão degradantes, que um chefe e da igreja, Paulo III, julgou necessária uma bula para obrigar os cristãos a crer que os aborígenes eram, como os demais homens, descendentes do pai Adão.¹⁴

Como fica claramente evidente, a preocupação constante do historiador é encontrar, no Velho Mundo, símiles cuja função não é a de simplesmente explicar — como paradigmas — costumes, tradições ou comportamentos dos indígenas brasileiros; sua preocupação endereça-se para objetivos diferentes, seus exemplos justificam e traçam a linha de união entre indígenas e brancos, de maneira que entre ambos se estabelece um forte vínculo como se fossem dois momentos de uma cadeia evolutiva. O que os distingue e separa é o tempo, mas entre ambos um vínculo solidário se estabelece e no qual ambos se auxiliam; em um, aprende-se o que foi o outro no passado, de modo que ao conhecê-lo conhece-se a si mesmo melhor; no outro, tem-se o futuro, a sociedade civilizada que se franqueará pela aceleração do tempo e da aprendizagem.

Em livro recente, *Black into White*,¹⁵ Skidmore, analisando o problema do branqueamento da população brasileira, defende a tese de que essa teoria surge como decorrência dos debates que se produziam na Europa a respeito da influência da raça no processo histórico. Segundo esse brasilianista: "Antes da realização da abolição da escravatura no Brasil, em 1888, a maior parte da sua elite pouca atenção deu ao problema da raça em si, ou à conexão entre as

14 Ibidem, p.58-9.

15 SKIDMORE, T. E., 1974, p.VIII.

características raciais do Brasil e seu desenvolvimento futuro". Para ele, os debates que se travam no interior do Brasil, a respeito do papel desempenhado pelas raças no processo histórico, nada mais são do que uma significativa amostra do grau de dependência cultural de nossos intelectuais aos ditames de uma cultura superior, de origem européia.

Segundo o ponto de vista em que se situa Skidmore, a onda de trabalhos que se publicam, a partir de 1870, no Brasil, sobre raça não decorre das condições internas do país, mas é simplesmente um reflexo passivo de uma moda européia, que se multiplica numa cultura "derivada" e dependente.¹⁶ Creio que a posição do autor americano, para dizer o menos, é um equívoco, pois dá um relevo excessivo ao conceito de dependência cultural. Ele não percebeu que o problema da raça, desde o momento em que o país se torna independente, passa a ser um problema central para a própria constituição da Nação. O branqueamento da raça, pela miscigenação, passa a significar a culminância de um processo de estruturação da Nação, sob fundamentos estritamente europeus, que deveria desembocar na existência de um homem branco brasileiro de traços nitidamente europeizantes. A dependência cultural não é um fenômeno que se mantenha por si mesmo e por si mesmo se justifique: ele exprime tão-somente um aspecto da sobrevivência de proprietários fundiários e de escravos que enxergam no progressivo clareamento de pele da população brasileira, maneira eufemística de se designar um processo de descaracterização cultural e econômica das minorias étnicas, a possibilidade de preservação de privilégios culturais, econômicos e políticos.

A miscigenação, mesmo que possa ser apresentada, como o faz Varnhagen (como vimos anteriormente), sob a forma de uma ausência de preconceito racial, visto que nada proíbe o intercuro sexual entre homens e mulheres, de etnias diferentes, ela acaba por se revelar uma arma muito mais poderosa e mortífera para índios e negros.

16 Ibidem, p.VIII-X.

A miscigenação biológica, em verdade, é apenas o primeiro passo para a assimilação e aculturação de negros e índios, de maneira que, quando não exterminados fisicamente pelo trabalho escravo ou pela conquista predatória de novas terras, acabam por se tornar brancos em seu comportamento. A miscigenação é um instrumento de dominação do branco que com ela acena em direção a um futuro em que, na Nação, o porvir unitário do homem branco brasileiro se faz pela destruição e esquecimento dos traços físicos e mentais, que individualizam índios e negros, para que surjam apenas os traços que individualizam o branco.

O ideal a ser atingido encobre e obscurece o fato de que nele a homogeneidade racial tem como contrapartida, de um lado, a afirmação contínua do conquistador, da civilização superior, branca e européia; de outro, a eliminação das minorias raciais que são temidas por representarem ou por poderem representar numa Nação de brancos, construída por um Estado branco, uma ameaça constante de conflitos e um permanente desafio aos direitos e privilégios de uma, também, minoria branca que, desde a colônia, converteu o engodo da tutela na forma mais blandiciosa de poder e de dominação.

CONCLUSÃO

Numa carta enviada ao barão de Rio Branco, Capistrano de Abreu, anunciando sua intenção de escrever uma história do Brasil, assinala "que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que ... ainda hoje são a base de nosso ensino".¹ Coisas novas, sem dúvida, ele as diria; quanto aos quadros de ferro, Capistrano os fez explodir também, porque reordenava, reorganizava, reinterpretava o material histórico que ambos haviam utilizado. Contudo, Capistrano também rompia - talvez, sem o saber — com um outro quadro de ferro, mais sutil, mais poderoso, por estar entranhado em nossa sociedade, que se esquematizara na obra de Varnhagen. Quadro de ferro que ele, Capistrano, evitara, mas que seria retomado por outros historiadores brasileiros do final do século XIX e das primeiras décadas deste século.

Historiador e erudito de finas qualidades, Capistrano tinha pouca ou nenhuma sensibilidade política, o que lhe impediu de ver que o verdadeiro quadro de ferro varnhageniano não nascia apenas dele, mas, sobretudo, de uma sociedade cujas divisões internas (tão bem assinaladas pelo próprio Capistrano), inconsistência social e política impunham como núcleo central das preocupações dos intelectuais

1 CAPISTRANO DE ABREU, s. d., v.1., p.130.

os problemas relacionados ao Estado, à Nação e ao incipiente Povo brasileiro.

Varnhagen expressou tais preocupações, no nível do imaginário, de maneira consistente, e buscou uma resposta, cujos termos nem sempre foram corretamente apreendidos, mas nem por isso deixou de ter sucessores, que desenvolveram e sofisticaram suas idéias: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e tantos outros que buscaram pensar a realidade nacional.

A problemática que se centra em torno do Estado, da Nação e do Povo brasileiro é recorrente em nossa historiografia política. Nela predomina inquestionavelmente a figura do Estado, que a tudo parece presidir como um Deus todo-poderoso. Se isso ocorreu e, de certo modo, ainda ocorre, não creio que tenha de se creditar o fato à inexistência de classes sociais no Brasil prefiro ver nesse fenômeno a precariedade dessas classes.

Ver, compreender e estatuir o Estado com a força de um demiurgo, capaz de ordenar o processo caótico de formação de uma Nação, de um Povo, não decorre de um vezo deformante do analista histórico, nem o desvio de uma linha interpretativa.

Não é o historiador que apenas por sua vontade impõe uma interpretação em que o Estado surge como um demiurgo. São os homens, os dirigentes, os intelectuais de uma classe social que, cônica tanto de sua precariedade quanto de seus privilégios, procura substitutivo à sua incapacidade de se auto-afirmar como uma classe "em si". Faltando-lhe quase tudo para isso - exceto os privilégios -, substitui a ausência de um ideário político classista pela única instituição, cuja força é capaz de lhe dar a tranqüilidade que ela própria não é competente para se auto-atribuir.

O Estado aparece, então, como a possibilidade de concretização do que se negligenciara durante os quatro séculos de colonização. Como ele é idêntico a si mesmo nos dois momentos, pode assegurar com tranqüilidade a transição da situação colonial para a situação de país independente. É com a independência, e só com ela, que nasce a consciência

da necessidade de uma Nação e de um Povo, e o Estado é o instrumento de sua realização.

Não se deve, portanto, estranhar que o Estado apareça para as nossas classes dirigentes do século XIX — e mesmo, neste século — como um demiurgo, pois ele é apenas o fantasma de suas fraquezas e impotências.

Não é demais concluir-se dizendo que a inteligência — não a sabedoria — dessas classes dominantes foi perceber imediatamente que sua falta de vínculos, por sua inércia e desinteresse, com o país que herdavam de uma situação colonial lhes augurava um futuro difícil.

A perda do controle da situação não era uma hipótese ociosa. Bastava ver o que acontecia nas colônias espanholas. Esse é um pesadelo que atravessa o século XIX. Se Varnhagen insiste tão repetidamente na busca de elos com o passado, tentando, de todas as maneiras, construir uma continuidade que fundamentasse a unidade política e um autêntico sentimento de nacionalidade, não é inconsistente pensar-se que, ao contrário, a realidade histórica ia em direção oposta, isto é, na direção da desunião, do separatismo, do quase ou nenhum sentimento nacional.

Recorrer ao Estado, em tal estado de coisas, é uma estratégia, uma técnica de sobrevivência, pois só ele poderia garantir, pela força das armas, por sua mística, por sua organização centralizada e autoritária, uma unidade política e uma independência, pelas quais poucos lutaram para sua obtenção.

Capistrano de Abreu, antípoda de Varnhagen, cáustico e certo como sempre, não deixa por menos:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra, assinala Lindley. É mesmo duvidoso se sentiram, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal. Não se

inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa a índole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu. Sempre a mesma mandrice intelectual de Bequimão e dos Mascates.²

Palavras excessivas, nem tanto. Não parecem ter sido desmentidas, até hoje, pois vivemos continuamente os mesmos problemas. Não se andou muito desde a independência, no que concerne à nossa vida política.

O Brasil, às vezes, nos dá a impressão de um bebê que nasce com um defeito congênito — lamenta-se, tenta-se a vida inteira corrigi-lo, porém seus efeitos permanecem. Nosso defeito congênito é o de termos ultrapassado a vida colonial de uma forma furtiva e dependente. Faltou-nos, como país independente, um projeto nacional que desse consistência à liberdade política e se preocupasse em definir o que se esperava da Nação.

A ausência de um ideário político que desse um mínimo de consistência ao país independente confere à nossa vida e história políticas um caráter insólito: somos dominados pela preocupação de reformulações, diria mesmo de exercícios, que se realizam sobre o nada. Isso não quer dizer que não existam idéias políticas; seria impossível. Contudo, elas são formuladas e drasticamente subordinadas a uma estrutura mental colonial — homóloga à estrutura econômica herdada da colônia —, cujo traço fundamental é o temor de perder os privilégios que ela assegura.

Em que pesem os esforços de alguns historiadores, que tentam encontrar em nossa independência um processo consistente de participação de camadas significativas da população brasileira, o que nos resta sempre, quando se a observa mais de perto, é um sentimento de vaguidão e de quase indiferença. Para isso, contribuiu a longa permanência da corte portuguesa em terras brasileiras, reforçando

2 CAPISTRANO DE ABREU, 1976b, p.212.

idéias de hegemonia no interior do Império colonial português, mas, também, e sobretudo, pesaram os quatro séculos de colonização.

O sistema colonial e o escravismo deixaram marcas profundas: as divisões sociais internas, determinadas pela relação senhor—escravo, tinham o carácter de uma verdadeira ruptura social, que só poderiam ser superadas por processos outros que não os da indiferença. Num país independente, as relações sociais ganham nova dimensão, mesmo quando se conserva o modo de produção anterior, e não é suficiente ignorá-las para evitar suas conseqüências.

Esse impasse político tem seu arremedo de solução na forma de estruturar o poder político brasileiro, a monarquia, e será o tema principal de uma parte significativa de nossa intelectualidade do século XIX e deste século. De maneira geral, todos eles encararam a tarefa como uma missão. Expressaram sempre os ideais de alguns segmentos da classe dominante, dificilmente encontraram unanimidade. A única unanimidade é o Estado. Nele, todos os interesses se harmonizam; tornou-se mais cômodo e mais seguro, mais confiável, acreditar no Estado como força unificadora da Nação e, na realidade, mantê-la sempre num processo contínuo e permanente de constituição.

É uma técnica de retardamento que visa, essencialmente, cercear a participação popular. Por outro lado, assumindo o Estado a dimensão de um poder educador, sua face mais odiosa, a de força repressora, camufla-se e se torna mais poderosa, pois sua ação é mais insidiosa. Ele passa a ser confundido com o lugar privilegiado, o manancial de onde emanam as condições políticas e intelectuais para a constituição da Nação.

Nesse processo de transferência não se alienam apenas as classes subalternas, aliena-se a sociedade como um todo, com uma diferença significativa, a classe dominante mantém o controle dos instrumentos que preservam suas vantagens políticas e econômicas, mas que a impede de desempenhar seu verdadeiro papel hegemônico, pois o conflito que a opõe às classes subalternas se faz em termos de oposição,

não de convivência. Não se assume, pela excessiva presença do Estado, a existência de uma sociedade de classes, o que demandaria reconhecer que as classes subalternas têm ou deveriam ter uma participação efetiva na formulação e na consecução de um projeto nacional.

Esses elementos fazem parte do longo e doloroso processo de nossa constituição como país independente, são constantes de nossa vida e história políticas. Ainda hoje lidamos com eles. Basta olhar em torno de nós, viver nosso dia-a-dia, acompanhar nossa vida política, para compreendermos que se reiteram e se refazem trilhas já percorridas... exaustivamente. Os mesmos argumentos, as mesmas medidas, "a mesma mandrice intelectual", o mesmo temor das classes subalternas são retomados hoje - como há cinquenta anos, visando preservar uma situação de dominação social brutal, da qual o Estado é, ao mesmo tempo, instrumento e máscara.

Para Varnhagen, o Estado era um demiurgo; ele não acreditava em classes sociais, acreditava na unicidade racial. Tinha-a como um dos pilares da nova Nação.

Retenhamos, pois, sua lição de unicidade e esperemos que, no futuro, quando ela existir entre as classes sociais, possamos cumprir, enfim, a tarefa de constituir a Nação, se ela, nesse momento, tiver ainda algum sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPISTRANO DE ABREU. *Ensaio e estudos*. 3ª série. 2.ed. Rio de Janeiro: MEC, Civilização Brasileira, 1976a.
- _____. *Capítulos de história colonial*. 6.ed. Rio de Janeiro: MEC, Civilização Brasileira, 1976b.
- _____. *Correspondência*. 2.ed. Rio de Janeiro: MEC, Civilização Brasileira, s. d.
- FLORESTAN FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- OLIVEIRA VIANNA. *Evolução do povo brasileiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- SÍLVIO ROMERO. *História da literatura brasileira*. 3.ed. aum. Rio de Janeiro: José Olympio, s. d. 5v.
- SKIDMORE, T. *Black into White*. Race and Nationality in Brazilian Thought. New York: Oxford University Press, 1974.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. E. & Laemert Ltd., s. d.a. 2v.
- _____. *História geral do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: J. E. & Laemert Ltd., s. d.b. 5v.

PARTE 2

**OLIVEIRA VIANNA:
O SONHO DE UMA NAÇÃO
SOLIDÁRIA**

INTRODUÇÃO

"O filósofo do amanhã é, ao mesmo tempo, o explorador dos velhos mundos, cumes e cavernas, e não cria senão pela força da lembrança de algo que foi essencialmente esquecido. Esse algo, segundo Nietzsche, é a unidade do pensamento e da vida."

"Le philosophe de l'avenir est en même temps l'explorateur dei vieux mondes, rimes et cavernes, et ne crée qu'à force de se souvenir de quelque chose qui fut essentiellement oublié. Ce quelque chose, selon Nietzsche, c'est l'unité de la pensée et de la vie."

Gilles Deleuze

Nosso século assistiu e participou, surpreso e entusiasmado, temeroso e esperançado, do surgimento de duas forças ideológicas que, embora se opondo, retinham como garantia e penhor de seu sucesso e vitórias finais a história.

Uma dessas forças, cruel e desumana, propunha-se em nome de ideais e valores raciais e nacionais, sob a falácia de um nacional-socialismo de cervejaria, uma transformação da história, pela revivência de tradições e mitos - sempre à mão, quando se pretende apelar às forças irracionais do homem. Caricatura do Império Romano e das tradições

germânicas, como toda repetição na história, o Terceiro Reich, de mil anos, soçobrou bem antes que se passassem vinte anos de sua criação, deixando atrás de si um rastro infame de sangue e miséria, sofrimento e dor, intolerância e cinismo que, ainda hoje, pobres nostálgicos de grandezas não havidas buscam reviver. Como se precisássemos hoje acrescermos às nossas próprias misérias outras de um passado tão recente.

A segunda dessas forças foi o comunismo, utopia do século XIX, que se apresentou, ao contrário do nazi-fascismo, com uma bandeira mais atrativa e poderosa: uma sociedade sem classes, onde o homem pudesse, finalmente, livre das peias que lhe impunham as servidões econômicas, como um coroamento da história, usufruir de uma sociedade humana construída à sua feição e tamanho.

A utopia de uma sociedade justa, igualitária, idealizada e buscada, desde os primórdios do cristianismo, passando pelas revoluções americana e francesa, parecia ter chegado ao ponto de se converter em realidade.

A revolução de 1917 parecia ter encerrado um longo ciclo da história e a utopia passou a estar ao alcance das mãos de muitos, enquanto outros já a usufruíam. No imaginário de milhões e milhões de pessoas, a humanidade estava a um passo do franqueamento das últimas barreiras e obstáculos para a felicidade, idéia sedutora que o século XVIII criou e acalentou — e o século XX acreditou ter condições de permitir a um maior número de homens de a ela ter acesso.

A ruína e o desmembramento da antiga URSS, fracionando-a em dezenas de estados e nacionalidades, desfizeram os sonhos. O desmantelamento do império soviético — que se seguiu e que ainda prossegue, num cortejo fúnebre de ressurgimento de ódios raciais e religiosos, que todos acreditavam estarem enterrados definitivamente - selou de maneira definitiva um ciclo da história do homem, no qual ele acreditara que os ventos da história sopravam a seu favor.

Daí se segue uma constatação necessária: não somos mais os mesmos. Para o bem ou para o mal, olhamo-nos e percebemos que não apenas envelhecemos, mas mudamos

de uma maneira diferente: em algum lugar atrás de nós perdemos algo que constituía um padrão de referência, um padrão de valores que hoje, aparentemente, caducos, frágeis, apontam para avaliações feitas ontem, tão fáceis pois tudo era claro — o certo e o errado, a direita e a esquerda, que devem ser repensadas e de novo meditadas.

Nossas utopias e nossas certezas desapareceram. Nossas esperanças, se não desvaneceram, permanecem encolhidas, suspensas num não-lugar, quase anônimo. Por não sermos mais os mesmos, resta ainda um grande caminho de recuperação, de retorno ao passado, fazendo as perguntas que não fizemos, aguçando nossa curiosidade e nossos ouvidos para as vozes que deixamos surdas, procurando encontrar o lugar onde a trilha se bifurcou e nós nos perdemos.

A história é ainda um caminho, não mais para nos dizer onde deveremos chegar inelutavelmente, mas para nos recordar de uma verdade que, por ser tão velha, havíamos esquecido, a verdade está na busca.

As questões que se deve propor à história são grandes demais, velhos temas devem ser reabertos, como, por exemplo, o papel do voluntarismo e do Estado na história. Sejam, porém, modestos e procuremos pensar tais problemas no interior de um campo, onde a colheita pode ser mais abundante e certa, por ser um campo que constitui nosso espaço de vida.

Esse é o nosso propósito ao emprendermos a análise da obra de Oliveira Vianna.

Um último esclarecimento. Este ensaio é como que uma continuação do ensaio sobre Varnhagen. Em ambos, procurei utilizar uma metodologia comum, o estruturalismo genético, não numa forma ortodoxa, mas adaptado às minhas próprias possibilidades; em ambos, procuro estabelecer uma relação de continuidade, a meu ver, característica de uma parte significativa da historiografia brasileira do século XIX e do início deste século, até o final da década de 1920, em que a preocupação fundamental do historiador era a de, ao partir de uma análise fundante de nossa história, buscar soluções para a realização do sonho de uma Nação unitária

e integrada. Solidária, socialmente, na expressão de Oliveira Vianna.

Esses ensaios, contudo, diferem entre si num aspecto, para mim, fundamental; este sobre Oliveira Vianna faz parte de uma trilogia de trabalhos, em que a preocupação é pensar os problemas que a história hoje nos coloca em face das reviravoltas a que estamos assistindo no nosso dia-a-dia.

Esta introdução já é fruto de tais preocupações, e ela visa, antes de mais nada, buscar esse elo perdido de que nos fala Nietzsche, na pressuposição de que, talvez, seja possível alcançar-se novos pontos de partida - sem que haja necessidade de se colocar antes deles, os de chegada.

Por último, gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sem a qual seria impossível ter-se a tranqüilidade suficiente para, vivendo em Paris, refletir e escrever. Estes agradecimentos são extensivos à nossa querida colega e amiga Kátia de Queirós Mattoso, ex-professora da PUC da Bahia, hoje professora da Universidade de Paris IV, uma das responsáveis pelo Institut des Recherches sur les Civilisations Modernes, dessa Universidade, que nos honrou com um convite para participar de seus seminários. Sem esse convite e sem o auxílio da Fapesp, nada teria sido possível.

1

UM CONHECIMENTO FUNDANTE DA HISTÓRIA DO BRASIL

Todo conhecimento científico é passível de um duplo tratamento: num primeiro momento, ele é ciência pura e, em consequência, está sujeito às exigências da verdade e da certeza científicas. Verdade e certeza que se definem e se verificam a partir de evidências empíricas e intelectuais.

Num segundo momento, após um período maior ou menor de maturação, ele é submetido a um processo de tecnologização que o transforma num produto cujo critério de avaliação e aferição é sua adequação, oportunidade e eficiência. Assim nas ciências físico-matemáticas, incluindo a química; assim nas ciências biológicas e da saúde; assim, também, nas ciências humanas, inclusive a história. A diferença, se existir, entre estas últimas e as primeiras, reside no fato de que nas ciências sociais e mais especificamente na história, apenas tomando esta última como exemplo, o almejado sentido prático da pesquisa científica pode ser dado de antemão. Aqui se tem o que se chamou, até há pouco tempo com bastante ênfase, de conhecimento engajado. Eu diria fundante, pois ela passa a ser o fundamento, a origem e, mesmo, a explicação de projetos e de medidas políticas práticas de um indivíduo, de uma empresa, de um Estado, para atingir fins determinados.

Embora a linha que separa um e outro momento do conhecimento científico possa ser bastante sutil, nem sem-

pre o é; no campo da história, que é o que nos interessa, não é difícil encontrá-la. Não podemos esquecer que até muito recentemente, e ainda agora, o termo engajado foi profusamente utilizado, conferindo uma aura de dignidade ao que, em termos científicos, nem sempre a tinha. O que também pode significar que os dois momentos não são mutuamente excludentes. Eles podem coabitar numa mesma obra, contudo o mais comum é que uma obra que se pretende unicamente uma busca pela verdade e pela certeza históricas só é tecnologizada pela intervenção de um terceiro. Quando as duas vertentes se combinam numa mesma obra, o que caracteriza essencialmente a obra engajada é que ela não pode deixar de se transvestir de uma roupagem escatológica.

A postura rankeana ante a história, de um lado, e a de Hegel e Marx, de outro, cobrem todas as gamas possíveis de exclusivismo e de inter-relações entre os dois momentos.

No caso da historiografia brasileira, do século XIX até mais ou menos os anos 30 deste século, a corrente predominante, majoritariamente predominante, foi a que se caracterizou por seu caráter fundante e/ou engajado. Que tenha sido assim, é mais do que compreensível, pois não podemos esquecer que o Brasil se transformou, de um dia para o outro, de colônia em país independente.

Varnhagen, como procurei demonstrar,¹ foi o primeiro historiador brasileiro a dar uma forma coerente, estruturada e sistemática, à sua leitura fundante do passado colonial brasileiro. Chamei de visão de mundo política a essa leitura, utilizando para tanto a metodologia desenvolvida por Lucien Goldmann, denominada estruturalismo genético.

O chamado "pai da História do Brasil" merece seu título por uma razão dupla: por ser o historiador brasileiro que, pela primeira vez, escreveu uma história do país, apoiada numa pesquisa competente e exaustiva das fontes históricas, além de ter procurado estabelecer com rigor uma cronologia

1 Ver o primeiro ensaio deste volume: "Varnhagen e a historiografia brasileira".

dos eventos e criar uma periodização, por longo tempo seguida e obedecida; e, também, pelo fato de sua obra ter sido concebida como um contributo ao processo de formação da nova nação. Não foi por outra razão que sua obra se tornou uma referência obrigatória, alcançando notoriedade e beneplácito oficial, a ponto de ganhar os compêndios escolares.

Uma das características básicas da leitura histórica feita por Varnhagen está em sua obsessiva insistência em buscar, em nosso passado colonial, todo e qualquer evento que, direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, reforçasse a idéia de unidade. Nacional, política, territorial ou, mesmo, racial, embora neste último caso se tratasse mais de um projeto a ser executado. Essa busca incessante pela unidade, não poucas vezes, levou-o a distorcer a realidade histórica.

E com Capistrano de Abreu que se produz uma das primeiras brechas nesse muro de unanimidade da historiografia brasileira, pois nele o princípio rankeano, segundo o qual a história é, antes de tudo, o relato dos acontecimentos tais como realmente aconteceram, precedia a qualquer outra obrigação do historiador. Não pretendo aqui convalidar o princípio rankeano, mas apenas mostrar que Capistrano, ao se colocar na perspectiva do conhecimento científico, revela-nos um país totalmente diferente daquele proposto por Varnhagen e os que lhe seguiram, pois estes buscavam na história colonial, preferencialmente, aquilo que a vontade política determinava, e não o que ela podia oferecer em verdade.

Se Varnhagen tanto se esforça por encontrar uma unidade, a seus olhos, imprescindível para assegurar a emergência da nação brasileira, Capistrano, ao contrário, despedido de qualquer veleidade e compromisso políticos senão o de ser um historiador em busca da verdade histórica, só encontrará em nosso passado colonial divisões, fragmentações, fraturas, rupturas e descontinuidades, nascidas, quer das diversidades do espaço geográfico brasileiro, quer das dissensões internas, produzidas pelas diferenças raciais e socioeconômicas. Reinóis e "brasileiros" não se entendiam e se despre-

zavam; as diversas etnias e subprodutos coabitavam; porém, não se integravam numa vida comum e participativa.

Capítulos da história colonial, esse belo e duro livro, se propõe, portanto, como o anti-Varnhagen, sua negação mais absoluta e radical e, por isso mesmo, numa aparente contradição, o ponto de partida de uma nova maneira de se reescrever a tecnologia da história.

A lição oferecida por Capistrano, mesmo que severamente contestada e criticada, às vezes, pelo próprio autor, será prontamente aprendida e apreendida, sendo posta a serviço da problemática inaugurada por Varnhagen e que ressurge a cada passo em nossa história, desde que se abram crises políticas institucionais.

A unidade brasileira tão enaltecida permanece, quer queiramos ou não, a ser um problema, que se repõe continuamente. A pretensa homogeneidade, conceito que corre paralelo ao de unidade, e que se pretende existir na sociedade brasileira, quando se insiste em suas características híbridas e miscigênicas, apenas camufla sua diversidade, como se esta fosse um mal e uma fonte de conflitos.

Foi o que compreendeu Oliveira Vianna ao aceitar a lição de Capistrano de Abreu. Contudo, o que nos interessa de imediato é tentar explicitar o caminho que percorre Oliveira Vianna, a fim de fundamentar sua proposta política num conhecimento que ele pretende ser "positivo", científico e isento de todo e qualquer preconceito ou de idéias apriorísticas.²

2 Falando sobre a importação de modelos políticos europeus sem raízes em nosso meio, diz ele ser esse um dado a ser considerado pelos "espíritos positivos, libertos dos preconceitos doutrinários, que consideram o problema da organização política e constitucional de um povo um problema essencialmente prático, em cuja solução não deve entrar nenhum dado apriorístico, nenhum preconceito de doutrina; mas, exclusivamente, os fatos observados, os dados da experiência — em suma: os fatores étnicos, sociais, econômicos, geográficos etc, que concorreram para a formação do nosso povo, dando-lhe a estrutura e a mentalidade atuais" (OLIVEIRA VIANNA, 1942, p.8).

É essa fé na ciência como um instrumento de racionalidade que leva Oliveira Vianna a, recorrentemente, insistir naquilo que o diferencia, como um *idealista orgânico*, daqueles que, por desconhecerem a realidade histórica de nosso país, persistem em ter ilusões quanto à possibilidade de adaptar às nossas condições societárias modelos de organização social e política importados; são os *idealistas utópicos*.

Ao tentar caracterizar, resumindo-o, o pensamento de Ingenieros, o historiador fluminense traça, ao mesmo tempo, um perfil que calha às mil maravilhas a si próprio:

Na concepção do que seja idealismo, o pensamento central de Ingenieros é de que as sociedades humanas têm uma evolução natural, orgânica, sobre as diretrizes de cuja marcha a nossa ação consciente exerce uma influência reguladora muito limitada. Um verdadeiro ideal não deve ser outra coisa senão uma antevisão da realidade social futura e não uma criação arbitrária de nossa fantasia. Nossa razão, ao constituir um sistema de ideais, tem que se subordinar à realidade social, penetrar-se dela, nela buscar a inspiração, o conselho, a lição. Todo ideal que não se apoia na realidade atual e que é a visão antecipada da realidade futura é apenas uma quimera sem objetivação da realidade.³

Embora devamos retornar à análise dos problemas propostos neste trecho, nas considerações finais, o que desejo ressaltar, neste instante, é tão apenas essa confiança ilimitada do historiador na premissa de que tudo é possível, desde que sejamos isentos em nossas análises e obedeçamos aos cânones impostos pela realidade, objeto do conhecimento. Segundo ele, ainda, as "ciências sociais, hoje perfeitamente constituídas, armam os legisladores e reformadores ... com poderosos métodos e recursos" (grifos meus) e que apenas devemos "convencer-mo-nos que somente trabalhando sobre elementos nossos, colhidos na objetividade da nossa vida coletiva é que podemos construir obra fecunda, grandiosa e duradora".⁴

3 Ibidem, p.305.

4 Ibidem, p.71-2.

É nesse quadro de uma supervalorização das ciências, em especial das ciências sociais, que podemos bem compreender a afirmação de Oliveira Vianna quando, falando sobre Ranke e Mommsen, elogia-os porque faziam da história não a "mestra da vida", como pretendia Cícero, mas sim "a mãe e a mestra da política".⁵ Pois, numa história fundante, o que realmente interessa é o que ela pode fornecer, enquanto fonte inspiradora, um projeto político, a ser desenvolvido por uma prática política a ele adequada. A verdade histórica, enquanto tal, só é procurada na medida mesma em que, por ser verdadeira, ou pretensamente verdadeira, pode nos desvendar o caminho da realidade futura, prevista ou que se pretende modelar, consciente ou inconscientemente. A história assim adquire um caráter pragmático, como acentua o nosso autor, e ela é uma escola de patriotismo e da dignidade cívica:

Eis também, senhores, porque o estudo do Passado, o conhecimento do Passado, a experiência do Passado, apoiado e recolhido pela História, têm para nós um valor precioso e inestimável, não apenas de natureza sentimental, não apenas de natureza especulativa, mas também de natureza pragmática.⁶

Cabe, portanto, ao historiador enfronhar-se nesse passado, tentar compreendê-lo com as armas que lhe põe às mãos a ciência histórica, vivificá-lo com as experiências do presente, para que ele não seja apenas a expressão dos documentos existentes, e daí tentar circunscrever o que existe de especificamente nosso, a fim de que esse especificamente nosso seja o norte, a direção a ser tomada por uma política realista e objetiva. Embora saibamos que nossa história esteja intimamente ligada à história européia, a obrigação do historiador está circunscrita pelo dever de buscar as peculiaridades locais e nacionais de nosso povo, pois ne-

5 Idem, 1956, p.38.

6 Idem, 1942, p.347.

nhum povo, por mais que imite os outros povos, pode abdicar do que é seu, de suas particularidades, na busca das soluções de seus problemas.⁷

E quais são, segundo Oliveira Vianna, esses fatores que particularizam nossa história? Em primeiro lugar, a dispersão geográfica, dada a imensidão de nosso território, conquistado com bravura e coragem; em segundo, a defectiva organização de nossas classes sociais; não temos uma classe média, não temos classes populares organizadas, não temos uma aristocracia; em terceiro, as diferenças de mentalidade entre as diversas regiões do país, provocadas pelas vicissitudes históricas, pelas diferenças étnicas, pelas forças modeladoras da terra, do clima e do meio cósmico. Estas, portanto, as forças que nos determinam como um povo e uma nação particulares; é atendo-se a elas que poderemos sonhar a respeito de uma futura nação solidária, mas para que isso ocorra se impõe que o Estado tome em suas mãos a obrigação de organizar a sociedade e que nessa sua tarefa compreenda o que realmente significa a dimensão continental de nosso país, em termos de uma força centrífuga, sempre pronta a obstaculizar e a destruir o que um idealismo utópico pensa ser o melhor, por ser importado, e que o idealismo orgânico deve estar sempre atento para impor-lhe uma força centrípeta ainda mais forte e poderosa. E, finalmente, que um projeto educacional, em seu sentido mais lato e amplo, deve reforçar o poder contrípeto do Estado, pela criação de uma consciência dos direitos da coletividade em detrimento dos direitos particulares e particularistas.

São estes três princípios — o espaço geográfico brasileiro, o Estado e a Educação — que conformam a visão política de Oliveira Vianna e que será nosso instrumento na análise de seu pensamento.

7 Idem, 1956, p.40.

2

O ESPAÇO BRASILEIRO: O MEIO NATURAL E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Quando, em 1907, Capistrano de Abreu publicou seu livro *Capítulos da história colonial*, sua interpretação de nosso passado colonial punha o dedo sobre uma ferida, a unidade brasileira, que Varnhagen procurara cicatrizar por meio de uma busca desesperada pela unidade, onde quer que ela se encontrasse; nascesse ela da realidade ou fosse apenas a consequência obrigatória de seu desejo de vê-la realizada, como uma das vigas mestras de seu projeto político.

A novidade capistraniana não estava apenas no que era o mais óbvio e mais evidente, a saber, a diversidade étnica, nascida de três raças diferentes e de seus cruzamentos. A quebra do consenso e da unanimidade em torno da necessidade de se enfatizar uma presumível unidade colonial, no que tange a uma unidade tanto territorial quanto racial e mesmo política, se faz em Capistrano, por intermédio de uma leitura bastante original do nosso espaço físico-geográfico.

Com efeito, Capistrano de Abreu, abrindo seu livro com um capítulo sobre os indígenas, mais precisamente sob o título "Antecedentes indígenas", na verdade o que pretendia com esse capítulo era mostrar de que maneira o espaço geográfico, o meio natural, modelara o tipo de sociedade aqui encontrada pelos portugueses; e, ao mesmo tempo, mostrar que os novos colonizadores pouco ou nada de mais significativo conseguiram, em termos de estruturação de

uma sociedade unitária, do que os primitivos habitantes da colônia. Para tanto, não lhe foi necessário recorrer a nada além do que uma descrição geográfica do espaço brasileiro.

Descrição que fez de maneira a ressaltar os entraves e os obstáculos que ele opunha à ação do homem. Nela são enfatizadas as três dimensões do espaço, de tal modo que cada uma delas se apresenta como um obstáculo, um entrave, dificilmente superável pelo homem, indígena ou branco, na busca de uma unidade. Daí a diversidade das tribos indígenas,¹ daí a impossibilidade de o homem branco construir nestas paragens uma sociedade do tipo europeu.

Lembremo-nos de suas palavras finais do primeiro e do último capítulo de seu livro:

O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação... A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas conseqüências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores.²

E completa sua análise, fechando o livro, com as seguintes palavras:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra... É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania... Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e a passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando,

1 Na análise de Capistrano de Abreu está implícita uma crítica a Varnhagen, pois este havia apontado como uma das marcas da inferioridade da sociedade indígena ante a europeia sua incapacidade de ser unitária e de não haver entre os indígenas a menor idéia de Nação.

2 CAPISTRANO DE ABREU, 1976, p.12.

porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.³

Não poderia haver ataque mais duro e rude às pretensões de unidade, nascida e originária da colonização portuguesa.

Não é de estranhar, portanto, a frieza com que foi recebida a obra de Capistrano; ela dizia aquilo que a grande maioria dos historiadores buscara esconder.

Oliveira Vianna foi um dos poucos a compreender a lição de Capistrano, pois a retórica abusiva que pretendia criar artificialmente a unidade colonial não podia esconder o fato de sua inexistência tanto nesse período quanto nos seguintes. Não seria por meio de um voluntarismo unitarista, também compreendido como uma forma de se evitar o conflito social ou político, que se poderia manejar de maneira mais apropriada a diversidade, as descontinuidades, as fraturas, as rupturas, tão veementemente mostradas por Capistrano.

É em Capistrano de Abreu, portanto, que se deve encontrar a origem do pensamento de Oliveira Vianna, no que tange à diversidade e, sobretudo, à sua inabalável crença de que é no espaço brasileiro que se deve buscar uma das peculiaridades do modo de ser brasileiro e um dos grandes modeladores do que ele chama de caráter nacional.

A primeira diferença que se percebe entre a maneira de Oliveira Vianna se aproximar do espaço brasileiro e a de Capistrano de Abreu está no fato de que neste o espaço toma de forma dramática e enfática a plenitude de suas três dimensões, como já observamos anteriormente. Cada uma delas se apresenta em sua inteireza. Os acidentes geográficos, o relevo do solo, os rios e as florestas não são apenas um fato geográfico, eles são, antes de mais nada, um obstáculo, um colossal obstáculo à ação do homem; sua exuberância não se transforma em suas mãos em tema ufanístico e demagogicamente nacionalista, traço característico de uma parte de nossa literatura, historiográfica ou literária.

3 Ibidem, p.212-3.

Na leitura de Oliveira Vianna, diferentemente da de Capistrano, o espaço não tem senão uma única dimensão: sua extensão, sua extraordinária extensão, sua extraordinária latitude, como gostava de dizer, tendente a ampliar-se cada vez mais pela ação de aventureiros, sertanejos, vaqueiros ou bandeirantes, que são formidáveis; outra expressão freqüente na pena desse historiador, rompedores de limites e que vão deixando atrás de si um espaço cada vez maior e mais deserto. A ação desses homens de desbravamento e de conquistas de terra significa, ao mesmo tempo, paradoxalmente, a criação de vazios imensos, de desertos, aqui e ali, demarcados pelas pequenas vilas, se é que assim se podem denominar suas pousadas e suas paradas.

Seu trajeto de conquistas na verdade é uma trilha de vazios que se abrem, pela impossibilidade de povoar essas terras, quer pelo ritmo de suas andanças, quer pelo fato de faltar gente que pudesse povoá-las. Contudo, esse espaço continuamente ampliado precisa e deve ser efetivamente conquistado, o que só é possível pela apropriação de pedaços, de nacos dessa terra, tão duramente alcançada. E isso se faz por uma delimitação, por uma demarcação que confina uma parte do território, que se verá circundado por vazios enormes, impossíveis de serem resgatados pela ausência do homem.

Esses trechos territoriais, delimitados e demarcados pela presença do homem, são os latifúndios, que permitirão não apenas a apropriação demográfica, mas também a apropriação econômica, social, política, cultural e familiar, de maneira a permitir que o homem, cercado por vazios, crie, em torno de si, seu próprio mundo.

Um mundo feito de isolamento, de solidão, e, pior do que tudo, um mundo caracterizado pela dispersão. Dispersão que impede o contato solidário entre os homens, dispersão que atua como uma força centrífuga, empurrando, conduzindo, impondo ao homem voltar-se sobre si mesmo, ensimesmando-o num mundo em que tudo obrigatoriamente deve passar por si e pelo pequeno mundo que formará em torno de sua pessoa.

Nessas lonjuras em que o homem parece perder-se, isso só não acontece porque ele constrói para si um mundo auto-suficiente e autárquico, onde preponderam e, na verdade, só contam as relações sociais que dão realidade a esse mundo fechado e inóspito ao mundo exterior. É mundo do latifúndio, que, como diz Oliveira Vianna, atua como um agente simplificador quanto às relações sociais, porque bastando-se a si próprio impede que haja comércio, inibindo, em consequência, que se forme uma burguesia comercial; desnecessitando de uma indústria que o abasteceria das máquinas de que necessita para seu trabalho jornalheiro, cassa a possibilidade de se formarem indústrias; independente das cidades, nada acrescenta a sua vida.⁴

Se assim são suas relações com o mundo exterior, mais longínquo, representado pela cidade, o panorama não é melhor quando se analisa a relação dos latifúndios com aqueles que lhe estão mais próximos, o operário agrícola,⁵ o foreiro, o pequeno proprietário. Estes nada lhe acrescentam, visto que seu domínio sobre a terra se fundamenta na mão-de-obra escrava, que não só lhe é submissa como também faz o que deseja que faça, ser um trabalhador braçal ou um servo de casa, um técnico ou um guarda-costas. Nada conduz à solidariedade social, nenhum imperativo de ordem social ou natural impõe que entre o latifúndio e o mundo exterior se estabeleçam relações de mútua dependência.

É nessa insolidariedade, nascida do latifúndio, que Oliveira Vianna vai buscar a razão mais profunda da ausência no Brasil de "classes sociais", pois como diz ele: "Entre essa classe [está se referindo aos trabalhadores agrícolas] e a

4 "Em síntese, nem classe comercial, nem classe industrial, nem corporações urbanas. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem. Fora deles, tudo é rudimentar, informe, fragmentário" (OLIVEIRA VIANNA, 1973, v.1, p.125).

5 "Em conclusão: nem o fazendeiro precisa *necessariamente* do lavrador braçal; nem este depende *necessariamente* do fazendeiro; entre as duas classes os laços de solidariedade que existem são puramente voluntários. Não os forma o imperativo de nenhuma fatalidade material ou social" (Ibidem, p. 128).

aristocracia senhorial as relações de interdependência e solidariedade não têm nem permanência, nem estabilidade. São frágeis e frouxas. Não se constituem solidariamente. É esse um dos mais singulares aspectos de nossa estrutura social. Somos inteiramente diferentes das sociedades européias. Nada que lá existe nesse ponto se passa aqui: somos completamente *outros*.⁶

Somos *outros*, portanto, porque o latifúndio, a autarcidade, a dispersão nos modela sob um outro padrão, diferente daquele vigente na Europa, de onde provieram os primeiros colonizadores. Estes, porém, deixaram suas pegadas inscritas em nosso caráter, pois o homem rural, mais especificamente "a alta classe rural, que é a que mais legitimamente representa o nosso povo e a sua mentalidade social", traz dentro de si as qualidades instintivas estruturais da alma peninsular, além de ser a parte ariana de nossa população.⁷

Outro papel desempenha o latifúndio, o de ser o centro do processo de miscigenação, onde por intermédio do cruzamento das três raças de nossa formação étnica se criam também as condições de formação da nossa nacionalidade. Embora Oliveira Vianna acentue que este papel desempenhado pelo latifúndio está entre os mais importantes de sua atuação, não me parece que em sua obra, diferentemente do que ocorre com Varnhagen, exista a preocupação em dar um relevo especial às considerações a respeito da eventual possibilidade de um homem branco brasileiro, fruto dessa miscigenação. Ou seja, não me parece que o problema do branqueamento da população brasileira, central na visão de mundo política de Varnhagen,⁸ tenha em Oliveira Vianna a mesma importância.

6 Ibidem, p. 126.

7 "Desde a nossa vida econômica à nossa vida rural, sentimos sempre, poderosa, a influência conformadora do latifúndio; este é na realidade o grande modelador da sociedade e do temperamento nacional" (Ibidem, p.58). Com referência ao problema do arianismo e da raça no pensamento de Oliveira Vianna, voltarei ao assunto em minhas "Considerações finais".

8 Ver ensaio sobre Varnhagen.

Se o latifúndio é um dos modeladores de nossa identidade e, em conseqüência, de nossa diferença em relação aos outros povos, se ele também é aquele que nos dá, enquanto povo, determinados atributos, que tornaram possível a expansão e a conquista do espaço brasileiro, transformando o vazio, o não-lugar, num espaço apropriado, num lugar, de onde se irradia a possibilidade de vida, ele é também a origem e a fonte dos maiores males de que padecemos. Males que o presente, segundo Oliveira Vianna, impedem que o Brasil possa ser considerado uma verdadeira Nação.

O pensamento do historiador fluminense quanto ao que vem a ser uma Nação é o mais vago e impreciso possível. Para ele, a qualidade ou o atributo essencial para que se possa falar em uma comunidade em termos de ser ou não uma Nação é o que ele chama de solidariedade social. Esta solidariedade se opõe a qualquer outra que não seja a que tem como fundamento o interesse coletivo. Ora, a dispersão imposta por nossa realidade espacial, apenas superada pelo latifúndio, uma apropriação do território que se faz pela construção de comunidades cuja solidariedade se determina e funciona exclusivamente em seu interior, esquecendo e negligenciando as relações externas, fazendo do mundo exterior uma quase ilusão, impede que se alcance o tipo de solidariedade social requerida para a formação de uma Nação.

A conseqüência mais imediata do isolamento e da solidão desses latifúndios é o desenvolvimento de um forte sentimento de individualismo, que tem como ponto de sustentação o clã,⁹ — força poderosa que em nossa história

9 "Este clã fazendeiro é uma associação característica de nosso mundo rural... Nele se agrupam, então, todos os serviçais do domínio, todos os seus reideiros e demais classes que habitam as pequenas vilas, aldeias e povoamentos, disseminados pelo interior: pequenos comerciantes de aldeia, os raros pequenos proprietários existentes, os oficiais de ofícios manuais, os chefes de pequenas indústrias urbanas e os pequenos funcionários da administração local" (OLIVEIRA VIANNA, 1956, p.78 ss).

tem se oposto aos ideais democráticos e que se organiza em torno do grande proprietário rural.

No interior desses clãs, que se constituem um dos traços predominantes da nossa história, a solidariedade que se cria é tão apenas uma solidariedade parental e gentilica.¹⁰ Sua origem é, antes de mais nada, a necessidade de proteção contra outros poderosos e contra o próprio Estado, pois, por ser este um governo colonial, sua preocupação central é desenvolver as instituições ligadas ao que realmente o interessa, ou seja, o fiscalismo; negligenciando, ou não possuindo, as condições de criar as instituições que deveriam conduzir naturalmente à proteção do mais fraco e, em consequência, poderia incentivar a solidariedade social.

Essa presença unilateral e parcial do Estado acaba por promover o desmando e a prepotência de seus agentes locais, possibilitando a ação dos "mandões" locais. A isso Oliveira Vianna dá o nome de *anarquia branca*.¹¹

Como, portanto, conseguir em tais condições a solidariedade social, a criação do interesse coletivo, tão necessárias para a construção da Nação solidária? Corrigindo "os inconvenientes da amplitude geográfica" e aumentando a circulação política. Entenda-se por circulação política uma maior presença das instituições estatais junto às comunidades que se formam, em torno dos centros economicamente ativos, e não somente por razões fiscais. Contudo, não é este o lugar para tratarmos desses assuntos, a eles retornaremos no capítulo 3, quando nossa preocupação será a de entender a posição de Oliveira Vianna em relação ao Estado.

10 "Do ponto de vista de sua psicologia social ficam (*os clãs*), por isso, em plena fase patriarcal - a fase da solidariedade parental e gentilica. Toda a sua atuação em nossa história social e política se faz tendo por base essa mentalidade elementar" (Idem, 1973, v.1, p.163).

11 "De toda essa análise a conclusão que se extrai é que as instituições de ordem administrativa e política, que regem a nossa sociedade durante a sua evolução política, não amparavam nunca, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade" (Ibidem, p.146).

Tão forte é o espírito de clã, que Oliveira Vianna, ao analisar o comportamento dos políticos brasileiros do século XIX, ao distinguir entre os que professam o idealismo utópico, os liberais, e os que defendem o idealismo orgânico, os conservadores, defende estes últimos, pois só eles compreenderam a força dispersiva de que os clãs são o produto. Segundo ele, os grandes ideais democráticos se esboçam quando em confronto com os clãs. Em suas palavras:

O quixotismo [refere-se aos políticos liberais] é um sentimento todo impregnado de intelectualismo, em cuja gênese predominam os fatores imaginativos avivados por sugestões de origem exógena; é, portanto, um sentimento fraco, de pequena energia emocional. O sentimento de clã, ao contrário, é vivaz, enérgico, todo feito de materialidade; poderoso por suas origens — porque está nos instintos das raças originárias; poderoso também pela energia emocional — porque está nas tradições e costumes do povo.¹²

Qualquer que seja o período histórico em que nos detenhamos para analisar a história brasileira, encontraremos sempre a presença do clã e a do homem rural como elementos centrais de nossas atividades políticas ou econômicas. Se o espírito de clã deve ser combatido, é no homem do campo que se devem buscar os atributos constitutivos da nacionalidade, pois nele encontramos o "timbre, a pureza e a têmpera primitivos".

O espaço geográfico, uma vez transmutado pela apropriação, não é mais apenas uma força dispersiva e simplificadora, ele se transforma na verdadeira base de nossa história, que é a história de um povo agrícola. Somos, diz ele, "uma sociedade de lavradores e pastores" e "É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo de nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em

12 Idem, 1942, p.69.

que se assentam a estabilidade admirável de nossa sociedade imperial".¹³

A transformação que se produz com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República toca em cheio o mundo rural. Pela primeira, seus próprios alicerces serão atingidos, pois a apropriação da terra se fizera com o braço escravo e ele era um dos sustentáculos da propriedade rural. Com a Abolição e a conseqüente desorganização do trabalho agrícola, um período de decadência se abre para o proprietário rural, a aristocracia rural, segundo Oliveira Vianna, que passa "a viver na solidão dos seus vastos domínios, agora incultos, a vida vegetativa dos descaídos...".¹⁴

Esse destino, porém, não está reservado para todos; muitos emigram e vão buscar na cidade uma nova maneira de viver, que se traduz em novas profissões — industriais —, liberais ou burocráticas, que transformam sua maneira de pensar e de se relacionar com os outros. O afastamento da terra é a decadência e a perda do elemento central do que constitui o cerne da nossa nacionalidade. O comportamento de nossas elites, na República, se modifica e, ao se modificar, pensamos, diz Oliveira Vianna, viver uma degenerescência do caráter nacional.¹⁵ Não é isso, diz ele nostálgico de um passado ligado à terra; o que houve foi uma modificação do comportamento das nossas elites, que se configura como uma "tendência, de origem recente, das classes superiores e dirigentes do país de se concentrarem nas capitais; daí, como conseqüência, uma crise interna e externa nos seus meios profissionais de subsistência" e daí também o grito angustioso de uma volta à terra, pois só esta será capaz de nos devolver o que se perdeu. E necessário que se renove o

13 Idem, 1933, p.55

14 Ibidem, p. 108.

15 Segundo nosso autor, amante de pequenas fórmulas que sintetizam seu pensamento, a degenerescência que se nota nos políticos brasileiros da República pode ser sintetizada na seguinte: no Império: político + doutor = fazendeiro; na República: político + doutor = burocrata (Idem, 1923, p.27).

culto nacional da terra, "culto em que se formaram e definiram os atributos melhores e mais preciosos da nossa índole nacional, é nisto que está a grande obra a empreender-se para 'regenerar' o nosso caráter e para 'nacionalizar' a nossa alma".

Fecha-se, com isso, o círculo iniciado com a conquista do espaço geográfico brasileiro. Da apropriação do território nacional, processo lento de quatro séculos, tanto nasceram alguns dos nossos mais agudos problemas, em razão da dispersão e da centrifugação impostas pela vastidão de nosso território, como daí também se originaram as nossas melhores qualidades e atributos, aquelas e aqueles que conformam o nosso caráter nacional. Para sedimentar a necessidade desse retorno a uma sociedade lastreada no campo, conclui o historiador fluminense de maneira profética e esperançosa:

O dia em que nossos doutores e os nossos políticos atuais assentarem, como as gerações de há cinqüenta anos passados, na posse tranqüila de um domínio rural, o seu ideal de felicidade, a alegria voltará a nosso povo; o tónus moral da sociedade se revitalizará de pronto; a luta pelas posições não imporá às consciências o sacrifício dos seus escrúpulos superiores; as classes cultas e dirigentes terão dado à sua vida uma outra estabilidade; e o vírus do facciosismo se fará menos nocivo à economia do país.

Magister dixit.

3

O ESTADO: FINS, ATRIBUIÇÕES E LIMITES

Oliveira Vianna, como tantos outros historiadores e cientistas sociais antes dele, e mesmo depois, fez da análise histórica fundante uma razão a mais para demonstrar a necessidade de convocar a figura mítica do Estado — acima de todos e infeso aos interesses particularistas —, como instrumento privilegiado, para a realização de seu sonho político: a existência de uma Nação brasileira solidária.

Por compreender o Estado como uma energia e uma força, de caráter mítico, ele é, a seus olhos, o único instrumento que pode ser utilizado nos momentos históricos em que se pretende impor um novo caminho, uma nova direção, a uma realidade histórica que, embora deva ser compreendida e mesmo, até certo ponto, obedecida, insiste, por seu centrifugismo, em dificultar, se não em impedir, que se realize a almejada e sonhada solidariedade social.

O que se deve desde logo notar é que não existe na obra de Oliveira Vianna uma teoria do Estado. Em seu pensamento, a nota predominante é uma concepção altamente pragmática do papel a ser desempenhado pelo Estado, a tal ponto que não é excessivo dizer-se que este se comporta, em relação à realidade, aos seus fins e às suas atribuições, como um verdadeiro camaleão, cujas cores se alternam, segundo as necessidades da situação histórica sobre a qual deve ou atuar ou submeter-se.

Submeter-se, como ocorre nos países europeus, onde a solidariedade social é uma decorrência natural do meio geográfico; impor novas cores, quando a realidade histórica deve ser desobedecida e amestrada, para que se criem as condições em que seja possível florescer a solidariedade. Talvez seja necessário acrescentar-se, para se ser mais fiel na reprodução do pensamento de Oliveira Vianna, que o caráter camaleônico do Estado não é consequência de um ato de vontade arbitrário. Ele é a consequência racional, ainda segundo o pensador fluminense, no caso do Brasil, da passagem de uma situação colonial, modelada pelo espaço brasileiro, a uma nova situação de país independente, onde os inconvenientes do fator geográfico e a seqüela daí decorrente devem ser dominados, a fim de que se possa construir a Nação solidária socialmente.

Durante o período colonial, para utilizar uma terminologia recente, estaríamos no não-lugar, num sítio geográfico no qual todos se cruzam e se afastam, sem que se produza a identidade, a não ser a mais elementar, aquela que se cria no interior do latifúndio. Contudo, esta identidade é uma identidade primária, pois diz respeito apenas ao grupo humano a que o indivíduo pertence. Como já vimos anteriormente, essa solidariedade se faz por intermédio de uma relação parental ou gentílica, em prejuízo das relações sociais mais extensas, que envolve o mundo exterior. Ora, são estas e não aquelas as determinantes quando se pensa em criar o interesse coletivo e a Nação. Dentro dessa lógica de pensamento, cabe ao Estado, pois, uma vez determinado o objetivo a ser atingido, ratificar ou retificar o curso dos acontecimentos imposto pelas forças que dominam a realidade histórica.

Na defesa de suas idéias, Oliveira Vianna vai proceder a uma análise da presença do Estado, português e brasileiro, do descobrimento à República.

Ao tratar do período colonial, o historiador é econômico em relação aos "estadistas coloniais",¹ pois, segun-

1 Expressão cara a Oliveira Vianna, mais adiante esclarecida.

do ele, sempre souberam, procurando preservar ao máximo os interesses da coroa portuguesa, adaptar as formas institucionais estatais à realidade movediça e diferenciada da colônia.² Tendo como objetivo central preservar tanto quanto possível a unidade colonial — uma impossibilidade diante dos desafios impostos pelos obstáculos a serem vencidos —, sempre souberam sacrificá-la toda vez que o interesse maior do governo português — o fiscalismo — assim o determinava.

Um raciocínio lógico, se se tem em conta que o que a coroa portuguesa pretendia mesmo da colônia era arrecadar tudo o que fosse possível de suas atividades produtoras e comerciais. Embora sacrificassem a unidade da colônia pela necessidade de continuamente terem de adaptar as instituições estatais às peculiaridades das atividades produtoras, que se modificaram no correr do tempo, buscaram, pela transferência sucessiva da capital política da colônia, um remédio e uma solução ao problema da unidade. A mudança da capital se fazia em obediência a uma imposição em face do deslocamento regional da atividade econômica mais importante. Com isso, o que se pretendia era fazer que o Estado estivesse o mais próximo possível da região produtora em ascensão, procurando evitar que seu desenvolvimento econômico pusesse em risco a unidade colonial pela distância que eventualmente a separava do centro político colonial.

Esse espírito pragmático de que dão prova os "estadistas coloniais" tem como consequência a permanente descentra-

2 "Daí a dificuldade do problema político, proposto ao tino dos estadistas coloniais. Trata-se de organizar um mecanismo de governo administrativo e de governo político, que seja mais adaptado e conveniente a esse conjunto incoerente e heteróclito de módulos sociais, caracterizados pela sua *extrema dispersão*, pela crescente *complexidade* da sua *estrutura íntima*, pela *diferenciação das suas bases geográficas* e pela *densidade das pressões externas*, a que estão submetidos. Esses fatores todos são levados em conta por aqueles políticos, quando se faz preciso compor as várias peças do governo geral, como os pequenos aparelhos do governo local e regional" (OLIVEIRA VIANNA, 1956, p.197-8).

lização dos poderes estatais, que acabam por tomar as cores várias das diversas regiões da colônia, o que redundará, no final do período colonial, como afirma Oliveira Vianna, numa quase destruição do Estado enquanto tal.³ Contudo, apesar desse fato, para ele é necessário reconhecer-se que com essa política a coroa portuguesa foi sempre capaz de manter ativa sua política de extrair de sua colônia, em termos fiscais, o máximo possível de rendimentos.

Se esse mimetismo estatal é louvado por Oliveira Vianna, quando de sua análise do período colonial, será na mesma medida condenado ao passar a estudar o período monárquico. E a razão é simples: transmudam-se a finalidade e o objetivo a que deve servir o Estado. O fiscalismo é colocado em segundo plano, pois agora o país independente exige que a tarefa primeira e primordial do Estado seja a construção da Nação solidária socialmente.⁴ Em nenhum momento, porém, deixam de atuar os fatores de dispersão e de centrifugação; contudo, se nos três séculos de colonização foi possível ao Estado com eles compactuar, reforçando-os com a descentralização administrativa, depois da independência, uma política semelhante seria suicídio. O Estado deixa de ser apenas um agente arrecadador, sua missão mais nobre é operar a fim de criar as condições necessárias para que, dominados os agentes de centrifugação e dispersão, possa ser encontrado o caminho de construção da Nação. Esta deve

3 "Chegada a este ponto a desintegração do poder central da capitania, já não se pode falar mais de *fragmentação do poder*, nem mesmo da *pulverização do poder*: está-se já agora diante de uma verdadeira *dissolução do poder*. Tão grande e tão formidável é a ação dispersiva dos fatores geográficos" (Ibidem, p.214).

4 "Proclamada a independência da colônia, o pensamento dos homens, a que ia caber a formidável incumbência de organizar o governo nacional, já não podia ser o mesmo: a necessidade de manter a unidade política do país toma o primeiro lugar no plano das suas cogitações construtoras. Eles não têm diante de si uma vasta colônia a explorar, segundo os preceitos do fiscalismo; mas uma pátria a organizar, uma nação a construir, um povo a governar e a dirigir" (Ibidem, p.244).

ser assentada sobre pés e alicerces bem seguros e isso só será possível pela unidade territorial e pela unidade política, bem como por uma sujeição do regional, do clânico, ao interesse coletivo, representado pela nova Nação a ser construída.

Ao perigo representado pelas forças de dispersão se agrega, segundo Oliveira Vianna, um outro, quando da organização do novo Estado: é o perigo representado por aqueles representantes do idealismo utópico, os membros do partido liberal, que pretendem impor ao novo país fórmulas de organização política estranhas ao nosso meio social, étnico e geográfico. São os partidários de idéias "exóticas", como o parlamentarismo, o liberalismo, o constitucionalismo, o federalismo, a democracia e, mesmo, a República.

Todas essas idéias "exóticas" reforçam e intensificam a ação desintegradora dos fatores naturais, étnicos e sociais, impedindo que se concretize a idéia maior da construção da Nação. Para que se realize esse sonho é necessário que, ao contrário do que aconteceu na colônia, se amplie a *circulação política*, pela necessidade de o Estado estar presente em todo o vasto território, mas não se mimetizando às condições locais, e sim se impondo como uma força de integração e de unidade. Integração e unidade que se personificam na figura do imperador, que, a seu ver, catalisa todas as forças que se opõem aos fatores deletérios e desintegradores do meio geográfico.

A sabedoria dos políticos imperiais foi a de manipular com astúcia e inteligência a figura do imperador, de maneira a assegurar a possibilidade de o governo central realizar "a unificação da nacionalidade e a organização da ordem legal. Sem ela, não teriam realizado a primeira e, portanto, não teriam realizado a segunda: e seríamos hoje talvez um amontoado de pequenas repúblicas desorganizadas".⁵ E essa sabedoria política nasce do chamado golpe da maioria, com que se põe fim ao período tumultuado das

5 Ibidem, p.257.

regências e, por meio da lei da Interpretação do Ato Adicional de 1840, se dá início à construção de um aparelho estatal centralizador, que consegue, na luta contra os fatores centrífugos, uma vitória da unidade que se expressa no lema "O rei reina, governa e administra".

Essa vitória é devida aos políticos conservadores que souberam entender que a política preconizada pelos liberais, a descentralização, embora fundamentada em nossa realidade histórica e geográfica,⁶ seria um erro, pois significaria reforçar os efeitos da dispersão e da centrifugação. A centralização, embora instrumento artificial, é uma necessidade da qual não se pode prescindir, para que, um dia, se possa alcançar o ideal de "um máximo de base física + um máximo de circulação = um máximo de unidade política".⁷

Ao descrever os políticos conservadores que, segundo o autor, conceberam e realizaram um "monumental sistema de governo e administração do país", agindo como "espíritos positivos, jogando com os dados da realidade objetiva, tendo diante dos olhos os fatos concretos de nossa vida nacional",⁸ Vianna parece estar se definindo diante dos nossos olhos. Mais claro se torna isso, quando adiante ele nos diz que esses políticos chegavam mesmo a condescender com as doutrinas políticas em moda, mas isso nada mais era do que uma tentativa camufladora de dar à sua prática uma "certa cor doutrinária".

Não será essa também a própria posição de Oliveira Vianna quando, insistindo sobre a necessidade de se ater à realidade histórica do Brasil, é obrigado a aceitar que toda

6 "Os descentralizadores... não são apenas teóricos ou sonhadores; eles exprimem um estado d'alma nacional. Os princípios de filosofia política, com que justificam a descentralização, o federalismo, o *self-government*, colorem ambições mais intimamente radicadas à terra e ao povo: são uma racionalização doutrinária de um estado da psicologia coletiva, que tira suas origens das realidades do próprio meio" (Ibidem, p.271).

7 Ibidem.

8 Ibidem, p.273.

ação para impedir a ação desintegradora do fator geográfico é uma violência a essa mesma realidade? Não ouvimos pouco atrás ele nos dizer que era artificial toda ação tendente à centralização? Não está ele continuamente desdizendo-se na prática, quando assume de maneira clara e direta as idéias de Ingenieros, ao defender este que o processo de formação de um povo, de uma Nação, é fruto de uma lenta evolução histórica, na qual a ação racionalizadora do homem é ineficaz? Deixemos, porém, por ora, as contradições inerentes ao pensamento do historiador fluminense e sigamos adiante com sua análise dos nossos períodos históricos.

A passagem do Império para a República faz-se quando a figura central do sistema monárquico, por razões diversas, é abalada pelos acontecimentos históricos que vão desde a fundação do partido republicano à abolição da escravatura e aos problemas de ordem pessoal. Só a figura de D. Pedro II pode explicar a existência de uma monarquia num país cercado de repúblicas. E com tristeza que Oliveira Vianna escreve:

Eliminada a peça mestra do sistema, extinta a sua poderosa influência magnética e centrípeta, a federação impõe-se como meio único de impedir a secessão do país. Os estadistas coloniais haviam chegado à fórmula: integridade da colônia pela fragmentação do poder. Os estadistas imperiais são levados a uma conclusão contrária: integridade do país pela unificação do poder. Os estadistas republicanos voltam à conclusão colonial: integridade da nação pela fragmentação do poder. / Livres do fascínio imperial, é a vez dos fatores geográficos reivindicarem seus direitos.⁹

E eles o vão reivindicar com força e prepotência, pois a Constituição de 1891, com sua orientação descentralizada, favorecerá e incentivará os regionalismos e o espírito clânico. A fermentação social que se segue à queda da Monarquia, contida pela ditadura militar, segue-se um "período

9 Ibidem, p.277-8.

tormentoso das revoluções civis", provocadas pelo conluio entre os "ambiciosos da fortuna e os ambiciosos do poder".¹⁰ Além do que, faltam quadros provinciais que possam de maneira correta compreender e aplicar a descentralização proposta pela Constituição, isto em razão de que a centralização imperial impedira sua formação. Por outro lado, não se compreendeu que cada Estado e cada região eram situações diferentes e que demandavam soluções diferentes, de acordo com a realidade de cada um deles. A uniformidade das constituições estaduais, com exceção da Constituição sul-riograndense, era mais uma violência que se praticava, quer às diferenças de estruturas sociais, quer às diversidades de suas bases físicas, quer, enfim, às diferenças de suas condições econômicas.

Qual a solução para esse problema? Responde Oliveira Vianna:

Cada Estado modela, ou deve modelar, assim, ao seu jeito e feitio, os aparelhos de sua vida política. Portanto, cada um deles deve ter o seu sistema de governo particular e original: eis a solução.¹¹

Como isso não acontece, o que se viu foram os governadores tomarem uma ascendência sobre os poderes municipais e com isso assumirem um papel cada vez mais de relevo no cenário nacional, em prejuízo do governo federal central, que se vê obrigado a transigir e a abdicar de parte de suas prerrogativas. "Desta ou daquela forma [escreve Oliveira Vianna], as limitações constitucionais e as contingências políticas fazem, no atual regimem, do poder central um poder dependente e enfraquecido, subalternizado a vinte situações estaduais."¹²

10 Ibidem, p.285.

11 Ibidem, p.290-1.

12 Ibidem, p.293. É claro que Oliveira Vianna, quando fala em vinte situações estaduais, está referindo-se à divisão política do país na época.

Resumamos a leitura fundante de Oliveira Vianna: se é desculpável, e mesmo elogiável, a seus olhos, a atitude dos políticos portugueses ao adotarem uma política de descentralização, a ponto de descaracterizar e desfigurar as instituições originais, mantendo um simulacro de unidade colonial, por estarem mais diretamente preocupados com o fiscalismo, um comportamento similar dos políticos brasileiros é e seria intolerável, pois é impossível criar-se uma Nação solidária socialmente pela adoção de uma política administrativa que conduza antes à identificação regional, de origem clânica, do que a uma identificação nacional e ao reconhecimento do interesse coletivo, bases prioritárias para a consecução do ideal de uma pátria solidária.

Dissemos, anteriormente, que não se deve buscar nas obras do historiador fluminense uma teoria do Estado — não é essa sua pretensão, nem seu desejo. Sua ambição é a de encontrar os meios que se lhe afiguram racionais para que seja possível, pela intervenção do homem, do político, através do Estado, atingir o desiderato de conter as forças de dispersão e centrífugas, de maneira a permitir que aquilo que ocorre *naturalmente* nos países europeus, a solidariedade social, possa ser também uma realidade brasileira.

Se não existe uma teoria do Estado em Oliveira Vianna, talvez possamos nele reconhecer os elementos básicos de teoria do poder político, com a significativa observação de que essa teorização é de caráter eminentemente prático, visando responder, de maneira direta, a questões pragmáticas, originadas tanto das peculiaridades brasileiras, por ele arroladas, quanto de uma organização política que a elas deve referir-se, tanto para reafirmá-las quanto para remodelá-las. Denominemos essa postura viannista de uma teoria pragmática do poder político.

Nessa teoria, o primeiro elemento é a sua concepção de Estado, que ele vai buscar em Maclver: o Estado é uma realidade social,¹³ como tal ele é, ou deveria ser, o que ela

13 Idem, 1987a, v.2, p.21.

determina que ele o seja. Nessa formulação, uma primeira ambigüidade, pois, como realidade social, o Estado deveria ser apenas uma expressão dela; contudo, para Oliveira Vianna, essa maneira de compreender o Estado é o ponto de partida para que ele possa configurá-lo como o instrumento mais adequado para proceder à modificação dessa realidade. Em verdade, o que Oliveira Vianna pretende com sua teoria é demonstrar que, pelo conhecimento positivo dessa realidade, o Estado adquire as condições necessárias para sua ação.

Nessa teoria pragmática do poder político, podemos distinguir três aspectos, em momentos diferentes contemplados neste ensaio: 1) uma leitura fundante de nossa história; 2) uma conceituação essencialmente pragmática do Estado, objetivando transformá-lo num instrumento privilegiado para a constituição da Nação; e 3) um programa de reformas, como natural decorrência dos aspectos 1 e 2.

As finalidades do Estado são estabelecidas da forma mais simples e direta. Em seu livro *O idealismo da Constituição*, ele as explicita com economia de palavras: "integral realização do direito, no interior; no exterior, defesa da sociedade contra seus inimigos".¹⁴ E acrescenta: "cada organização política, com efeito, deve refletir, na sua estrutura, as particularidades e idiosincrasias do povo, a que pertence". Como um complemento restritivo a essa desmesurada obediência da organização política à realidade histórica, ainda nesse livro, Oliveira Vianna explicita melhor seu pensamento, afirmando que a organização política brasileira deve visar, além de seus objetivos naturais

a) neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã no nosso organismo político-administrativo; b) quando não seja possível neutralizá-los, reduzir-lhes ao máximo a sua influência e nocividade.¹⁵

Contudo, não é apenas os clãs e seu espírito particularista e regional que o Estado deve ter em mira, cabe-lhe

14 Idem, 1942, v.216:

15 Ibidem, p.71-2.

também, ao organizar-se como força de integração e de unidade, prover para que, no futuro, possa existir o que dá consistência à Nação. Não existe Nação onde não existe classe social. Entre nós, diz taxativamente Oliveira Vianna, não existe classe, nenhuma delas está organizada, a não ser a classe armada. É claro que sua compreensão de classe social é restrita a seus aspectos econômico-profissionais; contudo, ao ressaltar a necessidade da existência de classes, com a classe agrícola, a classe industrial, a classe comercial, a classe operária, e que elas saíam da sua letargia e de sua "semi-consciência de seus próprios direitos e de seus próprios interesses e absoluta inconsciência de sua própria força",¹⁶ Oliveira Vianna tanto prepara sua proposta de um Estado corporativista como se municia de armas para atacar o Parlamento, por ser este apenas o representante de clãs e dos indivíduos, visto que os partidos políticos nada mais são do que a sua voz. E acrescenta taxativamente: "Nada mais absurdo, pois, do que se dar preferência de representação no governo a estes grupos improdutivos [ele está se referindo aos partidos políticos] e, mesmo nocivos e deixar-se de lado os grupos que significam interesses reais, que fazem com sua atividade a grandeza e a riqueza do País". E conclui: "E tempo de corrigir este erro secular — e o meio único para isto será conferir a esta função (a de legislar) essencial à vida das democracias, às corporações econômicas, às corporações de cultura, às corporações religiosas e, especialmente, às associações de classes; em suma, a todas as organizações que exprimam uma função social útil ou um interesse coletivo positivo".¹⁷ Tais comentários de Oliveira Vianna foram escritos quando analisava o Estado Novo de Vargas, mais especificamente a Constituição de 1937.

Sua solução para organizar a sociedade de "classes" é fazer que, em primeiro lugar, os organismos políticos sejam a expressão dessas classes com a finalidade de que estas, por este caminho, se formem e tenham consciência de sua força

16 Ibidem, p.91-9.

17 Ibidem, p. 193-4.

e poder, em detrimento da representação política direta, por meio dos partidos políticos; e, em segundo lugar, pela existência de um Poder Executivo, forte e uno, capaz de governar acima dos partidos e dos homens, dos indivíduos, tendo como preocupação fundamental a Nação. Só um Executivo forte, nas mãos de um único homem, será capaz de se colocar "acima dos partidos e grupos de qualquer natureza, de modo a dirigir a Nação do alto, num sentido totalitário, agindo como uma força de agregação e unificação", pois — e esta é mais uma das razões de sua existência —, "se há uma 'constante' da nossa psicologia coletiva — que surpreendemos no mais íntimo do subconsciente daquela parte do povo, que não faz política e constitui a grande maioria da Nação — é a da aspiração pela 'despartidarização' ou, melhor, pela 'apartidarização' dos Executivos, isto é, pela sua imparcialidade em face dos partidos políticos".¹⁸ Reforçando sua afirmativa, uma frase de Diogo Feijó: "O governo não conhece partidos".

À outra face da moeda de um Executivo forte, "despartidarizado", corresponde uma Federação também diferenciada, de maneira que a União tenha em relação aos Estados a mesma posição de força e autoritarismo do presidente em relação ao Parlamento.

Os direitos da União são quase absolutos, cabendo aos Estados tão apenas os direitos que lhes forem atribuídos por aquela. "Nego", diz incisivamente Oliveira Vianna, "portanto, em teoria, quaisquer direitos privativos dos Estados em face da União e lhes reconheço apenas os que a União lhes concede para o fim de melhor gestão dos interesses locais". E acrescenta, como uma contribuição própria à doutrina federalista: "Transformo, pois, o antigo conceito de — *Federação dos Estados* — no conceito mais racional de uma *organização descentralizada* do País...", e mais adiante reforça a tese escrevendo que o princípio fundamental a reger as relações entre a União e os Estados é "o da reserva, a favor

18 Ibidem, p.210.

da União, de todo poder ou direito não conferido diretamente aos Estados".¹⁹ E o argumento final, colocado como se não houvesse possibilidade de contestação:

"Nenhum Estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe tem direitos contra a coletividade nacional. *Não há direitos contra a Nação - e é a concordância com o interesse desta que dá legitimidade ao interesse do Estado, da classe ou do cidadão*".

Estas palavras são um perfeito complemento à sua opção pelo sistema corporativista, pois, segundo ele, a democracia corporativista representa o indivíduo submetido ao grupo e a subordinação do econômico ao político.²⁰

A Nação solidária com que sonha Oliveira Vianna é, como se vê, antes de tudo, uma Nação em que preponderam uma ordem e uma racionalidade, que deverão encaminhar paulatinamente o cidadão por uma educação programada, como veremos no próximo capítulo, a reconhecer o interesse coletivo e nele se integrar, de maneira que os conflitos sejam eliminados por uma identificação ideológica com ele.

A crítica mais dura e, talvez, a mais correta que Oliveira Vianna faz ao nosso período republicano tem a ver com o fato de que nele os detentores do poder se esquecem de sua ação educativa, preferindo destruir a construir uma Nação, em seus termos, solidária. Falando sobre as rebeldias sertanejas e comparando a ação dos políticos coloniais, que buscavam, pela aproximação do poder público aos focos regionais de rebeldia, contê-las, à conduta dos políticos republicanos, afirma categoricamente que estes apenas visam à sua destruição e dizimação, pela solução militarista.

"Contra as explosões intermitentes da indisciplina sertaneja, os estadistas republicanos preferem realizar uma

19 Ibidem, p.285-7.

20 "O político, parece-me fora de dúvida, deve preponderar sobre o econômico, no sentido de que a organização econômica deve ficar subordinada à direção política da sociedade — ao Estado, que nela introduz o princípio ético ou o sentido do bem comum ou nacional" (Ibidem, p.219).

vasta mobilização de brigadas militares imponentes, magestáticas, formidandas", com os resultados que todos conhecemos. E assim descritos pelo historiador fluminense: "Nas regiões 'pacificadas', por sobre os escombros das choupanas destruídas e incendiadas, só encontrareis a desolação e o deserto. Nada alí fica que ateste a presença deste poder tremendo, que só se revela pela bala das carabinas". E ele a concluir como num lamento:

Nem um posto policial. Nem uma aldeia. Nem um centro judiciário ou social. Nada que indique um desejo de legalidade. Nada que continue pelos tempos em fora a soberania do poder público.²¹

O Executivo e a União representam, no pensamento de Oliveira Vianna, a unidade e a integração tão desejadas, enquanto o Parlamento é a representação da dispersão e do centrifugismo, pois nele preponderam os interesses locais e subalternos dos clãs, exatamente aquilo que se deve combater e coibir.

Contudo, resta ainda um Poder, aquele que consubstancia em si uma das finalidades do Estado, a saber, a distribuição da justiça, o Poder Judiciário. Distinto dos dois outros poderes por sua natureza, caberá a ele, de um lado, conter o Executivo, nos seus excessos de autoridade, e, de outro, reforçá-lo, na medida em que também ele deve ser organizado de forma a privilegiar a justiça federal, em prejuízo das justiças estadual ou municipal, pois estas estarão sempre mais abertas às influências regionais e locais.

Nas palavras de Oliveira Vianna, a fim de que possamos conseguir, de maneira definitiva, a integração da nacionalidade, é necessária a obediência a três princípios básicos: o princípio da *unidade política*, o da *continuidade administrativa* e, por último, o da supremacia da autoridade central. E para que isso seja possível, só há uma solução: "*Um Poder Executivo*

21 Idem, 1923, p. 178.

forte; ao lado dele e contra ele um Poder Judiciário ainda mais forte — eis a fórmula".²²

Se o Judiciário é um limite à ação do Poder Executivo, ele deve ser também a garantia para que se crie no país a liberdade civil, que não se confunde com a liberdade política, pois o problema do Brasil não se encontra numa insuficiência em relação a esta última, mas sim em relação à primeira. Se a liberdade política é perigosa, porque está sujeita aos avatares e às influências dos fatores de desunião, a liberdade civil, por ser decorrência da existência de um Poder Judiciário forte e centralizado, deve ser criada e incentivada, como a consequência de uma organização mais eficiente da Justiça. "De todas as oligarquias possíveis em nosso país, a "oligarquia do Supremo" — a oligarquia da Toga — seria a única realmente benéfica e liberal, a única, cuja opressão não humilharia — porque seria a opressão da lei e não do arbítrio". Em nenhum momento, ressalte-se, o autor se indaga se a lei é opressiva, ou se ela nasce de uma arbitrariedade — ela é a lei, e isso é suficiente para que seja aplicada e obedecida. O racionalismo de Oliveira Vianna, neste ponto, atinge um paroxismo, pois, desprezando o Parlamento e não o considerando um órgão atuante na administração do Estado, preconiza a substituição da competência parlamentar pela competência técnica, pela criação dos conselhos técnicos, tal como, enfatiza ele, acontece nas democracias modernas.²³

Analisando as razões do insucesso da Constituição de 1891, Oliveira Vianna, ao lado da reafirmação de que ela nada mais era do que a consubstanciação dos princípios defendidos pelos adeptos do idealismo utópico, acrescenta que, de uma parte, esse insucesso se deve às condições

22 Idem, 1947, p.39-40.

23 Ibidem, p.205-6. Em seu Programa de Revisão da Constituição de 1891, redigido em 1932 e que faz parte deste livro, Oliveira Vianna se estende longamente sobre os conselhos técnicos, os problemas administrativos, judiciários, políticos e educativos que deveriam ser enfrentados na elaboração de uma nova Constituição brasileira.

socioeconômicas precárias em que o país se viu mergulhado pela Abolição da Escravatura e, de outra, pelo fato de não existir no país uma opinião pública suficientemente forte para sustentá-la. De uma maneira que pode parecer surpreendente, enfatiza esta última razão, afirmando que a falta de uma opinião pública forte e consistente é a causa mais geral da falência daquela Constituição. Lamentando a ausência da opinião pública, tal como existe nos países europeus, nos quais ela é um fator preponderante na ação pública do Estado, Oliveira Vianna completa sua noção de democracia corporativa. Com efeito, é a opinião pública, ou deve ser a opinião pública, uma vez que seja organizada e incentivada a participar da vida pública, como que uma espécie de limite à ação do Estado. Contudo, é de observar que essa opinião pública, que seria "um critério seguro de conduta pública", dificilmente seria outra coisa senão a expressão das diversas "classes" representadas no Congresso, nos Conselhos Técnicos, nas associações profissionais, operárias ou empresariais, ou em todo e qualquer organismo coletivo de administração. A opinião pública assim estabelecida é o meio de cultura adequado a manter vivo o organismo estatal que, por sua vez, é o seu próprio criador. Nas palavras de Oliveira Vianna: "O que é principal numa democracia é a existência de uma opinião organizada".²⁴

24 *Idem*, 1942, p.232.

4

A EDUCAÇÃO: UM PROJETO PEDAGÓGICO PARA CONSTRUIR A NAÇÃO SOLIDÁRIA

Partindo da análise do espaço físico brasileiro e tendo procurado demonstrar como ele modela — para o bem e para o mal — a sociedade brasileira, Oliveira Vianna, por meio de sua concepção pragmática de Estado, procurou atribuir a este último uma configuração que enfatizaria os aspectos de uma sociedade alicerçada na propriedade fundiária, e que se contrapusesse aos malefícios que esta produzira e produzia, por sua excessiva extensão, impondo ao homem a solidão, o isolamento, a autarquia e, em conseqüência, um comportamento excessivamente individualista. Visando suprir a ausência das "classes sociais", ele propõe a organização de uma sociedade política dentro dos parâmetros corporativistas, de maneira que a representação das diversas camadas da população seja assegurada, pois cada uma delas deve estar ligada a uma associação, ou corporação profissional.

Seu objetivo é claro, as associações de classe são como que um estágio educacional, no qual a população aprenderia, em primeiro lugar, a reconhecer seus próprios interesses e, portanto, adquirir uma consciência de classe, mas, também, em segundo lugar, em termos temporais, aprenderia a subordinar esses interesses de classe particularistas ao interesse coletivo, ao interesse nacional, ao interesse da Nação, que deve, como já vimos, preponderar sobre quaisquer outros interesses.

Este o princípio básico, regulador, termômetro e balança final para se julgar a qualidade de uma decisão: ela atende

ou não aos superiores interesses da Nação e/ou da coletividade? Desde que a resposta seja afirmativa, estaremos no caminho da construção de uma verdadeira Nação solidária.

Nessa estrutura estatal que o próprio Oliveira Vianna denomina de totalitária, pois o que nela interessa é o seu sentido de totalidade, Executivo e Judiciário se apresentam como poderes independentes e suficientemente afastados, a fim de que se preservem para a realização de suas obrigações, embora tenham como característica básica comum um traço peculiar ao Estado corporativista, a forte centralização. Centralização julgada necessária para evitar e contrabalançar a excessiva influência dos fatores deletérios da dispersão e do centrifugismo, nascidos do localismo e do regionalismo, representados pelos clãs. Essa democracia corporativista tem como necessidade fundamental uma forte e influente opinião pública, capaz de evitar seu deslize para uma ditadura. O grande problema brasileiro é que não existe uma opinião pública organizada. Essa afirmação, reiteradamente repetida por Oliveira Vianna, tem como causa principal o fato de o próprio povo brasileiro não estar suficientemente organizado para ter consciência quer dos seus interesses, enquanto distribuídos pelas distintas "classes", quer dos interesses nacionais e do interesse coletivo, enquanto povo.

Caberá ao Estado tentar resolver e remediar essa abulia do povo brasileiro, a fim de despertá-lo para uma outra realidade que, embora afastada do seu cotidiano, é muito mais essencial para a sua sobrevivência enquanto povo, enquanto nacionalidade, do que aquela que está ao alcance das mãos. Fica claro que a própria estrutura organizacional do Estado corporativista já prefigura o que se pode entender como uma Nação solidária socialmente; contudo, inicialmente ele nada mais é do que uma estrutura vazia, dependente exclusivamente de um Executivo forte, capaz de dizer não aos seus correligionários.¹ Por ser um vazio, dependente

1 "Governo forte (excluído o lado social da sua ação) será o que, rompendo com essas práxis más de solidariedade, tenha a energia moral precisa para realizar, *dentro do próprio grupo a que pertence*, a lei

apenas do presidente e de um Poder Judiciário, também em formação, cabe ao Estado, por intermédio do Executivo, iniciar a magna tarefa de educar o povo, para que ele possa vir a ser a carne, o sangue e o músculo da Nação a ser criada. Para que isso aconteça, o Estado deve realizar reformas socioeconômicas, a fim de que novas "classes" surjam, mas principalmente deve dedicar-se à educação, pois ela será fundamental no processo de criar na população a consciência necessária, tanto para exercer seus direitos de cidadãos como para cumprir seus deveres cívicos em relação ao outro e à Nação. Essa tarefa é tão mais delicada quando se parte da constatação, segundo Oliveira Vianna, de que faltam ao nosso povo cultura política e experiência democrática.²

Percebe-se, creio, portanto, que Oliveira Vianna tem uma visão e uma compreensão mais amplas do processo educacional. Este não se confunde simplesmente com o processo formal de ensino, em que o objetivo fundamental é alfabetizar a criança, ou encaminhar o jovem para uma profissão. Sua ambição é muito maior. Ele a explicita, bem como seu pensamento, num parecer solicitado por Juarez Távora, pouco depois da Revolução de 30. De acordo com esse parecer, a educação deve ser um monopólio do governo federal; primário e secundário devem estar nas mãos do governo federal, visto que é necessário "imprimir diretrizes nacionais ao problema da cultura e da educação do povo". Os termos são claros, não há quase necessidade de comentá-los, apenas enfatizamos que a educação não é o processo de formação de um cidadão comum; ela é, antes de tudo, a formação de um cidadão nacionalista, Cômico de seu papel no interior de uma sociedade que se pretende solidária.

jurídica e a lei moral da justiça. De modo que a sua atitude fundamental será não *a de quem ataca adversários*, mas *a de quem resiste a correligionários*, entrincheirando-se no Dever e na Lei" (OLIVEIRA VIANNA, 1942, p.134).

- 2 Depois de referir-se à Inglaterra e aos Estados Unidos, onde o povo sabe o que é viver democraticamente, diz Oliveira Vianna: "o nosso povo carece quase inteiramente de cultura política e é nula sua experiência democrática" (Idem, 1923, p.86).

É evidente que o dirigismo na educação não se limita apenas aos primeiros anos de escolarização, ele atinge também, e com muito maior razão, o ensino superior, pois não se pode esquecer que os quadros dirigentes do país deverão ser formados pelas universidades. O processo educacional é um processo integral, nada mais natural, portanto, que o Estado também esteja presente nesse nível de ensino, com o objetivo de "tornar o ensino (superior) um meio seguro de ministrar a alta cultura e realizar a seleção dos dirigentes". Ainda aqui seu pensamento não necessita de grandes esclarecimentos, embora não seja inútil perguntar-se o que ele entende por *meio seguro*. O texto não nos esclarece suficientemente, mas a resposta pode ser buscada sem qualquer problema no conjunto da obra de Oliveira Vianna. A resposta está no cuidado de evitar-se que a educação possa vir a transformar-se, por um descaminho devido a teorias exóticas, num fato de dispersão e de centrifugação. O que ele procura visar é impedir que se criem as condições de um ensino que, por não ter como objetivo central o ideal da formação de um cidadão Cômico do que seja o interesse coletivo, o interesse nacional, leve o cidadão a cair nas redes do particularismo, do individualismo e do partidarismo.

A educação proposta por Oliveira Vianna tem como fonte de inspiração, e como alavanca de seu desenvolvimento, o político, pois só o Estado é capaz de introduzir em todas as atividades "o princípio ético ou o sentido do bem comum ou nacional". Estas últimas palavras, que não foram escritas por Oliveira Vianna expressamente para caracterizar a posição do Estado em relação ao ensino, consubstanciam, contudo, uma das suas idéias mais queridas e mais ardorosamente defendidas, a de que só é possível alcançar-se o bem comum, a nação solidária, se estas idéias forem ensinadas e massivamente difundidas entre o povo.

O racionalismo educacional de Oliveira Vianna é paciente, minucioso e totalizante; paciente, porque para ele a educação não se faz num dia, ela deve percorrer, como um rio, um longo percurso, durante o qual vão se abrindo os canais de participação, sempre de acordo com o nível de

consciência adquirido pela população. O primeiro passo é organizá-la no plano da vida privada, tanto nas cidades quanto nos campos, pois assim poderão ser conduzidos a reconhecer, a compreender e a defender seus próprios interesses. Só depois dessa aprendizagem é que será possível alçá-la ao nível da representação política, pois é neste nível que deverão atuar visando aos "fins da ordem pública e dos interesses nacionais". Este o único caminho viável e racional, visto que agir de maneira diferente seria fazer ascender "uma população que ainda está aprendendo a associar-se para fins de ordem *privada* e de interesse *local*".³

Ele é minucioso, porque o engajamento no processo educacional pressupõe que se realizem as reformas socioeconômicas necessárias, para que as diferenciações entre as diversas "classes sociais" possam estabelecer-se; e assim possa o Estado ensinar a cada uma delas em que consiste o seu verdadeiro interesse de classe. Feito o que, é possível estabelecer-se, no interior da sociedade, um conflito sadio, que só o é quando cada uma das classes compreender, para usar um imagem heracliteana, que a tensão da corda do arco é a condição necessária para a sua existência. E o que mantém essa tensão é o interesse coletivo, o interesse nacional, que deve envolver e impedir que os interesses particularistas possam sobrepujar aqueles interesses que tornam possível a Nação solidária.

Ele é totalizante, porque busca não esquecer que a prática educacional deve ser uma atividade primeira de toda associação, de todo organismo, estatal ou privado,⁴ cultural

3 Idem, 1942, p.266.

4 "Não é outro o papel educador destas modernas instituições *paraestatais* - sindicatos, corporações, conselhos, autarquias - que estão sendo criadas e organizadas por toda a parte, nesta fase moderna da evolução do Estado. Elas não têm unicamente, apenas uma função *econômica*, ou melhor, de *política econômica*; têm, nestes povos, formados sob o signo da anarquia e do individualismo antigrupalista, também uma *função educadora*: de criar *hábitos, praxes ou costumes* de corporação e solidariedade, por um lado, e, por outro, de desenvolver, consolidar, clarificar, estes 'estados afetivos' ou 'formas de sociabilidade'

ou técnico, estejam eles ligados a uma só classe, sejam eles um fórum de representação múltipla.

Ensinar pelo exemplo, ensinar pela demonstração, ensinar pela ciência, não importam os meios empregados, o que realmente conta é que a preocupação de ensinar esteja sempre presente.

Em seu livro *Problemas de organização e problemas de direção*, abundam os exemplos do que ele considera uma verdadeira educação que visa ao bem comum e à Nação solidária socialmente. Permito-me, para encerrar o capítulo, apresentar um único, que me parece paradigmático.

Na Suécia, diz ele, tirando o exemplo de um livro de Cecilio Arena, o setor de exportação é importantíssimo para o equilíbrio de sua economia e de sua sociedade, pois ele representa cerca de um terço de sua indústria. Em consequência, esse setor deve ser mantido competitivo em relação à produção dos outros países. Daí ocorrer algo inusual, a saber, os operários desse setor da indústria aceitam salários inferiores aos salários dos outros setores industriais, ainda que exercendo funções idênticas. E conclui Oliveira Vianna:

Eis aí. Não se podia atingir maior apuro ou maior agudeza de "sensibilidade prospectiva", nem maior densidade de integração de uma consciência corporativa nacional... Na Suécia, *o indivíduo e o grupo, o indivíduo e a classe, o indivíduo e a categoria, o indivíduo e o ramo, o indivíduo e a Nação* vivem em estado de absoluta identificação; há, entre estes diversos círculos, a que pertence o indivíduo, uma solidariedade perfeita.⁵

(Gurvitch) que se chamam: *sentimento de grupo, de classe ou de nação; ou espírito de equipe; ou sentimento de interesse público; ou a vocação do bem comum; ou sentimento da Pátria e da Nação* - o que tudo se resume em dar consistência, nitidez, força, àquele 'sentimento do Estado', a que alude Panúnzio" (Idem, s. d., p.49; os trechos sublinhados são do próprio autor).

5 Ibidem, p.38.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de expor as considerações finais desta análise do pensamento historiográfico de Oliveira Vianna, devo apresentar as razões que me levaram a omitir, até a esta altura deste ensaio, um dos aspectos mais polêmicos e controvertidos de seu pensamento, objeto de críticas acerbas de seus críticos: refiro-me às suas idéias sobre a questão étnica brasileira.

Suas idéias sobre essa questão foram e são tituladas de racistas, pois, entre outras coisas, ele vê em certos segmentos de nossa população, os mais ativos e empreendedores, representantes do arianismo. Indo mais longe, distingue no próprio elemento negro grupos étnicos arianos.¹

Às críticas formuladas, procurou nosso autor responder de distintas maneiras. Na reedição de um de seus livros, tentou mostrar que elas eram infundadas e que, portanto, nada tinha a reformular em suas idéias. Indo mais adiante, afirmou categoricamente e de maneira enfática que suas idéias sobre o problema étnico brasileiro não constituíam o cerne, nem a parte mais importante, de seu pensamento e de sua obra.² Afirmações que, a seu ver, colocavam um ponto final na questão.

1 OLIVEIRA VIANNA, 1956.

2 "Daí uma viva reação - e a atordoada foi grande. O único, no entanto, que não deu quase nenhuma significação à crítica feita fui eu

Não me parece correto, por mais crítica que possa ser nossa posição em relação ao pensamento conservador de Oliveira Vianna, desconhecer e não levar em consideração sua afirmação de que o problema étnico não é um aspecto essencial de seu pensamento. Uma afirmação desse tipo tem a vantagem de ser refutada, ou confirmada, desde que se a ponha em confronto com sua obra. Esta deve ser o ponto de referência de qualquer tentativa de esclarecimento da questão — para evitar-se que caiamos em preconceitos e prejuízos tão graves quanto aqueles de que é acusado nosso autor.

Leituras diferentes darão nascimento a interpretações diferentes de um autor. Tendo em vista as limitações que impõem essa afirmação, quero reafirmar, se isso ainda for necessário, que minha posição pessoal quanto a esse aspecto muito particular do pensamento do autor de *Populações meridionais do Brasil* decorre, evidentemente, dos três princípios que parecem formar sua visão de mundo política. Seria ilógico não ser assim, pois o método de análise de que me valho pretende ser um instrumento de esclarecimento da obra de um autor, e não apenas de partes dela. Por isso, a visão de mundo se configura como uma estrutura significativa.

Em primeiro lugar, não posso deixar de notar que o "espírito positivo" e o cientificismo, tão apregoados por Oliveira Vianna, saem bastante feridos e comprometidos, em razão das suas afirmações a respeito do arianismo de certas camadas de nossa população. Tais afirmações parecem-me tão ridículas quanto aquelas que ele toma emprestadas de Pedro Tacques, a propósito da aristocracia rural paulista — a impressão é que parecem lições maldigeridas das teorias raciais do final do século XIX. Sua obstinação retórica por uma análise objetivamente conduzida de nossa realidade racial parece tê-lo levado a procurar por um instrumental pretensamente científico, capaz de lhe permitir compreender a heterogeneidade racial da massa popula-

mesmo; porque sempre considerei este tema como um ponto secundário, que não valia aos meus adversários perderem tanto tempo em combatê-lo, nem a mim em defendê-lo" (Ibidem).

cional, herdada pelo país da colônia. Sua pretensão era levar a análise dessa heterogeneidade e dessa desordem coloniais, tão enfatizadas por Capistrano, a um patamar científico que lhe parecia mais elevado, dentro de sua compreensão do que era ciência. A heterogeneidade racial ou étnica que em ambos aparece é vista diferentemente, pois num — Capistrano de Abreu - ela torna bastante problemática a possibilidade de se desenvolver, no Brasil, uma sociedade unitária; no outro, Oliveira Vianna, embora concorde com Capistrano que ela é, como o fator natural, um fator de dispersão e de centrifugação, diferentemente dele, acredita ser possível submetê-lo a controle, desde que cientificamente estudado. Porém, é necessário acrescentar-se que ele, diferentemente, de Varnhagen, não manifesta preocupação alguma em definir um projeto rígido e concreto, objetivando a constituição de um homem (branco) brasileiro, pela fusão das três etnias básicas existentes no país. Diga-se de passagem também que ele não nega a possibilidade da miscigenação, como vimos anteriormente.

A não existência de um projeto visando à constituição de um homem (branco) brasileiro, fruto da miscigenação, parece-me o ponto mais importante para aceitar como procedentes as afirmações de Oliveira Vianna, quanto à não-importância da questão étnica, no conjunto de sua obra. Se compararmos, nesse ponto, as posições sustentadas por Varnhagen com as do autor fluminense, podemos perceber com clareza que naquele a unidade racial, futura evidentemente, é uma das condições para assegurar-se a unidade política e territorial do país, mas principalmente é uma condição essencial para evitar conflitos inter-raciais no país, o que evidentemente não ocorre com Oliveira Vianna.

Em Varnhagen, a unidade racial é um recurso de que se deve lançar mão para impedir que ocorra no Brasil quer a experiência haitiana — os escravos por sua revolta acabam por dominar o país —, quer a experiência americana, na qual existiam leis proibindo a miscigenação. Ele visava com isso, de um lado, evitar o desmembramento físico do país e, de outro, impedir que se formassem condições propícias ao sur-

gimento de conflitos inter-raciais, perigosos para a estabilidade da Nação. Em decorrência, foi fácil atribuir a Varnhagen a pecha de racista, embora ela tivesse mais o caráter de um insulto do que de uma categoria analítica, capaz de dar conta de seu pensamento. Ao defender a miscegenação, Varnhagen sempre foi claro em ressaltar que o homem (branco) brasileiro deveria ter consciência de ser o resultado do cruzamento das três etnias - branca, negra e índia —, de maneira que se pode dizer que o que ele buscava era, de uma parte, uma conciliação (o termo é realmente este) racial e, de outra, uma conciliação cultural — idéias que foram, neste século, mais competentemente desenvolvidas por Gilberto Freyre, mas cujas origens estão aí, em Varnhagen.

Talvez não fosse demais lembrar aqui que as idéias de Varnhagen, contrárias à existência de minorias raciais e ao multiculturalismo, ganham hoje uma nova expressão e interesse, quando se observa, ainda que de longe, o que ocorre na Europa, especialmente na Iugoslávia, pelo fato de se pretender que a pureza étnica e a pureza cultural sejam forças interdependentes e que, por isso, devam ser mantidas a qualquer preço. Mas, mais perto de nós, nos Estados Unidos, onde os problemas raciais se assemelham aos nossos, o outrora incensado e famoso *melting point* transforma-se também em pomo de discussão, transformando-se assim num *boiling point* (ponto de efervescência), na expressão utilizada pelo historiador Arthur Schelesinger, em seu livro *The Disuniting of America*.³ Segundo ele, essa transformação ocorre porque os defensores das minorias raciais em suas teorias acabam "por opor-se ao conceito de identidade nacional, [por] promover e ... perpetuar um desenvolvimento separado das raças. No extremo dessa lógica, temos Beirute e a Iugoslávia".⁴

A preocupação demonstrada pelo historiador americano não é apenas sua e, hoje, podemos constatar que em quase

3 SCHELESINGER, A., 1992.

4 Entrevista publicada no *Le Monde*, de 27.4.1993.

todos os jornais europeus a idéia de que a preservação das minorias passa a ser um problema controverso, por acirrar e estimular conflitos. O mal disso tudo parece-me residir nessa pretensão de ver a pureza étnica como um sustentáculo da pureza cultural, dando azo a que, com facilidade, se transponham as fronteiras das discussões teóricas para a prática de violências, visando à purificação racial.

Esquecemo-nos, também, muito facilmente, que a intercomunicação foi e é sempre um processo comum e normal entre povos e que sua significação maior é o enriquecimento do patrimônio cultural dos povos envolvidos e da própria humanidade. E que falar em pureza étnica ou cultural é uma mentira apenas sustentada por uma razão voluntarista, apoiada numa pseudociência e num desejo político de dominação.

Feita essa longa, porém, a meu ver, necessária digressão, podemos voltar ao nosso autor, para reafirmar que o problema das etnias não se constitui uma das chaves interpretatórias de seu pensamento. Diria que seu arianismo e sua defesa de uma aristocracia rural são frutos de uma ingênua e despropositada confiança numa pseudociência racial, de um lado, e, de outro, da sua visão nostálgica de valores originários das sociedades pré-capitalistas, como assinalei anteriormente.⁵

Feitas essas observações, que me pareceram necessárias, a fim de evitar o que poderia parecer uma omissão em minha leitura da obra de Oliveira Vianna, retomo o fio da meada e passo, agora sim, às minhas considerações finais.

Elas se baseiam não apenas em minha leitura da obra, mas também se relacionam com os pressupostos de minha leitura, tais como foram expostos na Introdução deste ensaio. Ao dizer isso, não esqueço que, enquanto o nazi-fascismo e a Revolução Russa foram experiências históricas efetivas vi-

5 Ver particularmente os livros póstumos de Oliveira Vianna: *História social da economia capitalista no Brasil* (1987b) e *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil* (1958b).

vidas pelos homens, as idéias desenvolvidas por Oliveira Vianna não conheceram, em sua totalidade, esse destino.

Não podemos, contudo, desconhecer que suas idéias foram muito importantes — embora algumas vezes mutiladas e deformadas, por razões políticas —, em pelo menos dois momentos muito significativos de nossa história, dois momentos em que tivemos de suportar a arbitrariedade e o totalitarismo como formas de governo. Refiro-me ao Estado Novo⁶ de Getúlio Vargas e ao movimento militar de 1964. Contudo, para mim, é mais importante o fato de que Oliveira Vianna em sua obra muitas vezes se esquece de que se pretende um cientista e escreve e argumenta como um panfletário político, o que facilmente pode compreender-se, pois seu pensamento historiográfico) está, antes de tudo, comprometido com uma leitura fundante, engajada, de nossa história - tanto quanto as outras duas experiências históricas estão vinculadas a uma interpretação fundante da história geral. Talvez não devamos esquecer que o leninismo, embora se aproprie do pensamento e da interpretação histórica de Marx, está muito mais, enquanto prática política, vinculado à sua leitura da história da Rússia do que ao pensamento marxista.

Uma outra precaução que devo tomar ao expor minhas idéias finais deste ensaio, é alertar aos possíveis leitores que elas devem ser entendidas antes como questões a serem refletidas do que como posições definidas e definitivas. Mesmo quando se trate de afirmações ou de constatações que tomem essa forma, deve-se lê-las *cum granus sa/is*, para que possam ser ainda uma vez repensadas.

Eu as exporei sob a forma de itens, para serem lidas e compreendidas de maneira mais fácil e direta.

1 Em primeiro lugar, observo que as três experiências históricas têm como fundamentação básica acreditar que a tecnologização do conhecimento histórico, ou seja, sua leitura fundante e engajada, possui a capacidade e a compe-

6 Ver especialmente seu livro *O idealismo da Constituição* (1942).

tência de colocar a história a serviço do homem e do Estado, a fim de que determinados objetivos possam ser alcançados mais fácil e diretamente pela sociedade envolvida. Pouco importa se esses objetivos se originem dessa leitura fundante e finalista da história — por exemplo, atingir uma sociedade sem classes — ou se eles nasçam de uma presumível necessidade de modificar-se um panorama social, político, econômico ou racial. O que muda num e noutro é o fato de que, no primeiro caso, a história parece conduzir o processo, o homem apenas o acelera; no segundo, interfere uma vontade, que se exprime por meio do objetivo a ser alcançado, uma sociedade etnicamente pura, ou a construção de uma Nação solidária socialmente.

2 Em segundo, comum às três experiências históricas é o estabelecimento do Estado como o principal motor impulsor para a irradiação da força histórica tecnologicizada. Com isso, o que realmente se cria é um Estado molochiano, amoral, que se institui acima do homem e do povo, onisciente e onipresente, cujas ações têm como único critério o que ele próprio define como o bem social, ou o bem nacional. E pior do que isso, é o Estado que se define também como o único critério de avaliação dessas ações. Leva-se assim ao extremo a máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios e com isso cai-se num amoralismo selvagem, que justifica os campos de extermínios, os Gulags, a repressão política indiscriminada, a quebra da liberdade de expressão do pensamento, e de tantos outros fatos, que seria ocioso mencionar.

3 Em terceiro, a ação do Estado deve necessariamente processar-se por meio de instituições jurídicas, sociais, culturais, econômicas, sindicais etc, que têm como atribuição fundamental, pela sua ação sobre a comunidade, modelar o curso da história, segundo o desígnio prefixado.

4 Esquecem-se, contudo, que a lógica de ação dessas instituições quase sempre acaba por impor-se e que, não raro, essa lógica pode implicar negação daquilo que se pretendia atingir. Isto significa que as instituições, como

todo sistema estruturado, tem suas próprias leis de desenvolvimento e de evolução, de maneira que, *a priori*, é impossível determinar-se com justeza e propriedade sua ação futura.

Nessa lógica de evolução e desenvolvimento, as instituições ganham autonomia e acabam por criar fins particulares, privilégios, distorções, que se disfarçam e se camuflam no interior dos fins colimados. Na verdade, as instituições criam suas próprias formas de sobrevivência, resultando ser muito difícil estabelecer seus limites de vida útil.

5 Como última observação, devo afirmar que a reflexão aprofundada sobre essas experiências históricas pode auxiliarnos na recuperação de alguns dos grandes temas históricos de um passado não muito longínquo. Refiro-me a questões tão simples e tão necessárias como: O que é a história?; e outras menos simples e mais complexas como: Qual o papel do indivíduo na história? O que é o voluntarismo histórico?; e retornar à questão da finalidade na história, do papel do Estado e da identidade nacional, e tantos outros que cada um de nós pode formular, dependendo de sua cultura e interesse.

O cuidado a tomar-se é o de evitar que caiamos em apriorismos, ou nas malhas do espírito de clã, para utilizar uma expressão cara ao nosso historiador.

Em minhas palavras finais, desejo declarar que a história mais se afirma em meu pensamento como a ciência de nosso tempo; e ao dizer ciência quero significar que ela se opõe a toda tecnologização que a violenta, por querer circunscrevê-la aos estreitos limites que esta última define, de maneira muitas vezes arbitrária e voluntarista.

Pensar a história é uma reflexão que se volta sobre nós mesmos, pois é a nós, homens, que queremos conhecer. A lição de Febvre e de Marc Bloch ainda é válida; privilegiemos as estruturas ou as conjunturas, a contingência ou a necessidade, o social ou o cultural, o econômico ou o político, estaremos sempre, na verdade, privilegiando o homem, e buscando a nós mesmos. Buscando a nós mesmos, em nossa

unidade de vida e pensamento, como queria Nietzsche, um dos espíritos mais anti-históricos de nossa época.

Paris, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPISTRANO DE ABREU. *Capítulos da história colonial*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INI, 1976.
- DELEUZE, G. *Nietzsche*. 8.ed. Paris: PUF, 1990. p.18.
- OLIVEIRA VIANNA. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, 1923.
- _____. *O idealismo da Constituição*. 2.ed. aum. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. (Col. Brasiliana, v.216).
- _____. *Problemas de política objetiva*. 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1947.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Niterói: EEDUFF, 1958. (Obra póstuma).
- _____. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. v.1.
- _____. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. v.2.
- _____. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1987a. 2v.
- _____. *História social da economia capitalista no Brasil*. Niterói: EEDUFF, 1987b. (Obra póstuma).
- _____. *Problemas de organização e problemas de direção*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, s. d.
- SCHELESINGER, A. *The Desuniting of America — Reflexions on a Multicultural Society*. New York: W. W. Norton & Company, 1992. 160p.

SOBRE O LIVRO

Coleção: Ariadne

Formato: 12x21 cm

Mancha: 20,6 x 43 paicas

Tipologia: Garamond Three 11/13

Papel: Pólen 80 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

Matriz: Laserfilm

Impressão: Cromoset

Tiragem: 2.000

1ª edição: 1997

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de Texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Ada Santos Seles (Preparação de Original)

Fábio Gonçalves e

Nelson Luís Barbosa (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Edmilson Gonçalves (Diagramação)

Projeto Visual

Lourdes Guacira da Silva Simonelli

Nilo Odalia é professor titular aposentado da UNESP, tendo lecionado no Curso de História, Campus de Assis ("Introdução aos Estudos Históricos" e "Teoria da História"), e no Curso de Ciências Sociais, Campus de Araraquara (Filosofia). Convidado pelo historiador Albert Soboul, diretor do Instituto da Revolução Francesa, Universidade de Paris I (Sorbonne), estagiou, durante os anos letivos de 1974-1975 e 1981, nessa instituição; retornou a Paris, na mesma Universidade, no ano de 1993, convidado pela Prof^a Dr^a Kátia de Queirós Mattoso, do Institut de Recherches sur les Civilizations de l'Occident Moderne. Em todas essas oportunidades, sua função era a de fazer conferências sobre historiografia brasileira (Varnhagen, Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre). Principais publicações: *O saber e a história*; *Varnhagen*; *O que é violência*; e diversas colaborações, em obras coletivas, sobre autores como Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Oliveira Vianna etc.

CAPA: Christof Gunkel sobre detalhe de pintura *Café*, de Cândido Portinari

"Nossas utopias e nossas certezas desapareceram. Nossas esperanças, se não desvaneceram, permanecem encolhidas, suspensas num não-lugar, quase anônimo.

Por não sermos mais os mesmos, resta ainda um grande caminho de recuperação, de retorno ao passado, fazendo as perguntas que não fizemos, aguçando nossa curiosidade e nossos ouvidos para as vozes que deixamos surdas, procurando encontrar o lugar onde a trilha se bifurcou e nós nos perdemos."

ISBN 85-7139-142-4



9 788571 391420